

ESCOLA DE HUMANIDADES
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VITOR COLOMBO TRAPP

**BRICS+ NA EMERGÊNCIA DO MUNDO MULTIPOLAR: PERSPECTIVAS E IMPLICAÇÕES
PARA A GOVERNANÇA GLOBAL**

Porto Alegre
2024

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VITOR COLOMBO TRAPP

**BRICS+ NA EMERGÊNCIA DO MUNDO MULTIPOLAR: PERSPECTIVAS E
IMPLICAÇÕES PARA A GOVERNANÇA GLOBAL**

Porto Alegre

2024

VITOR COLOMBO TRAPP

**BRICS+ NA EMERGÊNCIA DO MUNDO MULTIPOLAR: PERSPECTIVAS E
IMPLICAÇÕES PARA A GOVERNANÇA GLOBAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Luana Margarete Geiger

Porto Alegre

2024

VITOR COLOMBO TRAPP

**BRICS+ NA EMERGÊNCIA DO MUNDO MULTIPOLAR: PERSPECTIVAS E
IMPLICAÇÕES PARA A GOVERNANÇA GLOBAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: _____ de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Luana Margarete Geiger (PUCRS)

Profª Drª Teresa Cristina Schneider Marques (PUCRS)

Prof. Dr João Henrique Salles Jung (PUCRS)

Àquelas que, com amor e resiliência, escreveram as primeiras linhas da minha história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e ao Curso de Relações Internacionais, que foram muito mais do que espaços de ensino: foram a base para minha formação acadêmica e humana. Este trabalho é fruto de quatro anos de aprendizado intenso, alicerçados em pesquisa, extensão e vivências que ampliaram minha visão de mundo. Minha gratidão se estende a todos os professores, profissionais e técnicos que fazem desta instituição um verdadeiro marco de excelência.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Luana Margarete Geiger, deixo meu mais sincero agradecimento por sua orientação atenta e pelo compromisso inabalável com minha formação. Além de compartilhar seu conhecimento com maestria, sua confiança no meu potencial foi um impulso essencial para que esta pesquisa se concretizasse.

À Coordenadora e ao Vice-Coordenador do Curso de Relações Internacionais, Prof.^a Dr.^a Teresa Cristina Schneider Marques e Prof. Dr. João Henrique Salles Jung, expresso minha profunda gratidão por terem aceitado compor a banca examinadora, dedicando seu tempo e expertise para validar e consolidar este trabalho. Reconheço também o papel fundamental que desempenharam na construção do curso de Relações Internacionais, que, neste ano, celebra a formatura de sua primeira turma - um marco histórico do qual tive a honra de fazer parte. O sucesso do curso é reflexo direto de seu profissionalismo e dedicação exemplar.

Aos meus colegas de formação - Amália Boemeke, Breno Gómez, Carlos Badin, João Lucas Schellenberger, Júlia Borsa, Lara Pedron, Laura Rizzon, Luana Camara, Mariana Dawas, Pedro Luzzi e Roberta Ravazolo - deixo meu agradecimento por termos compartilhado uma jornada tão única e desafiadora. Mesmo enfrentando o cenário adverso de uma pandemia, construímos juntos uma trajetória de apoio mútuo, aprendizado e crescimento que levarei comigo para sempre.

Por fim, reservo meu agradecimento mais especial à minha família. Aos meus avós, Carlos Augusto Mendes Alves e Sirley Terezinha Magni Colombo, minha eterna gratidão por terem possibilitado o financiamento dos meus estudos, uma generosidade que reflete a confiança e o apoio que sempre depositaram em mim. À minha mãe, Cintia Colombo Brum, devo tudo o que sou e que espero ser. Sua força, sabedoria e dedicação constante foram e sempre serão o alicerce de minha formação pessoal, profissional e acadêmica. Você é, e sempre será, minha maior inspiração e meu porto seguro.

“A questão da governança mundial nunca foi uma coincidência absoluta.”

Celso Amorim, 2024

RESUMO

Esse trabalho insere-se no campo de Análise de Política Externa das Relações Internacionais e aborda a emergência e expansão do grupo BRICS+, com foco na sua influência no Sistema Internacional em transição para a multipolaridade. A pesquisa explora o papel do BRICS+ na reconfiguração da governança global, no contexto da ampliação do bloco em 2024, com a adesão de Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. O estudo analisa os impactos políticos, econômicos e institucionais dessa expansão, destacando os desafios e as oportunidades enfrentados pelo grupo ao consolidar-se como um contrapeso à hegemonia ocidental e como ator fundamental em uma ordem internacional emergente mais plural. A partir da teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação de Giovanni Arrighi, que fornece o marco teórico para compreender as transições hegemônicas, o estudo responde à pergunta: “Como a emergência do BRICS+ impacta a governança global e a transição para uma ordem multipolar?”. O objetivo central é investigar as implicações dessa transformação na redistribuição de poder e influência entre nações, destacando como o grupo desafia normas e estruturas do Sistema Internacional vigente. Além disso, examina a evolução histórica do BRICS+, as motivações e consequências da inclusão de novos membros, e os mecanismos institucionais e geopolíticos que habilitam o bloco a se posicionar como alternativa às estruturas tradicionais de poder global. A pesquisa adota metodologia baseada em análise bibliográfica e documental, com destaque para as Declarações Conjuntas do BRICS desde 2009, permitindo mapear os processos de institucionalização do grupo. Explora-se dimensões econômicas, como a cooperação financeira e os esforços de desdolarização, e geopolíticas, como a ampliação da influência do bloco na governança global. Os resultados indicam que o BRICS+ desempenha papel crucial na transição para uma ordem multipolar, ao desafiar a hegemonia norte-americana e fomentar uma governança global mais representativa. Apesar de enfrentar desafios e incertezas, especialmente quanto à viabilidade de iniciativas como a criação de uma moeda comum, o bloco fortalece sua posição como ator estratégico no cenário global. Este estudo contribui para o debate sobre o declínio da hegemonia ocidental e a ascensão de novas potências, ressaltando a relevância política e econômica do BRICS+ no redesenho das estruturas globais no século XXI.

Palavras-Chave: BRICS+; multipolaridade; governança global; institucionalização; desdolarização.

ABSTRACT

This study situates itself within the field of Foreign Policy Analysis in International Relations and examines the emergence and expansion of the BRICS+ group, focusing on its influence within the International System's transition to multipolarity. The research explores the role of BRICS+ in reshaping global governance, particularly in the context of the bloc's enlargement in 2024, with the inclusion of Egypt, Ethiopia, Iran, Saudi Arabia, and the United Arab Emirates. The study analyzes the political, economic, and institutional impacts of this expansion, highlighting the challenges and opportunities faced by the group in establishing itself as a counterweight to Western hegemony and as a pivotal actor in a more plural emerging international order. Grounded in Giovanni Arrighi's theory of Systemic Cycles of Accumulation, which provides the theoretical framework for understanding hegemonic transitions, the study addresses the question: "How does the emergence of BRICS+ impact global governance and the transition to a multipolar order?". The central objective is to investigate the implications of this transformation in the redistribution of power and influence among nations, emphasizing how the group challenges the norms and structures of the existing international system. Furthermore, it examines the historical evolution of BRICS+, the motivations and consequences of including new members, and the institutional and geopolitical mechanisms enabling the bloc to position itself as an alternative to traditional structures of global power. The research employs a methodology based on bibliographic and documentary analysis, with a focus on the BRICS Joint Declarations since 2009, enabling a comprehensive mapping of the group's institutionalization processes. It explores economic dimensions, such as financial cooperation and dedollarization efforts, as well as geopolitical aspects, including the bloc's growing influence in global governance. The findings indicate that BRICS+ plays a crucial role in the transition toward a multipolar order by challenging U.S. hegemony and fostering more representative global governance structures. Despite facing challenges and uncertainties, particularly regarding initiatives like the creation of a common currency, the bloc reinforces its position as a strategic actor in the global arena. This study contributes to the debate on the decline of Western hegemony and the rise of emerging powers, underscoring the political and economic significance of BRICS+ in reshaping global structures in the 21st century.

Key-Words: BRICS+; Multipolarity; Global Governance; Institutionalization; Dedollarization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Séculos Longos e Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA)	21
Tabela 1: Distribuição dos compromissos abordados pelo BRICS entre 2009-2022	55
Figura 2: Países do BRICS em Números - 2022	61
Figura 3: Países do BRICS+ em Números - 2023	62

LISTA DE SIGLAS

AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica.
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático (do inglês “The Association of Southeast Asian Nations”).
BRIC	Acrônimo do inglês para Brasil, Rússia, Índia e China.
BRICS	Acrônimo do inglês para Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
BRICS+	Acrônimo do inglês para Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e novos integrantes (Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos).
CSA	Ciclos Sistêmicos de Acumulação de Capital.
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas.
CRA	Arranjo de Reservas Contingentes do BRICS (do inglês “BRICS Contingent Reserve Arrangement”).
EUA	Estados Unidos da América.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
G3	Grupo formado por África do Sul, Brasil e Índia.
G7	Grupo formado pelas sete maiores economias mundiais.
G8	Grupo formado pelo G-7 acrescido da Rússia.
G20	Grupo formado pelas dezenove maiores economias mundiais, a União Europeia e a União Africana.
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul.
NDB	Novo Banco de Desenvolvimento (do inglês “New Develop Bank”).
OCX	Organização para Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PIB	Produto Interno Bruto.
RPC	República Popular da China
SFI	Sistema Financeiro Internacional.
SI	Sistema Internacional
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
USD	Dólares dos Estados Unidos da América.
ZEE	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. TRANSFORMAÇÕES SISTÊMICAS E O BRICS: UMA ANÁLISE DA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA.....	17
2.1. DE BRAUDEL A ARRIGHI: ESTRUTURAS, TRANSFORMAÇÕES E A NOVA DINÂMICA DO SISTEMA-MUNDO.....	17
2.2. ENTRE COERÇÃO E CONSENSO: A HEGEMONIA GLOBAL E OS CICLOS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM ARRIGHI.....	19
2.3. A MULTIPOLARIDADE EMERGENTE: O DECLÍNIO DA HEGEMONIA OCIDENTAL E A ASCENSÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL.....	26
3. A ASCENSÃO DO BRICS E A NOVA ORDEM INTERNACIONAL: DA MARGINALIZAÇÃO AO REEQUILÍBRIO GLOBAL.....	33
3.1. A EMERGÊNCIA DO BRICS: ORDEM INTERNACIONAL E O PAPEL DAS NAÇÕES SEMIPERIFÉRICAS NO SISTEMA MULTIPOLAR.....	33
3.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO BRICS: DA EXCLUSÃO INTERNACIONAL À DENSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	36
3.3. INSTITUCIONALIZAÇÃO FINANCEIRA: AUTONOMIA E COOPERAÇÃO INTRA-BRICS.....	45
4. A EXPANSÃO BRICS+: NOVOS MEMBROS E A RECONFIGURAÇÃO DA GOVERNANÇA GLOBAL.....	59
4.1. DE JOANESBURGO À KAZAN: BRICS+ E AS PERSPECTIVAS DE GOVERNANÇA GLOBAL.....	59
4.2. O PAPEL DO BRICS+: GOVERNANÇA GLOBAL, MULTIPOLARIDADE E DESAFIOS INSTITUCIONAIS.....	73
5. CONCLUSÃO.....	84
REFERÊNCIAS.....	89

1. INTRODUÇÃO

O Sistema Internacional (SI) do século XXI se estruturou historicamente por extensas e complexas reconfigurações, remodelando as relações internacionais em processos profundos baseados no desenvolvimento de novos atores, como corporações transnacionais e organizações não governamentais, e, principalmente, na emergência de novos pólos de poder estatal. Esse fenômeno contribuiu para o aumento da competição por influência nos campos econômico e comercial global (Mic, 2021). No entanto, essa mudança não é meramente uma reorganização de poder; ela representa uma reconfiguração fundamental da ordem internacional, contrastando a consolidação de pólos hegemônicos sucedidos até o século XX.

Dessa forma, a priori, intenta-se aqui desdobrar a investigação sobre o desenvolvimento histórico da economia mundial capitalista elaborada pelo sociólogo e teórico dos sistemas mundiais, Giovanni Arrighi (1937 - 2009). O autor apresenta, em sua teoria, a sucessão de episódios nos quatro períodos hegemônicos mundiais¹, cada um deles contemplando aspectos mais densos e complexos que o anterior e que, concomitantemente, ao acarretarem o caos sistêmico, sucederam à transição hegemônica.

A conceptualização de Arrighi dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA) tornou a noção de hegemonia um conceito estável, dando especial atenção às mudanças históricas sistemáticas na economia capitalista mundial. Da perspectiva histórica macrossociológica, os CSA são uma teoria que explica como o Ocidente emergiu como potência econômica, política, militar e ideológica dominante desde o início do século XVI. Consoante ao autor, os ciclos sistêmicos na economia capitalista mundial são organizados ao longo de um século, divididos em fases de expansão e crise.

A crise, por sua vez, acelera um processo de mudanças tectônicas na ordem econômica e política global. Dessa forma, o centro da economia mundial moderna se deslocou dos “países centros” da América do Norte e da Europa Ocidental para as economias “semiperiféricas” do Leste e do Sul (Özegin; Sune, 2023). Nesse contexto, ocorre o surgimento coletivo de novos centros de poder, fundamentados nas potências regionais, como o grupo do BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Esta união, o grupo BRICS, emerge após o colapso econômico global de 2008, em que seus membros, principalmente a China, se transformaram em potências econômicas, políticas e diplomáticas do mundo não ocidental. A sigla, surgida do acrônimo, cunhado em 2001 por

¹ Sendo eles, o ibero-genovês (1453 - 1648), o holandês (1580 - 1784), o britânico (1740 - 1929) e o norte-americano (desde 1870) (Arrighi, 2007).

Jim O’Neill, à época recém-indicado para o cargo de chefe de pesquisa econômica global da Goldman Sachs, no estudo “Building Better Global Economic BRICs” criou uma categoria a qual inserisse os países de grande território e em rápido desenvolvimento que considerou instrumentais para a atual transformação econômica global (Stuenkel, 2021).

Esse contexto do fundador do acrônimo, explicita a necessidade de explorar a relação entre o autor, a sua denominação para o grupo, e sua real condição e conceituação das Relações Internacionais. Como economista, na realização deste estudo, ele não considerou os fatores políticos e formou o grupo com base em indicadores econômicos, priorizando as taxas de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), PIB per capita e a população dos países (Stuenkel, 2021).

Entretanto, a lógica inicial de Jim O’Neill ao criar o grupo não refletiu seu real desenvolvimento. Essa constatação se sustenta pelo fato de que houve desafios e oposições entre os acadêmicos para reconhecer que o BRICS já se estabelecia como uma iniciativa política. Afinal, se o tamanho do mercado e as taxas de crescimento fossem os únicos fatores importantes, o grupo teria optado pela Indonésia como seu quinto integrante, em vez da África do Sul, no final de 2010.

Como essas economias estão em constante crescimento, espera-se que os países do BRICS apresentem um papel cada vez mais relevante. Contudo, apesar de a crescente presença econômica, política, militar e cultural dos países do BRICS no cenário mundial ser amplamente reconhecida, não raro, ainda se questiona se essas nações emergentes do Sul Global são uma alternativa contra-hegemônica à posição tradicionalmente mantida pelos Estados Unidos da América (EUA) e os quatro séculos de domínio ocidental.

Por conseguinte, esse redirecionamento da economia mundial incentivou os estudos do papel dos países do BRICS na economia global; entretanto, esses não se limitaram apenas ao escopo econômico, mas também incluíram a dimensão demográfica. Em 2019, o BRICS já representava mais de 40% da população mundial, como um grupo que correspondia a cerca de 3,2 bilhões de pessoas, enquanto seu PIB combinado havia aumentado de 5.863 bilhões de dólares (USD) em 2000 para 19.018 bilhões de dólares em 2019, representando mais de 20% do compartilhamento mundial (Azharuddin, 2022).

Mediante essa conjuntura, a presente pesquisa se concentra nos esforços de analisar e compreender como a emergência e expansão, por meio de processos de institucionalização, do BRICS para BRICS+ - com o ingresso de 5 novas nações: Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos - em 2024, influencia a dinâmica do Sistema Internacional em direção à multipolaridade. Essa avaliação, contudo, não se limita à capacidade

econômico-securitária dos países de se contrapor à ordem vigente, pois esses elementos não seriam suficientes para promover uma mudança estrutural no sistema.

Assim, analisam-se, simultaneamente, os elementos que consolidaram a fragmentação da ordem mundial ocidental, permitindo o avanço do grupo nos campos político, financeiro, institucional e geopolítico. Dessa forma, o trabalho abrange o estudo sobre o progresso da institucionalização do grupo em suas áreas de cooperação financeira e comercial, da agenda de segurança, e expansão geopolítica, ressaltando o potencial impacto dessas iniciativas em sua influência crescente na nova governança global.

Considerando a relevância do bloco no que tange a reestruturação da ordem global, é imprescindível salientar a necessidade de consolidação do estudo que alcance, satisfatoriamente, uma orientação teórica para análise do grupo, não somente no que contempla sua evolução histórica e decorrência vigentes, mas como ferramenta para estruturar estudos futuros que abrangem a projeção do BRICS+ na nova ordem global.

Justificam-se, assim, os empenhos para a construção desse trabalho como imprescindível para a compreensão de atores-chave na transição da nova ordem multipolar. Deste modo, essa pesquisa nasce diante da escassez de estudos multifacetados que abordem aspectos sociopolíticos, históricos e econômicos, considerando as dinâmicas dos atores internacionais que buscam compreender os impactos do grupo nas dinâmicas comerciais, geopolíticas e institucionais. Pois, segundo Arrighi:

[...] para ter alguma utilidade, uma teoria das relações entre as grandes potências estabelecidas e as emergentes deve atender a pelo menos dois requisitos: deve estar fundamentada nas experiências históricas mais significativas para o problema em questão e deve deixar em aberto a possibilidade de romper com as tendências subjacentes (Arrighi, 2007, p. 310, tradução própria).²

Portanto, esse trabalho se concentra em responder à pergunta de “Como a emergência do BRICS+ impacta a governança global e a transição para uma ordem internacional multipolar?”. Essa questão se torna relevante dado o crescente papel do BRICS+ na promoção de uma nova configuração de poder global, desafiando as normas e estruturas estabelecidas pelas potências ocidentais.

Dessa forma, salienta-se como objetivo central analisar o papel do BRICS+ na emergência de uma nova ordem mundial multipolar e as implicações dessa transformação para a governança global. Para alcançar esse objetivo geral, o estudo se desdobra em três

² “[...] to be of any use, a theory of the relationship between incumbent and emergent great powers must fulfill at least two requirements: it must be grounded in the historical experiences that are most germane to the problem at hand; and it must leave open the possibility of breaks with underlying trends.”

objetivos específicos. Primeiro, explora-se a evolução histórica do BRICS+ desde a sua criação, examinando as transformações institucionais que o grupo experimentou ao longo do tempo, culminando em sua recente expansão. Este esforço tem em vista entender como essas mudanças reforçam a posição do BRICS+ na arena internacional e contribuem para sua crescente relevância como um bloco político.

Em segundo lugar, investigam-se as motivações e principais implicações da expansão do BRICS para BRICS+, entre 2023, considerando, especialmente, a inclusão de novos membros antagônicos no grupo, como Irã e Arábia Saudita. Esse objetivo específico visa avaliar as consequências institucionais da expansão para BRICS+ e como essa mudança pode influenciar a estrutura de poder internacional em direção a um sistema mais multipolar.

Por fim, a pesquisa examina o desenvolvimento dos mecanismos institucionais do grupo e os desdobramentos da recente Cúpula do BRICS+ em 2024, realizada em Kazan. Assim, a pesquisa examina, como as iniciativas de cooperação entre os membros, as iniciativas de desdolarização, as implicações geopolíticas, e a ampliação do bloco podem influenciar o potencial do BRICS+ como um contraponto às tradicionais estruturas da ordem hegemônica em declínio dos Estados Unidos.

A contribuição dessa pesquisa não deve ser interpretada, limitadamente, como um estudo alternativo à compreensão da relevância do BRICS. Divergentemente, esse trabalho propõe exceder os limites analíticos que os documentos acadêmicos existentes encontram devido às restrições teóricas e metodológicas. Por conseguinte, a metodologia utilizada para a compreensão dos objetivos apresentados é composta, inicialmente, pela exploração bibliográfica e pela análise documental das Declarações Conjuntas do BRICS, produto dos Fóruns Anuais do grupo iniciados em 2009. Essa investigação se constitui para a identificação dos mecanismos estabelecidos pelos países integrantes para sua institucionalização.

Esse esforço é realizado para, a priori, compreender a constituição do grupo, desde seu caráter mercadológico, indicado pelo Golden Sachs em 2001, até seu estabelecimento como ator internacional. A posteriori, essa análise sucede para a compreensão aprofundada dos mecanismos dispostos para a articulação do grupo na esfera sócio-econômica das relações internacionais. Dessarte, o produto dessa investigação se torna necessário para confirmação da hipótese que possibilita essa pesquisa: o estabelecimento do BRICS+ como um centro de interesses dos Estados periféricos e semiperiféricos do Sul Global, desafiando a governança global ocidental amparada pelas instituições do Consenso de Washington.

Em suma, essa hipótese apresenta duas ramificações entre teóricos das Relações Internacionais, o debate sobre o “declínio do Ocidente” e a “ascensão do resto”. A primeira

sobre a decadência da hegemonia dos Estados Unidos e ordem global dominada pelo Ocidente; a segunda, sobre a capacidade do BRICS para se estabelecer como um possível desafio e alternativa à ordem vigente, à medida que procuram mais poder e influência na governança global. Ambas questões são debatidas com certo ceticismo no campo, seja pela aversão a visão do declínio do poderio estadunidense, ou pela contestação da possibilidade de reconfiguração multipolar do Sistema Internacional.

Finalmente, é nessa retórica que a extensa análise do desenvolvimento institucional e comportamentos do Sistema Internacional convergem para compreender e contribuir com esse debate. Portanto, esse trabalho se estrutura em três partes centrais. Primeiramente, busca-se compreender, os elementos e componentes que desenharam o Sistema Internacional do século XXI. A partir do marco teórico conceitual das produções de Giovanni Arrighi, elaboram-se as bases para uma análise racional acerca de ambas ramificações em conflito.

Através do estabelecimento dos estudos a respeito dos CSA, o autor empenhou-se em analisar as crises do período hegemônico dos Estados Unidos, corroborando, para o debate sobre a decadência dessa ordem. Concomitantemente, apresentam-se os elementos que fundamentam o deslocamento da produção material capitalista para a base da ascensão dos países emergentes, exprimindo a dinâmica contemporânea das relações internacionais, na qual o grupo do BRICS emerge.

Posteriormente, na segunda parte, utiliza-se a abordagem histórico-analítica para descrever o processo de consolidação do BRICS. A partir dos produtos dos Fóruns Anuais conjuntos desses países, analisam-se as ferramentas desenvolvidas para alicerçar a institucionalização do grupo como um ator formal reconhecido pela comunidade internacional. Esse esforço se torna imprescindível para compreender as normas que regem essa união, bem como, o alcance e a influência das instituições desenvolvidas, durante esse processo.

Finalmente, esse trabalho desdobra o complexo mosaico das Relações Internacionais que envolvem a ascensão do BRICS+ em Joanesburgo II e Kazan, nos anos de 2023 e 2024, mediante a nova ordem multipolar. A análise final, intenta, a partir do produto dessa pesquisa, delinear os interesses e a capacidade do grupo no contraposto ao Consenso de Washington e das instituições de Bretton Woods. Esse estudo permeia os pontos centrais, previamente delimitados, como a cooperação financeira e a relevância de estratégias de desdolarização, assim como, as implicações geopolíticas, evidenciando seu potencial impacto na governança global.

2. TRANSFORMAÇÕES SISTÊMICAS E O BRICS: UMA ANÁLISE DA TRANSIÇÃO HEGEMÔNICA

Ao longo das últimas décadas, o Sistema Internacional tem sido moldado por profundas transformações estruturais que desafiam o status quo e questionam a hegemonia ocidental tradicional. O BRICS surge nesse contexto como um ator relevante, articulando uma nova dinâmica no Sistema-Mundo. No entanto, compreender as bases dessa transformação exige uma análise mais aprofundada das estruturas e processos que fundamentam a transição para uma ordem multipolar.

Dessa forma, esta seção realiza a análise das transformações sistêmicas no Sistema Internacional, guiadas pelo arcabouço teórico de Giovanni Arrighi e a teoria dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Examina-se a relação entre hegemonia e as estruturas de poder globais, bem como o declínio da hegemonia ocidental abre espaço para a ascensão de novos pólos de poder. Nesse cenário, busca-se compreender os elementos que sustentam o surgimento de um sistema multipolar e o papel desempenhado pelo BRICS nesse processo de reorganização global.

2.1. DE BRAUDEL A ARRIGHI: ESTRUTURAS, TRANSFORMAÇÕES E A NOVA DINÂMICA DO SISTEMA-MUNDO

Na tentativa de compreender o fenômeno das Relações Internacionais acerca da transição de poder, investigam-se os fatores centrais que tangem tais relações no Sistema Internacional: (i) as transformações estruturais; (ii) o conceito de hegemonia; (iii) e a transição para uma ordem multipolar. Para alcançar estes objetivos, utiliza-se a conceptualização de Giovanni Arrighi, um dos principais cientistas da Teoria do Sistema-Mundo das Relações Internacionais. Em suas três obras principais, “O longo século XX”, de 1994, “Caos e governabilidade no Moderno Sistema Mundial”, de 1999, e “Adam Smith em Pequim”, de 2007, o autor explora, os dois fatores iniciais que motivaram essa investigação, permitindo uma análise fundamentada acerca do fator principal desta pesquisa: a emergência da ordem multipolar.

Contudo, torna-se necessário compreender, a priori, o arcabouço teórico no qual Giovanni Arrighi desenvolve sua análise. Dentro do campo das Relações Internacionais, a teoria do Sistema-Mundo foi um conceito desenvolvido por Immanuel Wallerstein na década de 1970, com a publicação de sua obra “O Sistema Mundial Moderno, vol. I, II e III” que

propôs uma análise a qual contestava os “Estados nacionais” como objeto central de estudo, substituindo o foco analítico por “sistemas históricos”, determinados Sistemas-Mundo. Essa abordagem, foi uma tentativa de combinar, coerentemente, a preocupação com a unidade de análise, a preocupação com as temporalidades sociais e a preocupação com as barreiras que haviam sido erguidas entre as diferentes disciplinas das ciências sociais (Wallerstein, 2004).

Wallerstein propõe uma reorientação no modo como organizamos nosso entendimento do mundo. Para o autor, o elemento chave na análise dos Sistemas-mundo é a ênfase na unidade de análise - um Sistema-Mundo ao invés do estado, sociedade, ou formação social. Em suma, em “Sistemas-Mundo” estamos lidando com uma zona espacial e temporal que atravessa diversas unidades políticas e culturais, representando uma zona integrada de atividades e instituições que obedecem a certas regras sistêmicas.

A palavra “mundo”, aqui empregada, se refere a uma unidade relativamente grande, em termos de área e população, no interior da qual existe uma divisão axial do trabalho. Tal percepção do sistema foi derivada dos esforços de Fernand Braudel, herdeiro do legado revisionista da Escola dos Annales, que analisou, pela primeira vez, a recorrência de expansões financeiras no sistema capitalista mundial desde suas primeiras origens nas cidades-estado da Itália renascentista (Arrighi; Silver; Ahmad, 1999).

Em seu estudo sobre capitalismo e civilização, Braudel continuou a elaborar uma distinção nítida entre a esfera do mercado livre e a esfera dos monopólios. Todavia, foi a sua insistência na multiplicidade dos tempos sociais e sua ênfase no tempo estrutural - o que ele chamou de *longue durée* - que se tornaram centrais para a análise dos sistemas mundiais (Braudel, 1998).

Para os analistas de sistemas mundiais, a *longue durée* era a duração de um sistema histórico específico. Destarte, as generalidades sobre o funcionamento de tal sistema evitavam a armadilha de parecer afirmar verdades eternas e atemporais. Se esses sistemas não fossem eternos, então eles teriam um início, uma vida durante a qual se desenvolveram e transições terminais (Wallerstein, 2004).

Dessa forma, Wallerstein resgatou essa abordagem para definir o Sistema-Mundo como um sistema social que possui limites, potencialmente variáveis, estruturas, regras de legitimação e um certo grau de coerência. Coerentemente, o sistema se caracteriza pelo dinamismo, pois os grupos que existem em seu interior estão constantemente atrelados em uma luta para moldar o sistema em benefício próprio.

Assim, o Sistema-Mundo moderno passa a configurar um espaço-temporal cujo escopo espacial coincide com o eixo da divisão social do trabalho que integra as suas partes

constituintes. Esse eixo se materializa numa complexa cadeia de mercadorias em que para cada processo de produção existem determinados vínculos, responsáveis pela interdependência da rede planetária de valorização do capital (Wallerstein, 2004).

Nota-se, portanto, que a divisão do trabalho que articula a economia-mundo não se limita ao âmbito ocupacional, mas também regional: ela revela uma hierarquia de tarefas que requerem níveis distintos de qualificação e capitalização, resultando na transferência extensiva da mais-valia da periferia para o centro (Wallerstein, 2004). Contudo, esse quadro se torna ainda mais complexo, devido à existência, entre o centro e a periferia da economia-mundo, de uma zona intermediária razoavelmente favorecida pela divisão mundial do trabalho: a semiperiferia. Este processo, em geral, envolve áreas que antes faziam parte do centro do sistema - embora a conversão de áreas periféricas em semiperiféricas não seja incomum.

Em suma, a análise do Sistema-Mundo compreende o conjunto de Estados mundiais como um sistema baseado no acúmulo de capital, nas cadeias globais de valor, na troca desigual no comércio, no crescimento econômico e das finanças internacionais e na hierarquia de poder entre os Estados no concerto de nações. Ademais, conforme estabelece Arrighi, o Sistema Mundial, que surgiu no século XV com a lenta transição do feudalismo para o capitalismo, passou por ciclos de acumulação nos quais um Estado, como centro dinâmico, foi capaz de conduzir o processo de acumulação de capital (Arrighi; Silver; Ahmad, 1999). Esse fenômeno fomenta os esforços para compreender o Sistema Internacional e as dinâmicas de transição hegemônica.

2.2. ENTRE COERÇÃO E CONSENSO: A HEGEMONIA GLOBAL E OS CICLOS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL EM ARRIGHI.

Giovanni Arrighi, falecido em 2009, deixou um legado relevante para a compreensão das dinâmicas de poder nas relações internacionais e a formação do Moderno Sistema Mundial³. A teoria de Arrighi, dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação, tornou a noção de hegemonia um conceito estável, dando especial atenção às mudanças históricas sistemáticas na economia capitalista mundial.

³ O Moderno Sistema Mundial em uma determinação do período de análise, utilizado, principalmente, por Arrighi em sua análise do Sistema-Mundo. Definido como: o sistema mundial em que vivemos atualmente, que teve suas origens no longo século XVI na Europa e nas Américas, o sistema mundial moderno é uma economia-mundo capitalista. (Wallerstein, 2004).

A priori, deve-se realizar um esforço heurístico para compreender a fundamentação que incide no estabelecimento do conceito de “hegemonia” pelo autor, para assim, compreender sua análise dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Devido ao declínio do poder mundial dos Estados Unidos, na década de 70, desencadeou-se uma nova série de estudos para compreender a dinâmica do Sistema Internacional e as concepções acerca de “hegemonia” e “Centros de Poder”⁴. Assim, o autor constrói, do produto dessas investigações, uma análise crítica que permeia a relação interestatal moderna por meio de uma lógica gramsciana do conceito hegemônico e das relações de poder.

Ainda que as investigações predecessoras, careçam de coesão na definição do objeto, da metodologia, da análise e das conclusões de pesquisa, elas apresentam convergências em dois elementos: a interpretação de hegemonia como determinação de “dominação; e a suposta imutabilidade estrutural do sistema, na qual ocorre a variabilidade de poder estatal. Contudo, historicamente, a alternância de poder sempre configurou, em alguma instância, algum tipo de ação transformadora, que mudou o modo de operação do sistema de forma fundamental (Arrighi, 1994).

Concomitantemente, as bases da compreensão sobre “Poder”, se desenvolveram nas perspectivas de “coerção e consenso”, no entanto, Arrighi, alicerçado na conceituação de Gramsci, ao nível analítico nacional, adota o conceito de “hegemonia”, o qual se refere, especificamente, ao poder de um Estado de exercer funções de liderança, governança e gerenciamento sobre um sistema de Estados soberanos.

Aqui, o “poder” não se condiciona por meio da capacidade ou do exercício da dominação por meio de mecanismos coercivos, divergentemente, ele é associado ao domínio ampliado pelo exercício da “liderança intelectual e moral” (Arrighi, 1994). Uma vez que, para Gramsci, no nível nacional, a predominância de um grupo social se revela de duas formas: através da “dominação” e da “liderança intelectual e moral”. Dessa forma, um grupo social exerce o controle sobre grupos opostos, visando “eliminar” ou submeter - não raro, através da força militar; grupos semelhantes ou aliados (Gramsci, 1971).

Consequentemente, exprime-se aqui uma diferenciação necessária para compreender as razões pelas quais afastam as concepções de “dominância” do de “hegemonia”. A primeira é caracterizada, predominantemente, pela adoção do mecanismo coercitivo, enquanto a segunda é caracterizada pelo poder adicional que um grupo dominante adquire devido à sua

⁴ Hopkins and Wallerstein 1979; Bousquet 1979; 1980; Wallerstein 1984; Chase-Dunn 1989; Modelski 1978; 1981; 1987; Modelski and Thompson 1988; Thompson 1988; 1992; Gilpin 1975 and Kennedy 1987.

capacidade de conduzir a sociedade para uma direção que não atende apenas aos interesses do grupo dominante, mas que pretexta atender os interesses gerais (Arrighi, 2007).

Ao discutir o conceito de liderança em um contexto global hegemônico, se está referindo ao uso desse termo para indicar que, em virtude de suas conquistas, um Estado que ocupa uma posição de predominância se transforma em um “modelo” a ser imitado por outras nações, as quais, se sentem incentivadas a seguir sua própria trajetória de desenvolvimento (Arrighi; Silver; Ahmad, 1999). Além disso, a liderança, entendida como um fenômeno de influência e direcionamento do sistema de estados, fortalece o poder do Estado dominante, característica que Arrighi utiliza para definir as hegemônias globais em suas análises dos CSA.

Destarte, da perspectiva histórica macrossociológica, os Ciclos Sistêmicos de Acumulação de Arrighi são uma ferramenta teórico-conceitual, que utiliza a fórmula geral do Capital, de Karl Marx, para conceituar cada CSA e suas sucessões, como o processo que regula as relações entre as potências capitalistas do Sistema-Mundo. Dessa forma, cada CSA representa um movimento da Economia Internacional, e, portanto, explicita como o Ocidente emergiu como potência econômica, política, militar e ideológica dominante desde o início do século XVI.

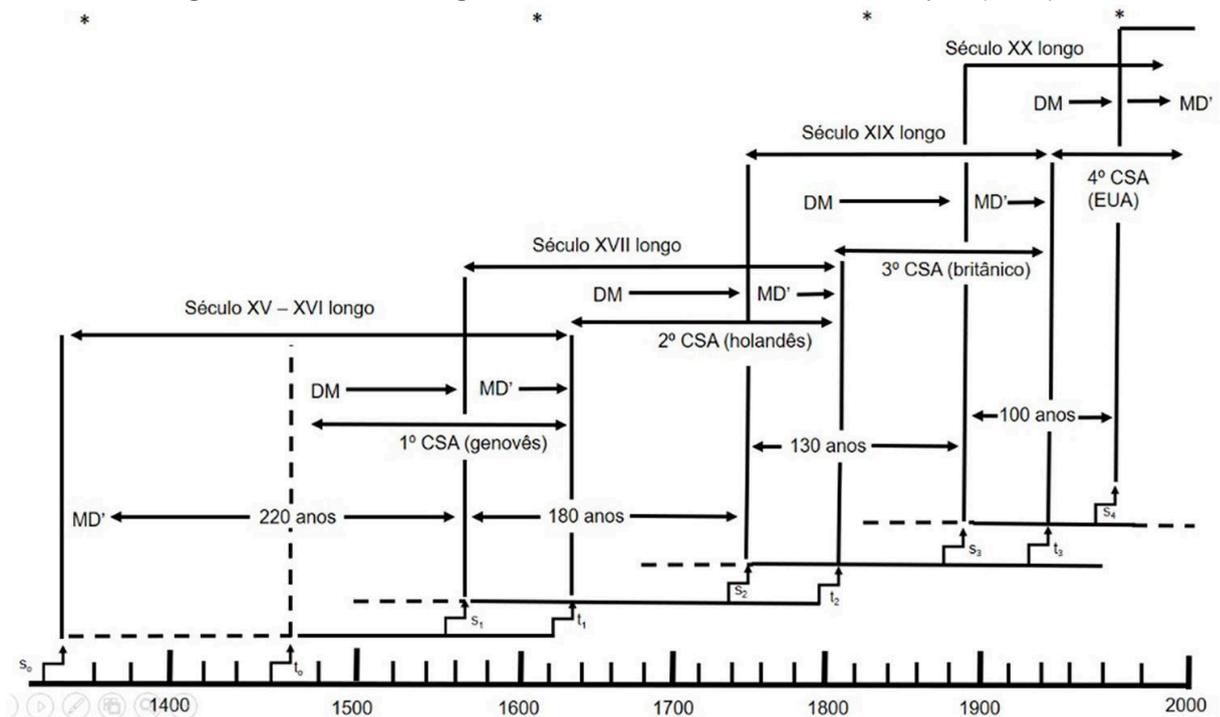
À luz dessas observações, a fórmula geral do capital de Marx (DMD') pode ser reinterpretada como uma representação não apenas da lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também de um padrão recorrente do capitalismo mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de expansão financeira (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário (D) põe em movimento uma massa crescente de mercadorias (M), incluindo força de trabalho e dons da natureza; e, nas fases de expansão financeira, uma massa expandida de capital monetário (D') se liberta de sua forma de mercadoria, e a acumulação prossegue por meio de negócios financeiros (como na fórmula resumida de Marx, DD'). Juntas, as duas épocas ou fases constituem o que chamei de ciclo sistêmico de acumulação (DMD') (Arrighi, 2007, p. 230, tradução própria).⁵

Consoante ao autor, os ciclos sistêmicos na economia capitalista mundial são organizados em um conjunto de períodos principais de hegemonia mundial ao longo de um

⁵ “In light of these observations, Marx’s general formula of capital (MCM’) may be reinterpreted as depicting, not just the logic of individual capitalist investments, but also a recurrent pattern of world capitalism. The central aspect of this pattern is the alternation of epochs of material expansion (MC phases of capital accumulation) with phases of financial expansion (CM’ phases). In phases of material expansion, money capital (M) sets in motion an increasing mass of commodities (C), including labor-power and gifts of nature; and, in phases of financial expansion, an expanded mass of money capital (M’) sets itself free from its commodity form, and accumulation proceeds through financial deals (as in Marx’s abridged formula MM’) . Taken together, the two epochs or phases constitute what I have called a systemic cycle of accumulation (MCM).”

século, divididos em fases de expansão e crise. Na história do Moderno Sistema Mundial, Arrighi identifica quatro ciclos hegemônicos de acúmulo de capital: o ibero-genovês (1453-1648), o holandês (1580-1784), o britânico (1740- 1929) e o norte-americano (desde 1870).

Figura 1 - Séculos Longos e Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA)



Fonte - Arrighi (1994, p. 220)

Como apresentado, cada ciclo constitui-se de três momentos: duas expansões financeiras e uma expansão material. Na primeira fase, ocorre um período de expansão financeira (que se estende de S_{n-1} a t_{n-1}) na qual o novo regime de acumulação se desenvolve nas contradições do antigo (Arrighi, 1994).

No segundo período, ocorre um período de consolidação e desenvolvimento adicional do novo regime de acumulação (que se estende de t_{n-1} a S_n) (Arrighi, 1994). Essa expansão material do Estado hegemônico consolida a sua liderança mundial nos campos produtivo, financeiro, comercial, ideológico e militar. Nesta etapa, o Estado hegemônico lucra com a expansão material de toda a economia mundial e, portanto, exerce as suas funções governamentais sobre o sistema de Estados soberanos não somente através da dominação direta, mas também através da liderança intelectual e moral.

Durante a terceira fase, há uma última expansão financeira (de S_n a t_n) e um declínio do CSA, uma vez que a classe capitalista deste Estado não tem mais incentivos para repor o capital em circulação, devido à pressão sobre os lucros, e então se beneficia do capital atrelado aos juros, o permitindo financiar a expansão material em outro espaço (Arrighi, 2007). Neste momento, as contradições deste regime plenamente desenvolvido criam espaço para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos, um dos quais acabará (isto é, no momento t_n) se tornando o novo regime dominante (Arrighi, 1994).

Cada ciclo é nomeado e caracterizado pelo conjunto específico de agências governamentais e empresariais que guiaram o sistema capitalista global, primeiro por meio das expansões financeiras e, em seguida, pelas expansões materiais que, juntas, formam o ciclo. Vários Ciclos Sistêmicos de Acumulação se sobrepõem nos seus inícios e fins, uma vez que as fases de expansão financeira não se limitaram a ser o “outono” dos principais avanços do capitalismo mundial, elas também representaram momentos em que novas estruturas governamentais e empresariais surgiram e, ao longo do tempo, reorganizaram o sistema, facilitando uma nova fase de expansão (Arrighi, 2007).

Dessa forma, compreende-se que um Estado dominante torna-se hegemônico quando exerce influência sobre o sistema, controlando a concorrência interestatal e definindo as normas políticas, jurídicas, econômicas e militares que asseguram o funcionamento do sistema mundial capitalista. Aliado a essa perspectiva, a teoria da Estabilidade Hegemônica⁶ aponta que a ausência de uma autoridade política central e suprema na arena internacional implica o risco de desordem, sendo necessária a liderança política de um país que garanta o funcionamento eficiente do sistema econômico internacional, garantindo assim que outros países tenham a segurança necessária para aceitarem os princípios fundamentais do sistema mundial capitalista (Arrighi, 2007).

Portanto, um aspecto importante a ser destacado na análise dos CSA é a estrutura da hierarquia do poder internacional. O país que assume a liderança e coordena um ciclo o faz para fortalecer sua capacidade de acumular capital e garantir sua sobrevivência no Sistema Internacional. Contudo, essa liderança nem sempre possui legitimidade reconhecida ao nível internacional e, em algumas ocasiões, Estados rivais contestam a ordem estabelecida por um certo CSA (Pereira; Sardo, 2022). Igualmente, a posição de destaque de um Estado no

⁶ A teoria desenvolvida por autores como Charles Kindleberger em “The World in Depression, 1929-1939” (1973), Stephen Krasner em “Defending the National Interest” (1978) e Robert Gilpin em “War and Change in World Politics” (1981), defende a ideia de que a presença de uma única superpotência, ou hegemonia, é fundamental para estabelecer um sistema global estável, marcado por regras e normas coerentes que promovem a colaboração entre os países.

processo de acumulação de capital global não implica automaticamente em hegemonia no Sistema-Mundo.

Sendo assim, apesar de a sucessão dos CSA ter ocorrido ininterruptamente ao longo de cinco séculos, o mesmo não se aplica às hegemonias desse sistema, devido ao fato de a maioria da trajetória de acumulação de capital do Sistema-mundo ocorrer sob condições não hegemônicas e anárquicas. Portanto, uma hegemonia no Sistema-Mundo caracteriza-se por um período zênite em um CSA específico, onde se observa determinada harmonia entre as potências capitalistas e uma liderança bem definida entre os Estados, construída com base tanto no consenso quanto na coerção (Arrighi, 1994)

No entanto, torna-se necessário indicar que o estudo dos CSA e a classificação de um país hegemônico, não raro, se apresentam menos complexos na categorização de determinados fatores do que em outros. A presença da coerção é facilmente reconhecível pelas capacidades militares do Estado que se estabelece como dominante. Em contrapartida, o consenso pode ser estabelecido através do compartilhamento de um núcleo de poder global e pela oferta de bens públicos internacionais exigidos pelo Sistema-mundo (Pereira; Sardo, 2022). Quanto a esse núcleo de poder, Arrighi o descreve como o “núcleo orgânico” do Sistema-mundo.

[...] o núcleo orgânico consiste em todos os estados que, ao longo da última metade do século, ocuparam consistentemente as posições mais altas da hierarquia global de valor agregado e, em virtude dessa posição, estabeleceram (individual e coletivamente) os padrões de riqueza que todos os seus governos procuraram manter e todos os outros governos procuraram alcançar. Em termos gerais, os membros do núcleo orgânico durante o ciclo dos EUA foram a América do Norte, a Europa Ocidental e a Austrália (Arrighi, 1994, p. 343, tradução própria.)⁷

No que diz respeito aos bens públicos internacionais, a hegemonia precisa ser capaz de suprir as necessidades da economia global, incentivando a criação de instituições que alinhem o processo global de acumulação de capital. Nesse contexto, é conveniente ressaltar a hegemonia britânica, que possibilitou:

[...] aos governos e comerciantes ocidentais “bens coletivos” como a proteção do comércio oceânico e o levantamento e mapeamento dos oceanos do mundo. Graças a essa percepção, em vez de inspirar desafios, o domínio britânico garantiu uma

⁷ “[...] the organic core consists of all the states that over the last half-century or so have consistently occupied the top positions of the global value-added hierarchy and, in virtue of that position, have set (individually and collectively) the standards of wealth which all their governments have sought to maintain and all other governments have sought to attain. Broadly speaking, the members of the organic core during the US cycle have been North America, Western Europe, and Australia”.

grande medida de aceitação voluntária entre os estados ocidentais. (Arrighi; Silver; Ahmad, 1999, p. 60, tradução própria.)⁸

Entretanto, a preservação desses bens comuns se torna complexa, uma vez que eles impõem um ônus à hegemonia. Esses, tornam-se valiosos apenas quando os benefícios decorrentes desse ônus superam os custos de manter uma hegemonia incontestada. Ao examinar a sequência de CSA e hegemonias, nota-se que o bem público internacional mais frequentemente demandado é um Sistema Financeiro Internacional (SFI) estruturado e regulado, pois esse facilita a acumulação de capital nas cadeias globais de valor e previne instabilidades financeiras (Eichengreen, 2012).

Racionalmente, observa-se haver uma relação traçada entre demanda e custos no que tange às responsabilidades demandadas a um Estado hegemônico. Essa relação estabelece os elementos centrais na análise de Arrighi acerca dos fenômenos de transição do Sistema Internacional - as crises dos Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Conforme sua categorização:

[...] designaremos o início de toda expansão financeira [...] como o “crise sinalizadora” [...] do regime dominante de acumulação. [...] Essa crise é o “sinal” de uma crise sistêmica subjacente mais profunda, que, no entanto, a mudança para a alta finança evita temporariamente. [...] Chamamos o evento, ou a série de eventos, que levam a essa superação final de “crise terminal” [...] do regime dominante de acumulação, e consideramos que ela marca o fim do longo século que engloba o surgimento, a plena expansão e o fim desse regime (Arrighi, 1994, p. 220-221, tradução própria).⁹

Dessa forma, compreende-se como ocorrem as transições hegemônicas em um CSA, no qual o ciclo passa por períodos de crises, nos quais o regime de acumulação de capital é questionado, possibilitando uma fase de transição. A complexidade envolvida na identificação dessa transição se revela mais desafiadora quando comparada à transição de CSA, devido às reorganizações que acontecem na ordem político-econômica do Sistema-Mundo (Arrighi; Silver; Ahmad, 1999). Essas mudanças exigem que os Estados emergentes tomem a iniciativa de fornecer os bens públicos internacionais exigidos por um novo CSA.

Em síntese, essa dinâmica conclui dois aspectos relevantes para a compreensão do Sistema Internacional. O primeiro determina que a acumulação de capital no capitalismo é um

⁸ “[...] Western governments and merchants with such “collective goods” as the protection of ocean commerce and the surveying and charting of the world's oceans. Thanks to this perception, instead of inspiring challenges, British dominance secured a large measure of willing acceptance among Western states”.

⁹ “[...] we shall designate the beginning of every financial expansion [...] the “signal crisis” [...] of the dominant regime of accumulation. [...] This crisis is the “signal” of a deeper underlying systemic crisis, which the switch to high finance none the less forestalls for the time being. [...] We call the event, or series of events, that lead to this final supersession the “terminal crisis” [...] of the dominant regime of accumulation, and we take it to mark the end of the long century that encompasses the rise, full expansion, and demise of that regime.”

processo incessante, e assim, as mudanças de um CSA para outro, desde o século XV, ocorrem de maneira gradual e constante (Pereira; Sardo, 2022). Resumidamente, não existem intervalos em que não haja acumulação de capital. Todavia, as transições hegemônicas frequentemente se dão abruptamente, fazendo com que o Sistema-Mundo experimente períodos não-hegemônicos.

2.3. A MULTIPOLARIDADE EMERGENTE: O DECLÍNIO DA HEGEMONIA OCIDENTAL E A ASCENSÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

Fundamentalmente, os esforços teóricos de Arrighi prestaram devida atenção aos fatores relativos à compreensão das dinâmicas do Sistema Internacional e corroboram para trazer luz ao debate acerca do “declínio do Ocidente” e a “ascensão do resto”. Portanto, a partir do estabelecimento sobre o conceito de hegemonia e transformações estruturais, possibilita-se a análise sobre o declínio da hegemonia dos Estados Unidos e da ordem global dominada pelo Ocidente e, posteriormente, sobre a transição para uma ordem mundial multipolar.

Com o início da crise terminal do CSA britânico em 1929, Arrighi identificou, elementos típicos de uma crise sistêmica: (i) o crescimento do protecionismo internacional e da concorrência intercapitalista, resultantes do desequilíbrio de poder após 1918, e (ii) as instabilidades inerentes à financeirização, incluindo o retorno gradual e desigual ao padrão-ouro. Consecutivamente, a partir desse período, deu-se início ao ciclo ascendente dos Estados Unidos (Arrighi, 1994).

A crise de 1929 pode ser considerada uma crise de subconsumo do capitalismo, na qual a produção é derrubada de uma só vez e há uma rápida espiral de desemprego, queda na renda e congelamento do sistema de crédito (Arrighi, 1994). Em outras palavras, é uma crise que ocorre quando a produção e o emprego caem abruptamente, resultando em uma incapacidade do capitalismo de gerar demanda suficiente.

Por conseguinte, com o colapso do CSA britânico, os Estados Unidos se tornaram a principal potência econômica global, mas ainda assim, a fase de crescimento material desse ciclo já havia se iniciado desde a década de 1870, após os EUA resolverem suas tensões de classe com a conclusão da Guerra Civil (1860-1865) e o modelo econômico do norte ter triunfado sobre o livre comércio dos estados do sul (Arrighi; Silver; Ahmad, 1999). Por fim, este era um processo de ascensão, que se tornou inevitável, uma vez que “[...] as duas guerras

mundiais provocaram uma centralização quase completa da liquidez mundial nas mãos dos EUA.” (Arrighi; Silver; Ahmad, 1999, p. 73, tradução própria)¹⁰.

Indubitavelmente, a sucessão do período do pós-guerra consolidou a supremacia dos Estados Unidos, pois essa era alicerçada na incontestável coerção de suas capacidades militares e na formação de um consenso de um novo Sistema Financeiro Internacional estruturado e ordenado. Esse novo SFI - Bretton Woods - fundamentava-se em três pilares: (i) restrição de mobilidade de capitais internacionais, (ii) câmbio fixo e (iii) autonomia de política monetária (Eichengreen, 2012).

Em suma, ao final da Segunda Grande Guerra, já se havia delineado a formação de uma nova ordem global, a qual era predominantemente liderada pelos Estados Unidos. Pois, em Bretton Woods, foram definidas as fundações de um sistema monetário renovado; em Hiroshima e Nagasaki, novas formas de violência evidenciaram os fundamentos militares dessa nova estrutura; e em São Francisco, foram estabelecidas diretrizes e normas para legitimar a gestão do Estado e do conflito, conforme descrito na Carta da Organização das Nações Unidas (ONU). (Arrighi; Silver; Ahmad, 1999).

Categoricamente, entre 1945 e 1987, marca-se o período de expansão plena dos Estados Unidos, em seu auge da hegemonia capitalista, no qual elementos de coerção e consenso, sustentavam a última fase de expansão material do Ciclo Sistêmico de Acumulação norte-americano. Entretanto, como mostra a história, essas fases dos CSA não são sustentáveis por longos períodos, uma vez que as crises do capital fazem com que a produção desacelere e desestimulem a reposição de capital circulante. Isto é, no epicentro de cada expansão material já se situam as contradições que a acarretarão à sua superação (Pereira; Sardo, 2022).

No contexto dos Estados Unidos, os estímulos e a disposição do Sistema Internacional resultaram em uma nova fase de crescimento tanto do comércio quanto da produção global, o que ficou conhecido como a Era Dourada do Capitalismo nas décadas de 1950 e 1960. Igualmente as expansões que ocorreram sob as hegemônias britânica e holandesa, essa analogamente culminou em uma crise hegemônica (Arrighi, 1994.).

Diante desse cenário, durante a década de 1970, tornou-se evidente que o exército americano enfrentava uma iminente derrota no Vietnã, e que o seu sistema monetário, regido por Bretton Woods, estava à beira do colapso. Esse fenômeno marcou o início de uma prolongada crise de compressão de lucros da hegemonia dos Estados Unidos, semelhante à

¹⁰ “[...] the two world wars had brought about an almost complete centralization of world liquidity in U.S. hands.” (Arrighi; Silver; Ahmad, 1999, p. 73)

Longa Depressão de 1873-1896 - e uma crise que, ainda que tenha sido acentuada por problemas maiores e o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), permanece não resolvida (Arrighi, 1994).

De fato, pode-se identificar as raízes dessa instabilidade na posição de supremacia dos Estados Unidos, remontando desde a década de 1970, quando diversas contradições começaram a afetar sua força econômica, política e ideológica. De acordo com Arrighi (2007), o poder dos Estados Unidos, eventualmente, atingiu uma fase final de declínio e caos sistêmico. E que, incontestavelmente, desde do início dos anos 1970, os sinais do declínio tornaram-se cada vez mais evidentes.

A derrota no Vietnã, o colapso do sistema de Bretton Woods, os efeitos econômicos e políticos de longo prazo das crises do petróleo de 1973 - 1974, a queda do dólar, o enfraquecimento dos laços entre os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão, e a ascensão de novas nações, são todos sinais de um declínio gradual. Dessa forma, com a saturação do mercado e a concorrência capitalista reduziram-se os lucros, o que afetou negativamente as bases produtivas e comerciais da hegemonia dos Estados Unidos (Arrighi, 2007).

Primeiramente, as ocorrências dos choques do petróleo e a derrota no Vietnã expõem os sinais iniciais dos limites do poder estadunidense. À medida que o balanço de pagamentos internacionais dos Estados Unidos se deteriorava, o país foi forçado a cortar o vínculo nominal entre o dólar e o ouro sob o regime de taxa de câmbio fixa de Bretton Woods, indicando a falência do SFI e suprimindo o elemento de consenso da hegemonia norte-americana, que se tornava cada vez menos capaz de administrar os interesses comuns do sistema (Arrighi, 2007).

Ademais, desde 1973, os mercados capitalistas mais desenvolvidos enfrentaram um período de estagnação econômica, que pode ser descrito por três características principais: (i) a diminuição do comércio internacional em razão da flexibilização das taxas de câmbio, (ii) a desvalorização do dólar com o fim do padrão-ouro e (iii) a instabilidade financeira e cambial resultante do retorno à livre circulação de capitais internacionais (Arrighi, 2007). Em resumo, o que se observou na economia global após 1973 foi um momento de esfacelamento do sistema financeiro internacional, caracterizado por sua falta de regulamentação e pela alta instabilidade (Eichengreen, 2012).

Entretanto, entre os anos 1980 e até meados dos anos 2000, a queda foi relativamente lenta, devido à financeirização do capitalismo global e às estratégias contratuais adotadas pelos Estados Unidos para minimizar os efeitos da sua perda de influência. Como

consequência, a transição da expansão material para a financeira, acompanhada pela reestruturação global das políticas neoliberais, como a privatização, a desregulamentação, e liberalização comercial e a financeirização, nos anos 1980 e 1990, tiveram um impacto significativo na recuperação das taxas de lucro (Özekin; Sune, 2023).

Esse impacto se torna evidente ao observar que, em 1989, a expansão financeira dos Estados Unidos recebeu um novo ímpeto com uma onda de desregulamentação dos mercados nacionais em diversos países da periferia e da semiperiferia do Sistema-Mundo. No entanto, enquanto o núcleo do Sistema-Mundo experimentava esse crescimento financeiro, nos limites da influência dos EUA, estava em ascensão uma expansão material oriunda do leste asiático, que vem se desenvolvendo desde a década de 1950.

Essa expansão material, ao contrário das anteriores, possui uma distribuição geográfica e política mais ampla, com dois centros dinâmicos principais: a República Popular da China (RPC) e o Japão. Assim, ao conectar essas duas vertentes do fenômeno - a expansão financeira dos EUA e a expansão material do leste asiático - são reveladas ambas as causas que contribuíram para o fenômeno da superliquidez na economia americana nos anos 2000, que posteriormente resultou na crise de 2008 (Pereira; Sardo, 2022).

Além disso, a dissolução da União Soviética deixou os Estados Unidos sem desafios globais e abriu um vácuo de poder em áreas como o Oriente Médio. Esse fenômeno ocasionou a militarização da política externa dos EUA e o seu estiramento imperial, o que, por sua vez, aceleraria o declínio da hegemonia ocidental liderada por eles (Özekin; Sune, 2023).

Os anos 2000 e início da década de 2010 testemunharam a perda do papel hegemônico dos Estados Unidos, na ordem do Sistema Internacional, bem como um declínio na influência relativa da União Europeia (UE) à medida que enfrentavam crescentes dificuldades econômicas e interesses divergentes das potências emergentes. Em conjunto com a tragédia da invasão e ocupação do Iraque, a Grande Recessão de 2008 - 2009 serviu como um duro alerta sobre as limitações do poder dos Estados Unidos e a arrogância na formulação de suas políticas (Özekin; Sune, 2023).

Redigindo um ano antes da crise de 2008, Arrighi já percebia que a interdependência entre os Estados Unidos e a República Popular da China apresentava elementos viciosos. Ele antecipava que a situação de superliquidez na economia americana era essencialmente irreversível, pois a simbiose macroeconômica entre os EUA e o leste asiático sustentava as baixas taxas de juros nos Estados Unidos e a elevada produtividade de economias emergentes, como a chinesa (Arrighi, 2007).

Isso se tornou claro em 2001, com a entrada da RPC na Organização Mundial do Comércio (OMC), dando início a um período de crescente demanda por commodities para atender à produção industrial da China. Conseqüentemente, entre 2003 e 2008, surgia a bolha internacional de produção conhecida como “saving gluts”, ou seja, uma crise de subconsumo (Pereira; Sardo, 2022). Na Ásia, havia uma acumulação significativa de reservas de capital em um cenário de superliquidez, resultando em um excesso de poupança que não era devidamente direcionado para o consumo.

Nesse contexto, a partir de 2008, emerge um novo ciclo sino-americano, caracterizado de forma inédita desde 1648 por uma dicotomia (Pereira; Sardo, 2022). Assim, a avaliação da ascensão e do crescimento da expansão material do leste asiático parece corroborar a natureza simbiótica e dicotômica da atual realidade da economia mundial:

[...], o renascimento [do Leste Asiático] foi associado a uma diferenciação estrutural de poder na região que deixou os Estados Unidos controlando a maior parte das armas, o Japão e os chineses ultramarinos controlando a maior parte do dinheiro e a RPC controlando a maior parte da mão de obra. Essa diferenciação estrutural - que não tem precedentes em transições hegemônicas anteriores - torna extremamente improvável que um único Estado operando na região, inclusive os Estados Unidos, adquira as capacidades necessárias para se tornar hegemônico regional e globalmente. (Arrighi; Silver; Ahmad, 1999, p. 269).¹¹

Essa realidade é comparável ao histórico ciclo ibero-genovês (1453-1648). Esse em que características comuns incluem (i) um ciclo dicotômico e simbiótico de acumulação, (ii) um período não hegemônico do Sistema-Mundo e (iii) o aumento da multipolaridade (Arrighi, 2007).

Além disso, a macroeconomia simbiótica do ciclo ibero-genovês é igualmente semelhante à atual, onde a triangulação entre norte da Itália, Antuérpia e Espanha pode ser facilmente aplicada ao cenário contemporâneo. Contudo, nesta ocasião, ao invés de ouro e prata, lidamos com dólares; em lugar das letras de câmbio, temos os títulos do tesouro americano; e, em substituição aos asientos, surgem os investimentos estrangeiros diretos (Pereira; Sardo, 2022).

Entretanto, é fundamental destacar que, no contexto do CSA sino-americano, o crescimento da multipolaridade se dá sem elevação das tensões militares em âmbito

¹¹ “[...], the renaissance has been associated with a structural differentiation of power in the region that has left the United States controlling most of the guns, Japan and the Overseas Chinese controlling most of the money, and the PRC controlling most of the labor. This structural differentiation-which has no precedent in previous hegemonic transitions-makes it extremely unlikely that any single State operating in the region, the United States included, will acquire the capabilities needed to become hegemonic regionally and globally. Only a plurality of states acting in concert with one another has any chance of developing a new world order.”

internacional. Um elemento que se deve à concentração das capacidades militares e dos mecanismos de coerção nos EUA, uma nação que enfrenta um declínio econômico, enquanto a China, em ascensão econômica, busca apenas reafirmar sua soberania, sem competir diretamente com o poder bélico dos EUA (Pereira; Sardo, 2022).

Além disso, as rivalidades nesse CSA têm poucas chances de se transformarem em um dilema de segurança, não apenas pela interdependência econômica que une ambas as nações, mas também pelo fortalecimento do núcleo orgânico do Sistema-Mundo, que, por sua vez, favorece o aumento da multipolaridade e a própria interdependência econômica entre novos atores emergentes.

Esse fenômeno se tornou claro com o desmantelamento de Bretton Woods em 1973, quando os Estados Unidos e as demais potências foram forçadas a reestruturar a governança financeira internacional das instituições tradicionais. Pois, até 2008, essa governança era liderada pela tríade FMI-G7-OMC, com o FMI (Fundo Monetário Internacional) encarregado da estabilidade monetária, o G7 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão e Reino Unido) incumbido da harmonização das políticas macroeconômicas e a OMC responsável pela regulamentação do comércio (Eichengreen, 2012).

Neste novo CSA, a tríade FMI-G7-OMC é substituída pela FMI-G20-OMC, uma vez que os países do Norte desenvolvido passaram a entender que a harmonização das políticas macroeconômicas deveria englobar também as principais economias emergentes. Esta relevância do G20 a partir de 2008 intensificou a multipolaridade e limitou as ações unilaterais no Sistema-Mundo ao incluir no seu Núcleo Orgânico países como África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Rússia e Turquia (Arrighi, 2008).

Recentemente, observou-se uma evidência que reforça o crescimento da multipolaridade no Sistema-Mundo no contexto pós-2008: as divisões na estrutura política e econômica do Sistema Internacional. Onde identificam-se quatro eixos, sendo três destes evidentes no G20: o eixo militar-rentista anglo-saxão, o eixo industrial desenvolvido e o eixo industrial heterodoxo emergente (Visentini, 2019).

A primeira clivagem da política internacional contemporânea se une em torno do eixo militar-rentista anglo-saxão, que inclui países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e, tangencialmente, Israel. Este eixo representa os Estados ligados à expansão financeira dos Estados Unidos. O segundo grupo é formado pelo eixo industrial mais desenvolvido, que abrange a União Europeia, o Japão e os Tigres Asiáticos, refletindo,

em certa medida, os Estados que prosperaram materialmente no período pós-guerra, mas que ainda têm sua soberania vinculada aos EUA (Visentini, 2019).

Por fim, temos o terceiro eixo industrial heterodoxo emergente, composto pelas nações do BRICS, onde a presença do Estado na economia e as relações de poder são significativas, ou seja, os Estados da semiperiferia. Semelhante ao anterior, a prioridade imediata é evitar um conflito armado de proporções globais e garantir o progresso econômico (Visentini, 2019). Apesar de possuírem recursos para se proteger, eles não conseguem exercer influência em uma escala mundial e dependem, em parte, das decisões do segundo eixo.

Por fim, o quarto, excluído do G20, é o eixo agrário, mineral e demográfico periférico, é composto pelas nações médias e pequenas da América Latina, África e partes da Ásia, incluindo o Oriente Médio, que se caracterizam por uma riqueza em recursos humanos, agrícolas e minerais e, principalmente, de energia (Visentini, 2019). No entanto, carecem de força militar e habilidades diplomáticas, o que as leva a agir de maneira fragmentada, tornando-se uma área de disputa entre os outros eixos.

Essa divisão na esfera político-econômica global demonstra que a multipolaridade não necessariamente gera tensões militares, visto que a principal meta do emergente eixo industrial heterodoxo é evitar conflitos armados em escala global e promover seu desenvolvimento econômico (Visentini, 2019). Além disso, a inserção desse eixo ao Núcleo Orgânico transforma a dinâmica de definição da agenda internacional, permitindo que os países emergentes - em sua maioria países integrantes do BRICS ou que integrarão ao BRICS+ - exerçam maior influência regional e global.

Dessa forma, o novo CSA sino-americano marca o início de um período de grandes unidades políticas que, similar a um Estado mundial, precisam implementar uma governança mundial, como já se observa no âmbito do G20 (Arrighi, 2007). Portanto, principal contribuição de Arrighi para a análise da nova ordem mundial é a ideia de que “[...] a ascensão chinesa, [...] pode ser considerada o prenúncio de uma maior igualdade e respeito mútuo entre os povos europeus e não europeus [...]” (Arrighi, 2007, p. 383, tradução própria)¹².

¹² “[...] the Chinese ascent, [...] can be taken as the harbinger of that greater equality and mutual respect among peoples of European and non European [...]”

3. A ASCENSÃO DO BRICS E A NOVA ORDEM INTERNACIONAL: DA MARGINALIZAÇÃO AO REEQUILÍBRIO GLOBAL

A emergência do BRICS reflete um momento crucial de transformação na ordem internacional, em que as nações semiperiféricas começam a desempenhar um papel cada vez mais relevante na configuração de um sistema multipolar. Desde sua formação, o grupo ascende como um símbolo de resistência à hegemonia ocidental, articulando suas economias para reequilibrar as forças globais. A presente seção se concentra em dois aspectos fundamentais desse processo: a análise histórica do surgimento do BRICS e o papel estratégico desempenhado por essas nações no contexto da transição de poder global.

Além disso, explora-se a evolução institucional do bloco, destacando como os países integrantes ultrapassaram barreiras iniciais de exclusão internacional e se consolidaram como atores-chave no cenário global. Por fim, analisa-se a autonomia desenvolvida no interior do grupo, com foco na cooperação intrabloco e nas iniciativas voltadas para a criação de alternativas às instituições financeiras tradicionais, evidenciando a busca do BRICS por maior independência frente às estruturas dominadas pelo Ocidente.

3.1. A EMERGÊNCIA DO BRICS: ORDEM INTERNACIONAL E O PAPEL DAS NAÇÕES SEMIPERIFÉRICAS NO SISTEMA MULTIPOLAR

A análise da nova ordem mundial e da emergência de um SI multipolar explicita-se primordial para a compreensão do contexto de emergência do BRICS. Essa configuração sistêmica supracitada demonstrou como as nações emergentes da semiperiferia do SI, absorveram os fluxos de produção do último CSA e acumularam capital suficiente para projetá-los economicamente, desafiando a ordem internacional liderada pelos Estados Unidos.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível salientar a relevância da caracterização das nações emergentes frente tais disposições conflituosas do Sistema, estabelecido pela primeira vez, segundo Arrighi, por um núcleo orgânico extenso, contemplando países externos ao centro de poder clássico e oligopolista no SI. Essa necessidade se sucede, uma vez que, o uso generalizado desse conceito por uma multiplicidade de análises tornou incerto o que de fato se refere à classificação de Estados emergentes (Sennes, 1998).

Dessa forma, essa distinção surge da necessidade de categorizar potências que, além do que Arrighi menciona como parte do núcleo orgânico, incluem atores-chave na análise da nova ordem multipolar. Estes atores, concomitantemente, usufruíram das vantagens dos fluxos

produtivos do final do século passado, mas não constituem o núcleo de poder do G20, como exemplos, o Irã, Emirados Árabes Unidos, Nigéria, Egito, Etiópia, etc.

Tal esforço se justifica pela primazia em compreender a relevância dos países além desse núcleo, que, no contexto da multipolaridade, revela uma dinâmica mais complexa e diversificada em comparação ao núcleo anterior do G7. Essa definição é fundamental para avaliar a importância do BRICS como protagonistas e como seu papel se desenvolve na estrutura dessa nova configuração sistêmica.

Portanto, emprega-se aqui o conceito de “Potências Médias” desenvolvido por Ricardo Sennes (1998) para identificar e classificar potências emergentes que ocupam uma posição intermediária, não somente no Sistema Internacional, mas também, no seu contexto sistêmico regional. Dessa forma, essas potências, diferentemente de se classificarem somente como nações emergentes no contexto global, são apresentadas pelo autor como atores fundamentais nos sistemas regionais e sub-regionais em que estão inseridas.

A importância da projeção regional é enfatizada como um fator essencial para o surgimento de atores relevantes que influenciam o SI, desempenhando o papel de *system-affecting states* (Keohane, 1969). Em outras palavras, países que não podem esperar impactar o sistema isoladamente, tem a capacidade de causar um efeito significativo ao cooperar em pequenos grupos, formar alianças ou atuar por meio de organizações internacionais, sejam elas de abrangência global ou regional.

[...] dada sua condição de países intermediários quanto à capacidade de ação internacional, teriam um especial interesse em buscar a cooperação como a melhor forma de se contrapor às ações quase sempre coercitivas e unilaterais das Grandes Potências, pois a estruturação oligopolista do Sistema Internacional, baseada nos interesses destas últimas, tende, sistematicamente, a prejudicá-las (Sennes, 1998, p. 389).

Ademais, torna-se evidente a importância de entender aspectos que vão além das meras questões comerciais e econômicas. Esse contexto se deve ao fato de que, o acelerado crescimento econômico e a industrialização desses países foram, em algumas ocasiões, acompanhados de mudanças em suas estratégias de atuação no cenário internacional, resultando em uma forma peculiar de inserção global. Assim, apesar de ainda enfrentarem grandes limitações, essas nações conquistaram um certo grau de autonomia na criação de suas políticas externas, se integrando mais à economia global e ampliando sua capacidade de negociação, ou seu poder relativo, nas relações internacionais (Saraiva, 1990).

Coerentemente, para realizar uma análise abrangente das capacidades desses Estados, se torna imprescindível considerar um conjunto essencial de dados empíricos relacionados à sua presença física, econômica, populacional, comercial, diplomática e militar em comparação com outros atores do Sistema Internacional (Lima, 2013). Além disso, é fundamental examinar o conteúdo de sua agenda externa, suas posições em relação a acordos e tratados multilaterais, assim como o perfil de suas relações econômicas, comerciais e financeiras. Essas condições são essenciais, embora não sejam suficientes, para garantir uma presença que se considere minimamente relevante no contexto internacional.

Esses elementos são fundamentais para entender a possível conjuntura de atuação hodiernamente, uma vez determinado que o contexto regional é crucial para a projeção internacional de Potências Médias. Nesse cenário, seus interesses estão diretamente implicados, o que torna necessário fortalecer a influência na região, evitando que outras potências prevaleçam sobre seus interesses (Sennes, 1998).

Contudo, há uma significativa discrepância nas maneiras como esses países se inserem no cenário internacional. Certos países, os quais mantiveram uma estreita aliança com as Grandes Potências e nações desenvolvidas, adotam uma abordagem internacional com menor impacto, esses são os casos do Canadá e da Austrália. Em contrapartida, outros se empenharam em buscar uma posição de liderança política, tanto no contexto regional quanto global, pleiteando mudanças no arranjo político e econômico mundial, como se observa na África do Sul e no Brasil. Os fatores que costumam corroborar para essas escolhas estratégicas incluem a situação política, as capacidades econômicas e militares, o peso regional específico e as aspirações do país (Sennes, 1998).

Dessa maneira, uma característica marcante das Potências Médias se torna a inclinação para estabelecer uma variedade significativa de estratégias internacionais. Esse conjunto diversificado de abordagens resulta do desequilíbrio que esses países enfrentam em sua capacidade de negociação em diferentes contextos. Em outras palavras, essa multiplicidade decorre da coexistência de vulnerabilidade e autonomia que esses países costumam exibir. Portanto, a aparente falta de coerência nas ações externas das Potências Médias, decorrente de seu padrão inconsistente, possui uma base estrutural e não pode ser atribuída a uma suposta falta de racionalidade por parte dos responsáveis por essas políticas (Lima, 2013).

Portanto, o que se desdobra com essa análise, é a indicação de que, a classificação de potências emergentes, alicerçada pelo conceito de “Potências Médias”, demonstra comportamentos específicos, mas não raro, divergentes desses Estados. No entanto, como

apresentado, esse componente não afeta a capacidade dos mesmos em alcançar seus interesses nacionais, de maneira contrária, conduz que esses atores se articulem de maneira mais complexa e dinâmica no sistema a partir de ferramentas multifacetadas estabelecidas pela sua agenda externa.

Conclusivamente, a difícil avaliação dessa categoria de nações, bem como seu nível de eficácia nos âmbitos político e econômico, levou a maioria dos analistas na Europa e nos Estados Unidos a defender que, apesar do apelo do acrônimo BRICS e de sua habilidade de proporcionar, tangivelmente uma nova dinâmica de poder global, essa classificação seria incapaz de uma análise mais aprofundada, uma vez que as discrepâncias entre os integrantes do grupo BRICS superam amplamente os pontos em comum (Stuenkel, 2021).

Uma argumentação semelhante sustenta a tese de que o BRICS não é um grupo coerente, uma vez que suas posições políticas globais apresentam grandes diferenças. Dessa forma, há pouco potencial em relação às expectativas ao grupo de que ele se transformaria em uma entidade relevante comparável ao G7. No entanto, é importante considerar que a análise sobre o BRICS pode, não raro, desconsiderar o processo de institucionalização do grupo, iniciado em 2009, que tem evoluído de maneira significativa. Assim, esse ceticismo observado em parte da literatura reforça a necessidade de esclarecer, metodologicamente, a construção histórica de um mecanismo institucional capaz de organizar os interesses do grupo de forma eficiente e consistente em sua atuação no Sistema Internacional.

Essa construção se torna ainda mais imprescindível, quando se percebe haver a escolha dos países que compõem o BRICS de adotar tal denominação, realizar encontros anuais e iniciar uma série considerável de iniciativas colaborativas entre governos. Essa articulação pode, e deve, ser vista como uma das inovações mais relevantes na governança global nos últimos vinte anos - e, por sua vez, uma das mais inesperadas, dada a aparente diversidade entre os países do grupo (Stuenkel, 2021).

3.2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO BRICS: DA EXCLUSÃO INTERNACIONAL À DENSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Recordar a formação e a evolução do BRICS é fundamental para entender a ausência de participação ativa das potências emergentes nas principais instituições de governança global. Essa realidade se explica, uma vez que, organismos como o G7, o G3, o FMI e o Banco Mundial eram, em grande medida, regidos por potências ocidentais (Mic, 2021). No entanto, observa-se que, a partir da intensificação da cooperação entre os países membros do

BRICS propiciou-se uma densificação institucional, a partir da criação de regras, normas e procedimentos, os quais permitiram que o grupo expandisse seu papel no cenário internacional em contraste a esse contexto.

Conforme analisado, a crise financeira global de 2008 evidenciou a incapacidade das instituições políticas ocidentais em lidar com as demandas emergentes de um mundo cada vez mais multipolar. O crescimento das economias emergentes permeou eficientemente áreas estratégicas como “competição econômica, influência política e econômica, bem como capacidades técnicas e materiais” (Xing, 2019, p. 8, tradução própria)¹³, o que atraiu considerável atenção internacional para o BRICS.

No entanto, a transição sistêmica, marcada pela resiliência dos países emergentes durante a crise financeira, exprimiu aspectos determinantes da nova arquitetura internacional: (i) inicialmente, a recessão econômica das principais potências ocidentais em 2008 experimentou um reequilíbrio de poder; (ii) ao mesmo tempo, criou uma oportunidade para as potências emergentes aumentarem sua influência política e econômica. Em contrapartida, essa crise também produziu incertezas sobre os efeitos que o declínio das potências estabelecidas poderia ter sobre elas, uma vez que as relações mais estreitas entre tais países da semiperiferia e o núcleo orgânico são mais evidentes do que as ligações que mantêm entre si (Xing, 2019).

Dessa forma, as crises econômicas e financeiras mundiais atestaram, primeiramente, que a gestão da ordem mundial não deve ignorar a presença dos países emergentes (Vadell; Ramos, 2019). Em segundo lugar, evidenciou-se que esses países dispõem de maiores oportunidades ao intensificarem sua cooperação nas esferas econômica, política e geopolítica. Portanto, o SI já havia testemunhado movimentos estratégicos em direção à cooperação.

Despertados, pela exclusão nos principais fóruns de discussões internacionais, os movimentos para o diálogo multilateral se apresentaram como o principal movimento do que viria pavimentar o caminho para a criação do BRICS. Primeiramente, se expõe o processo, rechaçado pelos países emergentes, de inclusão do Canadá e da Itália no G7, enquanto países emergentes com parcelas globais mais expressivas, como a China, foram excluídos (Stuenkel, 2021).

Pode-se destacar, nesse contexto, a criação do Fórum de Diálogo Índia - Brasil - África do Sul (IBAS) em 2003. Esse movimento representou um marco no estabelecimento de relações multilaterais entre os países emergentes. Ademais, demonstrou-se o primeiro ímpeto

¹³ “economic competition, capital accumulation, political and economic influence, as well as technical and material capacities.”

desses três países em empenharem esforços para cooperação e a convergência de interesses, considerando suas particularidades e os contextos em que estão inseridos (Stuenkel, 2021).

Analogamente, o chamado “RIC”, países emergentes asiáticos, formado por Rússia, Índia e China, desenvolveram, desde 2001, reuniões anuais em competência de ministro das Relações Exteriores, com o objetivo de debater a agenda de segurança regional relacionada à migração, ao tráfico de pessoas e ao terrorismo.

Esse processo culminou, a partir do convite do ministro russo, na primeira participação do Brasil no encontro do RIC e, assim, da reunião de ministros das Relações Exteriores do Brasil, Índia, China e Rússia, em 2006, às margens da missão brasileira das Nações Unidas em Nova York (Reis, 2013). Esse convite representou o movimento necessário para a identificação de um elemento comum que se desenvolveu lentamente como um unificador do BRIC: a crescente inconformação acerca da governança internacional de instituições como FMI e o Banco Mundial, além da persistente resistência do G7 na inclusão de potências emergentes no debate (Stuenkel, 2021).

Dessa forma, o grupo encontrou uma motivação para a realização de outros encontros ao nível de ministros das Relações Exteriores em 2007, primeiro tangencialmente à Cúpula do G7 e, posteriormente, na 62ª Assembleia Geral da ONU. Esses encontros suscitaram na organização de uma reunião própria do BRIC em 2008, a qual pode ser considerada um marco importante, sinalizando a transição do grupo de um simples agrupamento de investimentos para uma entidade política voltada para questões internacionais em razão da quantidade impressionante de áreas onde foram observadas posições convergentes (Stuenkel, 2021).

Nessa reunião, os ministros reforçaram o compromisso com a segurança e a estabilidade internacionais, defendendo a igualdade de oportunidades para o desenvolvimento de todos os países e o fortalecimento do multilateralismo. Concomitantemente, destacaram a necessidade de reformar a ONU e seu Conselho de Segurança, para torná-los mais representativos, legítimos e eficazes, com China e Rússia apoiando as aspirações de Brasil e Índia a um papel maior na organização (BRIC, 2008a).

Além disso, enfatizaram a importância de resolver disputas por meios políticos e diplomáticos, promover o desarmamento e a não proliferação e condenaram o terrorismo em todas as suas formas. Os países reconheceram a cooperação internacional como essencial no enfrentamento das mudanças climáticas, reiteraram o compromisso com as Metas de Desenvolvimento do Milênio e o combate à fome e à pobreza, e acolheram a sugestão do Brasil para organizar uma reunião de Ministros das Finanças do BRICS, que desde então tem ocorrido anualmente para discutir temas econômicos e financeiros (BRIC, 2008a).

Essa coordenação foi favorecida pelos efeitos gerados pela crise do sistema capitalista em 2008, que ocorreu em circunstâncias satisfatórias para os países emergentes, resultantes da busca de investidores e economistas por alternativas à ordem fragilizada. Portanto, produziu-se uma oportunidade ímpar para o BRIC se unir em torno de um tema de grande relevância: a urgência de reformar o Sistema Financeiro Internacional.

Exigimos uma reforma das instituições multilaterais para que reflitam as mudanças estruturais na economia mundial e o papel cada vez mais central que os mercados emergentes agora têm. Concordamos que os órgãos internacionais hoje devem rever suas estruturas, normas e instrumentos no que diz respeito a aspectos como representatividade, legitimidade e eficácia, além de fortalecerem sua capacidade de tratar as questões globais. A reforma do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial deve avançar e ser orientada rumo a uma voz mais igualitária e a um balanço participativo entre os países avançados e em desenvolvimento. O Fórum de Estabilidade Financeira deve ampliar seu quadro de membros, de forma a incluir a representatividade significativa das economias emergentes (BRIC, 2008b, §7, tradução própria)¹⁴

Naquele período de globalização, a crença era de que a crise financeira que assolava o epicentro econômico global teria impactos significativos para todos os países engajados no mercado internacional (Stuenkel, 2021). Dessa forma, não foi por coincidência que a cooperação entre os países do BRIC iniciou-se no campo das finanças internacionais, um campo que se mostrava especialmente propício a novas oportunidades nos dois primeiros anos da crise.

Finalmente, ao final de 2008, o BRIC havia desenvolvido uma dinâmica que viabilizava uma agenda política direcionada, especialmente no que diz respeito às finanças internacionais. Esse contexto tornou-se a condição necessária para estabelecer a I Cúpula do BRIC, a qual foi realizada em 2009, na cidade russa de Ecatimburgo (BRIC, 2009).

Desde então, a questão de como a Cúpula do BRICS impacta ou não a institucionalização do grupo tem sido alvo de significativa análise. Essa interrogação pode ser entendida como resultado da produção e do estabelecimento de mecanismos que ampliam e refinam o escopo de operações do grupo. Devidos esforços corroboram, não apenas, para a expansão de sua influência internacional do bloco, mas principalmente, consolidaram sua influência nos contextos nacionais dos países membros.

¹⁴ “We called for the reform of multilateral institutions in order that they reflect the structural changes in the world economy and the increasingly central role that emerging markets now play. We agreed that international bodies should review their structures, rules and instruments in respect of aspects like representation, legitimacy and effectiveness and also to strengthen their capacity in addressing global issues. Reform of the International Monetary Fund and of the World Bank Group should move forward and be guided towards more equitable voice and participation balance between advanced and developing countries. The Financial Stability Forum must immediately broaden its membership to include a significant representation of emerging economies”

Em suma, a relevância de cada Cúpula do BRICS transcende a mera coordenação de políticas e estratégias de desenvolvimento; o compromisso com o alinhamento das agendas nacionais e a consideração dos interesses coletivos do bloco são os principais fatores que impulsionam as ações do grupo. Em confirmação, a I Cúpula do BRIC, realizada em 2009, evidenciou o esforço em delinear a natureza e os objetivos da sigla.

Essa Cúpula, alicerçada em encontros anteriores, marca o início de uma colaboração mais ampla entre as nações do bloco em diversas áreas que transcendem as finanças internacionais (Stuenkel, 2021). A reunião dos líderes dos quatro países produziu a primeira Declaração Conjunta oficial do grupo e estabeleceu um direcionamento convergente acerca dos seus objetivos enquanto bloco político. Essa declaração, que enfatiza a necessidade de uma ordem mundial multipolar e democrática, ressaltou a urgência de apoio financeiro aos países menos favorecidos, além de defender uma reforma abrangente da ONU, destacando um papel mais significativo para a Índia e o Brasil nessa organização (BRIC, 2009).

Outro exemplo notável discutido foi a proposta de criação de uma Nova Arquitetura Financeira e Econômica Global, alicerçada em princípios de tomada de decisão democrática, com fundamentos legais robustos, harmonização entre regulamentações nacionais e internacionais, além do fortalecimento da gestão dos riscos. Além disso, destacaram-se, também, esforços para o fomento do comércio internacional; do desenvolvimento sustentável; da assistência humanitária e de segurança alimentar; e da condenação do terrorismo (BRIC, 2009).

Igualmente, o ponto fulcral do evento também refletiu os impactos subsequentes dos membros na II Cúpula do G20, em virtude da importância atribuída na Declaração de Ecaterimburgo para as decisões tomadas no fórum sobre o combate à crise financeira e a relevância das decisões dos países emergentes. Paralelamente às reuniões dos ministros das Finanças, as nações se articularam para apresentar uma postura coesa e unificada durante o encontro do Grupo dos Vinte. Assim, a liderança do grupo foi crucial para o avanço de seus objetivos e expressou uma clara intenção de promover a cooperação intra-bloco (BRIC, 2009).

Portanto, compreende-se que o cerne de cada Cúpula se torna extenso, exigindo a corroboração para a densificação da estrutura normativa do BRICS e, da mesma forma, de seus objetivos. Assim, em contraste ao ceticismo que cercava a possibilidade de o grupo BRIC alinhar seus posicionamentos, esses impactos pareceram institucionalizar as tentativas do grupo em esforços para fortalecer sua influência durante esse encontro (Stuenkel, 2021).

Posteriormente, em 2010, a II Cúpula, realizada em Brasília, estendeu o debate em torno da governança global, do comércio internacional e do Sistema Financeiro Internacional. Durante esse encontro, os líderes novamente concordaram em intensificar a cooperação entre os países do BRIC, com o objetivo de reforçar suas relações em diferentes esferas de governo e na sociedade civil (BRIC, 2010).

A Declaração Conjunta evidenciou que os participantes comemoraram os progressos em relação a uma reforma importante nas cotas, que incluía uma redistribuição superior a 6% em favor dos grandes países emergentes (BRIC, 2010). Nesse contexto, a China passou a ser o terceiro maior acionista, superando a Alemanha, enquanto a Rússia, a Índia e o Brasil se posicionaram entre os dez principais acionistas (Stuenkel, 2021).

Diferentemente do encontro inaugural realizado um ano antes, a II Cúpula contou com uma proliferação de atividades em conjunto, incluindo a institucionalização de reuniões regulares entre representantes dos Institutos de Estatísticas, do Ministério da Agricultura e das presidências dos Bancos Nacionais de Desenvolvimento de cada nação - essa que se pode afirmar, visava iniciar um debate sobre a criação de um banco próprio do bloco. (BRIC, 2010). Essas iniciativas criam mecanismos que alçam os exercícios para além da Cúpula, propiciando uma interação intensa e contínua em diversas áreas (Reis, 2013).

Não obstante, os resultados da III Cúpula, que ocorreu em Sanya, China, em 2011, consolidaram de maneira definitiva o grupo do BRIC como um componente relevante da cooperação Sul-Sul. Em primeiro lugar, a eventualidade da participação de todos os membros do BRIC no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) naquele ano, fator mencionado na Declaração Conjunta da Cúpula, apresentou uma visão de esforço estratégico, com onze referências à palavra “segurança” na Declaração de Sanya (BRICS, 2011).

No entanto, o cerne desta Cúpula, que não somente ampliou o debate sobre a segurança neste período, mas que também marcou um ponto de inflexão da natureza do grupo, foi pautada por questionamentos na mídia internacional, assim como, dentro da academia (Stuenkel, 2021). A adesão da África do Sul ao bloco foi frequentemente criticada por diversos autores, especialmente Jim O’Neill, que cunhou o acrônimo BRIC em 2001.

Em uma entrevista concedida ao Mail & Guardian em 2012, O’Neill foi veemente crítico em relação à participação da África do Sul no bloco econômico, asseverando: “Está simplesmente errado. A África do Sul não pertence ao BRIC [...] A África do Sul tem uma economia muito pequena. Não há muitas similaridades com os outros quatro países em termos

de números. Na verdade, a inclusão da África do Sul enfraqueceu um pouco o poder do grupo.” (Naidoo, p.1, 2012, tradução própria).¹⁵

É possível que O’Neill tenha sido impedido de perceber a magnitude dessa decisão, devido ao caráter mercadológico de sua análise econômica. Embora a inclusão da África do Sul no BRIC não siga estritamente a lógica econômica do banco americano Goldman Sachs de “mercados emergentes” (O’Neill, 2001), ela fortaleceu o posicionamento estratégico do grupo, ampliando suas perspectivas além do crescimento econômico.

O movimento tectônico planejado por trás dessa inclusão assentou-se na relevância deste país como uma potência emergente no continente africano, proporcionando oportunidades geopolíticas e geoeconômicas para aumentar o comércio e os investimentos chineses e indianos e transformar o bloco em um fórum mais institucionalizado e amplo (Vadell; Ramos, 2019).

A adesão da África do Sul ao grupo foi significativa por três razões. Primeiramente, pois, diminuiu a relevância do aspecto civilizacional na política internacional - afinal, o BRICS é composto, segundo as definições de Samuel Huntington, por cinco civilizações diferentes¹⁶. Nesse sentido, o BRICS se distingue de maneira mais acentuada das alianças tradicionais da política global (Stuenkel, 2021).

Em segundo lugar, a entrada de uma nação africana em um grupo reconhecido por seu dinamismo e influência econômica, que pode até desafiar a hegemonia ocidental em algum momento, contraria fortemente a visão convencional que se tem da África, geralmente vista como um continente de países necessitados, passivos e assolados pela pobreza e conflitos, sem voz nas discussões globais (Sidiropoulos, 2009). Assim, a inclusão da África do Sul teve como objetivo reformular a percepção do papel africano nas questões mundiais, marcando a primeira vez que um país do continente se juntou a um grupo exclusivo almejado também por nações não africanas.

Além disso, a opção por este país em vez de outras nações, possivelmente mais atraentes, como a Nigéria, pode ser explicada por uma série de fatores. As capacidades econômicas, diplomáticas e militares da África do Sul, comparadas a outros países africanos, a estabeleceram automaticamente como uma líder na região (Habib, 2009). Ademais, a atuação diplomática da África do Sul em fóruns internacionais facilitou sua integração ao

¹⁵ “It’s just wrong. South Africa doesn’t belong in BRIC (...) South Africa has too small an economy. There are not many similarities with the other four countries in terms of the numbers. In fact, South Africa’s inclusion has somewhat weakened the group’s power.”

¹⁶ Teoria apresentada pelo cientista político Samuel P. Huntington, a qual sugere que, no cenário global após a Guerra Fria, as identidades culturais e religiosas das nações se tornaram a principal origem dos conflitos internacionais (Huntington, 1996).

grupo BRIC, através de plataformas de diálogo como o IBAS, diminuindo assim as dificuldades para sua inclusão nesse contexto.

Por conseguinte, o terceiro ponto que torna significativa a inclusão da África do Sul representa, finalmente, uma ruptura definitiva do bloco em relação a qualquer definição proposta por Jim O’Neill sobre o que o BRIC é ou deveria ser. De forma convergente, ao gradualmente institucionalizar o bloco, os países membros apropriaram-se do conceito e o transformaram em algo muito mais político do que O’Neill pretendia que fosse (Stuenkel, 2021).

Convergentemente, para os diplomatas dos países do BRICS, o argumento de que os parâmetros mercadológicos iniciais ainda eram cruciais para a definição do conceito se mostrava intelectualmente limitante. Os *policy makers*, reconheciam que tais parâmetros já não eram mais relevantes, uma vez que o BRICS se tornara, antes de tudo, uma construção política, afastando-se da mera categoria de investimentos criada por um economista da Goldman Sachs (Stuenkel, 2021).

De modo geral, é possível afirmar que a adesão da África do Sul ampliou a presença global do BRICS e reforçou sua legitimidade para representar os países em desenvolvimento, sem comprometer sua habilidade de formular posicionamentos coletivos. Na verdade, a primeira Cúpula do BRICS contando com a participação da África do Sul parece ter ultrapassado ambas as manifestações das Cúpulas anteriores, realizadas em 2009 e 2010.

Na sua III Cúpula, realizada em Sanya em 2011, o BRICS apresentou um novo “Plano de Ação” ao final de sua declaração final, evidenciando sua intenção de deixar de ser apenas um fórum de consulta. O grupo estava se empenhando em expandir e aprofundar a colaboração em áreas variadas, como educação, segurança internacional, finanças, agricultura e estatísticas (BRICS, 2011). Entretanto, foi nos temas inovadores relacionados às questões de segurança que a entrada do quinto país se revelou uma decisão acertada.

A declaração do grupo BRICS sobre questões de segurança deve ser interpretada à luz da insatisfação que as potências emergentes sentem em relação à forma como o Conselho de Segurança da ONU conduziu a intervenção na Líbia (Security Council Report, 2011). Essa manifestação, realizada de forma unificada e com o respaldo de uma voz africana - tendo em vista que a intervenção ocorreu no continente africano - teve um impacto significativo no debate global sobre intervenções humanitárias, minando a narrativa ocidental que apresentava a Resolução 1.973 como um modelo de sucesso (Stuenkel, 2021).

Dessa forma, a Cúpula simbolizou uma expansão e um aprofundamento efetivo da colaboração entre os países do BRICS. Esse avanço se deve, em parte, ao alinhamento das

posturas da África do Sul em diversas questões com as dos demais integrantes do BRICS, além da percepção desses países de que a inclusão da África do Sul representava uma estratégia de baixo risco para a unidade do grupo, o que, ao final, se confirmou como verídico.

Dessa forma, a partir do final da III Cúpula e da inclusão da África do Sul, se estabeleceu a evolução oficial do BRIC, para o BRICS. Essa transformação promoveu um fortalecimento da cooperação entre os membros do bloco e ampliou a capacidade de alinhar estratégias para criar mecanismos formais que institucionalizaram o grupo, além de desenvolver as ferramentas necessárias para atingir seus objetivos coletivos.

Conseqüentemente, a IV Cúpula, realizada em Nova Delhi, em 2012, e, subsequentemente, a V Cúpula em Durban no ano de 2013, encerraram o primeiro ciclo de produções institucionais e evidenciaram um marco sobre a forte presença internacional da África do Sul. Em Nova Déli, houve um debate primordial sobre os meios para criar um novo banco multilateral de desenvolvimento do BRICS, reiterando a relevância do esforço mútuo e enfatizando a necessidade de reformar as instituições financeiras internacionais (BRICS, 2012a).

Simultaneamente, o leque de temas abordados na Cúpula foi novamente expandido, abrangendo desde geopolítica e a crise na Síria até questões econômicas e desafios internos, como educação e saúde. Essa ampliação na diversidade dos assuntos tratados resulta não só das Cúpulas anuais, mas principalmente dos diversos grupos de trabalho e encontros regulares em nível ministerial, criados após 2011 para áreas como defesa, saúde, educação, finanças, comércio, agricultura, ciência e tecnologia (BRICS, 2012a).

Essa abordagem proporcionou um nível sem precedentes de interação - com mais de cinquenta reuniões oficiais - entre as nações do BRICS. Ademais, as Autoridades Nacionais do BRICS - incluindo embaixadores das Cúpulas, presidentes dos bancos centrais, especialistas em urbanização, representantes de institutos de pesquisa e empresários - passaram, igualmente, a se reunir de forma regular (Stuenkel, 2021).

3.3. INSTITUCIONALIZAÇÃO FINANCEIRA: AUTONOMIA E COOPERAÇÃO INTRA-BRICS

Outrossim, no que tange à pesquisa e a implementação de um Banco de Desenvolvimento do BRICS, o grupo iniciou ações em 2014 para facilitar esse processo e fomentar o comércio utilizando moedas locais. O bloco formalizou dois acordos pelos Bancos

de Desenvolvimento dos seus países, com o objetivo de oferecer linhas de crédito nas moedas nacionais ao setor empresarial. Simultaneamente, comprometeu-se a avaliar a viabilidade de estabelecer um banco de desenvolvimento para o grupo (BRICS, 2012a).

No entanto, um dos pontos principais da Declaração Conjunta, que contou com pouca atenção dos analistas, foi o alerta direcionado ao Ocidente e a Israel contra uma possível ação militar, por conta do programa nuclear iraniano:

Não se pode permitir que a situação relativa ao Irã se transforme em um conflito, cujas consequências desastrosas não serão do interesse de ninguém. O Irã tem um papel crucial a desempenhar para o desenvolvimento pacífico e a prosperidade de uma região de alta relevância política e econômica, e esperamos que ele desempenhe seu papel como membro responsável da comunidade global. Estamos preocupados com a situação que está surgindo em torno da questão nuclear do Irã. Reconhecemos o direito do Irã ao uso pacífico da energia nuclear, de acordo com suas obrigações internacionais, e apoiamos a resolução das questões envolvidas por meios políticos e diplomáticos e pelo diálogo entre as partes envolvidas, inclusive entre a AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) e o Irã, de acordo com as disposições das resoluções relevantes do Conselho de Segurança da ONU (BRICS, 2012a, §22, tradução própria¹⁷).

Sistematicamente, a declaração final de 2013 reafirmou o compromisso do BRICS com as relações multilaterais e com uma governança global mais democrática. Além disso, a declaração enfatizou a necessidade de reforma financeira, com críticas direcionadas, em especial, ao sistema de cotas do Fundo Monetário Internacional (BRICS, 2013).

Durante esse período, os países membros do BRICS reforçaram seu compromisso mútuo ao criar um fundo de reserva de USD 100 bilhões, o qual permitiria aos países integrantes receber assistência imediata à liquidez (BRICS, 2013). Esse fundo substancial foi estabelecido com base nos acordos feitos no ano anterior, que incluíam a ampliação da facilitação de crédito em moeda local por meio do Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS e a emissão de cartas de crédito multilaterais (BRICS, 2012b).

Eficientemente, a narrativa revisitada de outras Cúpulas destacava, na época, que os eventos não eram ataques generalizados à ordem internacional ocidental, mas uma estratégia que se estruturava com a ampliação e sucesso do trabalho do grupo. Essa estrutura emergia como parte da implementação do Plano de Ação de Delhi, incluindo: o Encontro dos

¹⁷ “The situation concerning Iran cannot be allowed to escalate into conflict, the disastrous consequences of which will be in no one’s interest. Iran has a crucial role to play for the peaceful development and prosperity of a region of high political and economic relevance, and we look to it to play its part as a responsible member of the global community. We are concerned about the situation that is emerging around Iran’s nuclear issue. We recognize Iran’s right to peaceful uses of nuclear energy consistent with its international obligations, and support resolution of the issues involved through political and diplomatic means and dialogue between the parties concerned, including between the IAEA and Iran and in accordance with the provisions of the relevant UN Security Council Resolutions.”

Ministros das Relações Exteriores; a Reunião dos Conselheiros de Segurança Nacional; encontros dos Ministros das Finanças e dos Presidentes dos Bancos Centrais; a Reunião dos Ministros do Comércio; e encontros dos Ministros da Saúde em (BRICS, 2013).

Convergentemente, esta Cúpula destacou de forma mais incisiva do que em encontros anteriores a determinação do BRICS em sua missão de reformular, gradativamente, a ordem mundial, para que represente mais adequadamente a mudança no equilíbrio de poder global, transferindo-o das mãos da Europa e dos EUA para o mundo emergente (Stuenkel, 2021). Esses esforços são evidentes na abrangente estruturação do Plano de Ação de eThekwiní.

Esse novo plano inclui a realização de reuniões visando fortalecer a colaboração entre os países membros. Aspectos de destaque incluem ciência e tecnologia, urbanização, competitividade econômica e estatísticas nacionais, com eventos destinados à troca de experiências e à formulação de diretrizes em conjunto. O plano também incentiva consultas regulares entre embaixadas e missões permanentes em cidades estratégicas, fortalecendo a atuação do BRICS em temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente. Adicionalmente, foram sugeridas novas áreas de cooperação, como a criação de um Fórum de Diplomacia Pública, colaborações no combate à corrupção, diálogos sobre políticas voltadas para a juventude, energia, esportes e turismo (BRICS, 2013).

Entretanto, apesar de direcionar as iniciativas para a cooperação intra-bloco, o ponto central deste encontro se deve ao contexto regional africano. A V Cúpula do BRICS, destacou o que consideram um dos fenômenos mais significativos das relações internacionais no século XXI: a ascensão da África. Com a realização de um evento que convidou países da região anfitriã, o grupo promoveu o desenvolvimento da infraestrutura africana, a partir dos planos de estabelecimento do Banco de Desenvolvimento do BRICS (Stuenkel, 2021).

Dessa maneira, elevando o propósito desse projeto, em 2013, o BRICS anunciou, oficialmente, os planos para a criação de um arranjo de reservas e um banco de desenvolvimento, destinado a facilitar o financiamento de projetos de infraestrutura em nações em desenvolvimento e economias emergentes. Essa iniciativa visava complementar os esforços em curso das instituições financeiras globais e das parcerias regionais, no sentido de promover o crescimento econômico e o desenvolvimento global (BRICS, 2013).

Em 2014, as Cúpulas do BRICS tornaram-se referências para países semiperiféricos e periféricos, facilitando a interação e a coordenação de ações conjuntas. Assim, a VI Cúpula, realizada em Fortaleza naquele ano, ganhou destaque na mídia internacional (Stuenkel, 2021). Dessa forma, compreende-se que o BRICS demonstrou possuir as ferramentas e a influência política necessárias para desenvolver mecanismos mais sofisticados, ampliando seu papel no

SI Durante a sexta Cúpula, o grupo, consolidando o processo de cooperação financeira cardinal para a institucionalização do bloco (BRICS, 2014, §11):

O acordo estabelecendo o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) foi assinado, para mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento (BRICS, 2014, §11, tradução própria).¹⁸

O Novo Banco de Desenvolvimento representa uma instituição substancial - e o primeiro grande financiador multilateral desde o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento em 1991 -, que reflete as perspectivas de desenvolvimento do BRICS (Vazquez, 2018). Por meio dessa iniciativa, o grupo endossou sua posição como uma coalizão de equilíbrio, interpretada como uma contraposição notável às instituições ocidentais (Xing, 2019). Ademais, essa iniciativa, concomitantemente ao estabelecimento do Arranjo de Reservas Contingentes (CRA), enseja os países integrantes do BRICS a estabelecer diretrizes e regulamentos que orientem as operações de ambas as iniciativas (Stuenkel, 2021).

Contudo, precedentemente a essa iniciativa, já era consenso entre os autores a urgência do estabelecimento de um novo banco de desenvolvimento, devido à carência dos países da periferia de financiamentos para projetos de infraestrutura. Consequentemente, o principal ponto de argumentação residia no fato de que, diversos países periféricos possuem grandes reservas de moeda estrangeira. A questão, portanto, é se essas reservas poderiam ser reunidas para beneficiar esses países, permitindo que sejam investidas em vez de simplesmente acumuladas, visto que esses atores se sobressaem como propulsores do crescimento e das poupanças globais (Bhattacharya; Romani; Stern, 2012).

No entanto, com a aprovação de um capital inicial de USD 100 bilhões, sendo USD 50 bilhões subscritos para serem distribuídos entre os membros fundadores, era incerto como os empréstimos e financiamentos ocorreriam externamente à esfera do BRICS (BRICS, 2014, §12). Divergentemente das principais instituições, no NDB havia primazia pelos benefícios mútuos sem condicionalidades de políticas de governança, política econômica ou reforma institucional. Essa abordagem é sustentada pela valorização da “soberania nacional” e pelo fomento à autonomia em buscar seu próprio desenvolvimento (Stuenkel, 2021).

Associadamente, a assinatura do BRICS-CRA, que estabeleceu o Arranjo de Reservas Contingentes, recebeu uma injustificável menor atenção. O acordo que dispunha com um

¹⁸ “Agreement establishing the New Development Bank (NDB) was signed, with the purpose of mobilizing resources for infrastructure projects and sustainable development in BRICS and other emerging and developing economies”

capital de USD 100 bilhões, juntamente com o Memorando de Entendimento para Cooperação Técnica entre Agências de Crédito e múltiplas garantias de exportação, deve ser compreendida como uma decisão igualmente crucial para a reforma de um sistema que não mais atende às demandas existentes (BRICS, 2014).

Dessa forma, primeiro instrumento foi projetado para oferecer alternativas para precaver e, assim, auxiliar os países a mitigar pressões de liquidez a curto prazo, enquanto os demais visavam fomentar um ambiente mais favorável para o aumento das oportunidades comerciais entre os estados-membros do BRICS (BRICS, 2014, §13; §14). Esse movimento não apenas buscava fortalecer os indicadores de estabilidade financeira do grupo, mas também representava um passo significativo em direção a uma oposição às instituições financeiras vinculadas ao Consenso de Washington.

A proposta de constituir um contingente de USD 100 bilhões pode, não raro, ser compreendida como um prenúncio das intenções tangíveis de uma desejada estrutura financeira alternativa ao FMI. Contudo, é importante destacar, para fins de comparação, que os países do BRICS detêm quase USD 5 trilhões em reservas internacionais. Assim, se disponibilizassem 16% dessas reservas para um fundo de contingência, o resultado seria um total de USD 800 bilhões, um montante consideravelmente superior, mediante aos USD 780 bilhões de recursos do FMI (Stuenkel, 2021).

Entretanto, o CRA representa, indubitavelmente, um passo inicial para um movimento muito mais ambicioso, que poderia realmente impactar a ordem financeira global. Sua parcimônia, no entanto, reflete mais uma estratégia deliberada do bloco do que sua real capacidade. Por essa razão, grandes expectativas foram depositadas sobre a VII Cúpula na cidade de Ufa, em 2015, durante a qual se discutiu, prioritariamente, sobre o estabelecimento das funções do NDB e, da iniciativa tangente, o CRA (BRICS, 2015).

Dessa forma, o encontro marcou a inauguração das duas iniciativas e afirmou o compromisso do Banco de Desenvolvimento em alocar recursos para investimentos em infraestrutura nos países membros do BRICS (Vadell; Ramos, 2019). Outrossim, visando o fomento ao comércio intra-BRICS e na cooperação financeira, foram registrados, na Declaração Conjunta, avanços substanciais por meio da interação entre as “Agências de Crédito às Exportações do BRICS”, da ampliação do “Mecanismo de Cooperação Interbancária do BRICS” e do “Marco do BRICS de Cooperação em Comércio e Investimentos” (BRICS, 2015, §13; §14; §23; §24).

Paralelamente, havia expectativas de que o país anfitrião definisse a agenda da VII Cúpula; no entanto, em 2015, os interesses da Rússia relacionados à Crise da Crimeia (2014)

foram colocados em segundo plano. Desse modo, as discussões concentraram-se em dois temas principais: primeiramente, a relevância de evidenciar o respeito à soberania e a política de não intervenção, especialmente em áreas como Afeganistão, Iraque e Síria; em segundo lugar, a crescente urgência em abordar as questões de segurança na África e, ao mesmo tempo, promover a estabilidade na região (Vadell; Ramos, 2019).

Em suma, como consequência de sua articulação, o BRICS, contrastando com a dinâmica das potências convencionais, sustentou a estratégia para evitar conflitos, ao mesmo tempo que fortaleceu os acordos multilaterais estabelecidos anteriormente (BRICS, 2015). Esse posicionamento estratégico se reflete na Declaração Final de Goa (2016), que reafirmou o compromisso com uma “ordem internacional multipolar equitativa e democrática”¹⁹ fundamentada em uma “abordagem global concertada e determinada”²⁰ baseada na confiança mútua, na equidade e na cooperação.

Ademais, no que tange à responsabilidade pela “lei internacional e o papel central das Nações Unidas como a organização multilateral universal encarregada do mandato de manter a paz e a segurança internacional” (BRICS, 2016, §6-8), o BRICS reiterou a necessidade de reforma do Conselho de Segurança da ONU, de forma mais democrática e eficiente. Além de tratar de questões de segurança, a Cúpula também avaliou o progresso da institucionalização do BRICS.

Dentre as conquistas mais significativas, ressaltam-se: (i) a assinatura de um Memorando de Entendimento para uma Plataforma de Pesquisa Agrícola do BRICS (BRICS, 2016, §86), (ii) a reunião inaugural do Grupo de Trabalho Contra-Terrorismo do BRICS (BRICS, 2016, §60); (iii) os avanços nas operações do NDB; (iv) as deliberações acerca do estabelecimento de uma agência de classificação de risco do BRICS (BRICS, 2016, §44); (v) a criação de uma plataforma conjunta para as Agências de Crédito à Exportação do BRICS (BRICS, 2016, §13); e (vi) o estabelecimento do Comitê de Cooperação Aduaneira do BRICS, no âmbito da Estratégia de Parceria Econômica do BRICS (BRICS, 2015, §17; §48).

A IX Cúpula do BRICS, realizada em Xiamen, China, culminou na assinatura de três documentos significativos: (i) o “Plano de Ação de Cooperação para Inovação do BRICS 2017-2020”, (ii) a “Estrutura Estratégica da Cooperação Aduaneira do BRICS” e (iii) o Memorando de Entendimento entre o Conselho Empresarial do BRICS e o NDB sobre Cooperação Estratégica. A Cúpula também presenciou o início de tratativas para desenvolver

¹⁹ “equitable and democratic multipolar international order” (tradução própria)

²⁰ “concerted and determined global approach” (tradução própria)

Mercados de Títulos em Moeda Local do BRICS e estabelecer um futuro Fundo de Títulos em Moeda Local do BRICS (BRICS, 2017, §10).

Avanços significativos também foram alcançados na conclusão do Memorando de Entendimento entre os bancos de desenvolvimento dos países do BRICS, referente às linhas de crédito interbancárias em moeda local e à cooperação interbancária relacionada à classificação de crédito (BRICS, 2017, §11). Ademais, foram abordados avanços no NDB, definindo que o Centro Regional Africano, localizado na África do Sul, se tornaria o primeiro escritório regional da instituição (BRICS, 2017, §31). Por último, o Sistema de Troca de Informações Macroeconômicas do CRA também foi estabelecido (BRICS, 2017, §31).

A articulação do BRICS ganha destaque nesse cenário, ao abranger muito mais do que simples Cúpulas presidenciais anuais. Em vez disso, inclui, conforme detalhado, inúmeras reuniões em nível ministerial ao longo do ano que estimulam a cooperação entre os membros do BRICS. Esse arranjo evidencia a habilidade de criar mecanismos institucionais que solidificam a relação dentro do bloco, permitindo que seus integrantes priorizem a agenda conjunta, mesmo diante de mudanças ou desvios nas políticas internas dos países, como exemplificado pelo Brasil desde 2014 (Stuenkel, 2020).

Paralelamente, ao tratar de questões de segurança, o BRICS manifestou sua desaprovação em relação a “intervenções militares unilaterais”, o que foi uma clara referência a determinadas declarações e ações do presidente dos EUA, Donald Trump. Durante as discussões, foram abordados temas diversos, como terrorismo, a situação na Síria e outros conflitos internacionais. O Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI) também debateu a implementação de padrões internacionais voltados ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas (BRICS, 2017, §38; §11).

Essa reunião foi a primeira ocasião em que a China reconheceu oficialmente a presença de grupos terroristas, como Lashkar-e-Taiba, Jaish-e-Mohammad e a rede Haqqani, representando um avanço significativo para a diplomacia indiana (Vadell; Ramos, 2019). Os Altos Representantes do BRICS para Assuntos de Segurança também alcançaram progressos durante sua 7ª reunião, realizada em Pequim, nos dias 27 e 28 de julho de 2017, dando continuidade às discussões anteriores. Assim, é importante destacar que as questões de segurança constituíram uma parte relevante da declaração final da Cúpula de Xiamen (BRICS, 2017: §41-§51).

Por outro lado, um marco significativo para a influência diplomática da China foi a decisão do governo chinês de convidar o Egito, Quênia, Tadjiquistão, México e Tailândia para

participar da Cúpula como observadores. Essa oportunidade foi utilizada para introduzir o conceito de “BRICS Plus”, e projetava a capacidade do grupo para sustentar a multiplicação de suas interações com países da periferia frente à maior representatividade no SI. Embora essa proposta tenha permanecido indefinida, Xi Jinping a empregou para reforçar a narrativa acerca dos laços contínuos da China com países em desenvolvimento (Stuenkel, 2020).

Todavia, durante a X Cúpula do BRICS, realizada em Joanesburgo, em 2018, foram os constrangimentos específicos, externos à dinâmica intra-BRICS, que arrastaram a agenda do evento. A Cúpula, que beira aspectos críticos da política controversa dos Estados Unidos, se consolida mediante a reconfiguração do cenário político na África do Sul, marcada pela saída do presidente Jacob Zuma e pela ascensão de Cyril Ramaphosa. Esse contexto sinaliza uma reavaliação de certos paradigmas sobre a liderança liberal dos EUA. Da mesma forma, à medida que a África do Sul e o Brasil superaram suas respectivas crises econômicas, eles se mostram prontos para impulsionar o debate sobre o futuro do grupo (Stuenkel, 2020).

Portanto, avaliando a Declaração de Joanesburgo da X Cúpula do BRICS, atesta-se a existência de 102 parágrafos que incluem um número indeterminado de compromissos (BRICS, 2018). Esses compromissos são, notavelmente abrangentes, partindo desde a resolução de conflitos comerciais e questões de segurança na Síria até a promoção de coproduções cinematográficas. Lentamente, ao que parecia, os observadores ocidentais passaram a reconhecer a importância, o empenho e a articulação do grupo, além de avaliar seus objetivos políticos nos últimos anos (Stuenkel, 2020). Em consonância, essa Cúpula foi realizada em resposta aos novos desafios globais, com o objetivo de promover uma maior integração política e econômica entre o BRICS (Xing, 2019).

Nesta Cúpula, os líderes reiteraram seu compromisso com o fortalecimento de posições políticas coesas e de forjar laços comerciais mais profundos, visando promover a defesa do multilateralismo e a ampliação dos fluxos comerciais entre os estados-membros. Outrossim, ratificou-se a aprovação para o aumento de concessão de empréstimos do NDB tanto para membros quanto para não membros e, concomitantemente, estabeleceu um “Escritório Regional das Américas”²¹ no Brasil. (BRICS, 2018, §76, tradução própria).

Convergentemente, na Cúpula de 2019, em Brasília, a agenda estabelecida deliberou sobre o avanço de investimento regional do BRICS, no âmbito do NDB. Esse processo culminou na decisão central de estabelecer novos Escritórios Regionais na Rússia e na Índia, além da abertura de solicitações formais para a adesão de países não-membros ao Banco de Desenvolvimento (BRICS, 2019, §31; §12).

²¹ “Americas Regional Office”

Tal ampliação do escopo de investimento emerge em uma conjuntura turbulenta do Sistema Internacional. Segundo o presidente chinês, Xi Jinping, em sua fala de abertura na XI Cúpula, os desafios decorrentes do “o aumento do protecionismo e do unilateralismo; maior déficit de governança, desenvolvimento e confiança; e crescentes incertezas e fatores desestabilizadores na economia mundial”²², precisam ser superados para promover um ambiente de segurança, paz e estabilidade (Xi, 2019, tradução própria).

Simultaneamente, com o surgimento de novos desafios relacionados à saúde, passou-se a discutir maneiras de mitigar essas ameaças durante suas Cúpulas. Antes da pandemia de COVID-19, já havia sido determinado o uso de ferramentas voltadas para a promoção de “novas abordagens científicas, tecnológicas e inovadoras para enfrentar a ameaça da tuberculose, apoiando projetos científicos” em uma vasta escala de áreas relacionadas à doença (Patnaik, 2022, p. 45 tradução própria).²³

Assim sendo, também em 2019, houve a decisão de estabelecer o Banco de Leite Humano do BRICS, visando expandir o compartilhamento de conhecimentos e tecnologias voltadas para a segurança alimentar e nutricional no cuidado neonatal e infantil (BRICS, 2019, §4). Essa iniciativa evidencia a ampla habilidade das iniciativas do bloco em setores tão diversos, cujo verdadeiro impacto é frequentemente subestimado, apesar de que seus fundamentos priorizam o direito à saúde e à vida como valores essenciais.

Entretanto, com o advento da pandemia de COVID-19, novos obstáculos se apresentaram, tanto em nível nacional quanto internacional. Mesmo nesse cenário desafiador, a Cúpula de 2020, realizada de forma virtual a partir de Moscou, apresentou uma Declaração Conjunta ainda mais abrangente do que a precedente, evidenciando a habilidade do grupo em se adaptar e crescer em circunstâncias desfavoráveis.

Destarte, a decisão dos Estados Unidos de se retirar da Organização Mundial da Saúde representou um sério revés para os esforços globais no combate à pandemia. Em contrapartida, o BRICS adotou medidas importantes, como o anúncio de um empréstimo de USD 1 bilhão cada para a China, Índia, África do Sul e Brasil pelo Banco de Desenvolvimento do BRICS - uma iniciativa pode servir como um modelo potencial para enfrentar futuros desastres naturais (BRICS, 2020, §58).

Significativamente, o NDB se destacou durante esta crise. Embora a sua expansão tenha sido postergada, suas ações de assistência foram impressionantes, especialmente com a

²² “rising protectionism and unilateralism; greater deficit of governance, development and trust; and growing uncertainties and destabilizing factors in the world economy.”

²³ “new scientific, technological and innovative approaches to tackle the TB burden, by supporting scientific projects”

criação do Escritório Regional na Rússia e os planos para implementações semelhantes na Índia no ano seguinte (BRICS, 2020, §59). Dessa maneira, os países do BRICS, individualmente, têm estendido apoio a países tanto dentro quanto fora do bloco, especialmente no Sul Global.

Exemplificativamente, a Índia defendeu uma aliança farmacêutica liderada pelo BRICS para explorar a produção de vacinas. De maneira similar, com Rússia, Índia e China posicionadas como potenciais produtoras e distribuidoras de vacinas, houve uma forte iniciativa para estabelecer o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS, conforme acordado durante a Cúpula de Joanesburgo, em 2018 (Patnaik, 2022).

Em conformidade, em 2021, a XII Cúpula do BRICS, realizada em Nova Delhi, na Índia, expressou a satisfação com a cooperação intra-BRICS no enfrentamento da pandemia, incluindo a cooperação em vacinas e o progresso em direção ao lançamento do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Vacinas do BRICS e de sistemas digitais de Saúde. No entanto, as nações repudiaram a desigualdade na distribuição das vacinas para países periféricos, fazendo duras críticas ao papel da OMC nessas discussões (BRICS, 2021, §8-11).

Simultaneamente, o grupo celebrou os avanços no âmbito do Novo Banco de Desenvolvimento, que, apesar das prorrogações impostas pela COVID-19, formalizou, categoricamente, a expansão de seus membros respeitando as normativas de representatividade regional da iniciativa (BRICS, 2021, §56). Após deliberados esforços, iniciados em 2016, o grupo concluiu negociações e recebeu solicitações formais de adesão ao Banco por parte de países como Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Egito e Uruguai (NDB, 2021).²⁴

Em 2022, a Cúpula em Pequim foi aguardada com justificável expectativa pela mídia internacional. Não somente devido à redução de restrições causadas pela pandemia que ampliaram o escopo de trabalho do BRICS, mas principalmente pelo início da Guerra na Ucrânia. Este conflito exacerbou as tensões entre o Ocidente e a Rússia e, conseqüentemente, afetou a relação com a China, ao mesmo tempo, em que pressionou Índia, Brasil e África do Sul a adotarem uma postura mais firme na condenação da invasão à Ucrânia, o que acabou não ocorrendo (Pandey, 2022).

²⁴ Formalmente, em 2021, apenas os dois primeiros integraram oficialmente ao NDB, enquanto o Egito tornou-se membro apenas em 2023. Por outro lado, o Uruguai não oficializou sua entrada até o presente momento. Isso ocorre pois, apesar da adesão e aceitação formal da instituição, os países apenas integram ao banco mediante depósitos formais nas reservas do mesmo (NDB, 2021).

Coerentemente, a Declaração Conjunta de Pequim, ao defender o respeito à “soberania e a integridade territorial de todos os Estados”²⁵, enfatizou a resolução pacífica de conflitos por meio do diálogo (BRICS, 2022, §21, tradução própria). No escopo da Guerra na Ucrânia, consolidando a neutralidade de seus posicionamentos, os países reiteraram o papel das Organizações Internacionais como a ONU e o Conselho de Segurança das Nações Unidas para prover o diálogo entre a Rússia e a Ucrânia (BRICS, 2022, §22, tradução própria).

Alternativamente, enquanto a Declaração foi comedida ao falar sobre a Guerra, os discursos se tornaram o principal instrumento da retórica que condena as ações do Ocidente, destacando especialmente as sanções impostas pelos Estados Unidos. Em uma forte crítica à política ocidental, o presidente chinês, Xi Jinping, declarou:

Devemos abandonar a mentalidade da Guerra Fria, bloquear o confronto e nos opor às sanções unilaterais - e ao abuso das sanções. [...] A recuperação econômica global continua sendo um processo tortuoso, enquanto a paz e a segurança se tornam problemas mais importantes (Xi, 2022, tradução própria).²⁶

O posicionamento segue uma agenda que visa dar proeminência aos investimentos chineses, e conseqüentemente aos do BRICS, em contraposição às instituições ocidentais, como o Banco Mundial e o FMI (Pandey, 2022). Portanto, embora a Guerra seja percebida como um fator negativo para o BRICS, na realidade, surgem evidências do contrário, com a construção de uma narrativa de consenso internacional em relação às políticas dos Estados Unidos, o que, por sua vez, fortalece uma agenda de expansão das atividades do grupo.

A XIV Cúpula do BRICS proporcionou, pela primeira vez, um Diálogo de Alto Nível sobre Desenvolvimento Global, com a presença de 13 países além dos membros do bloco²⁷, alinhando-se com a meta de ampliação da influência global do grupo como sinalizado inicialmente na reunião dos ministros do Exterior (BRICS, 2022, §4; 72).

O Compromisso sobre a expansão aparece na Declaração sob o tema de desenvolvimento institucional:

Registramos com satisfação o progresso feito no desenvolvimento institucional do BRICS e enfatizamos que a cooperação do BRICS precisa abraçar as mudanças e

²⁵ “sovereignty and territorial integrity of all States”

²⁶ “We must abandon Cold War mentality and block confrontation and oppose unilateral sanctions - and the abuse of sanctions. [...] The global economic recovery remains a tortuous process while peace and security become more salient problems.”

²⁷ República Democrática Popular da Argélia; República da Argentina; República Árabe do Egito; República da Indonésia; República Islâmica do Irã; República do Cazaquistão; República do Senegal; República do Uzbequistão; Reino do Camboja; República Democrática Federal da Etiópia; República de Fiji; Malásia; e Reino da Tailândia (China, 2022)

manter-se atualizada com os tempos. Continuaremos a estabelecer prioridades claras em nossa ampla cooperação, com base no consenso, e tornaremos nossa parceria estratégica mais eficiente, prática e orientada para resultados (BRICS, 2022, §71, tradução própria).

Seguidamente, os países concordaram em aprofundar a discussão para estabelecer os princípios orientadores, os padrões, os critérios e os procedimentos para a expansão do BRICS e ampliar a cooperação com demais Estados da periferia do Sistema Internacional, em consolidação do BRICS + (BRICS, 2022, §72-73). Esse compromisso representa o apogeu da evolução institucional do grupo investigado ao longo desse estudo.

A análise detalhada dessa evolução é motivada pela urgência de compreender os mecanismos formados ao longo da trajetória do BRICS, os quais possibilitam uma articulação efetiva em diversas áreas. Esse fenômeno ocorre, pois, apesar de as análises frequentemente apontarem dificuldades para o grupo em harmonizar suas posturas sobre assuntos geopolíticos e em promover reformas nas estruturas de governança global - devido às suas disparidades em aspectos geoeconômicos e às barreiras que dificultam uma plena coesão diante do SI - o avanço institucional demonstrou ser eficaz na superação desses entraves (Stuenkel, 2020).

Por essa razão, compreender a amplitude da cooperação técnica intra-BRICS torna-se imprescindível. Esses instrumentos possibilitam uma avaliação consistente dos fatores que sustentam uma futura expansão do BRICS para BRICS+, além de analisarem a habilidade desses novos integrantes de se unirem em torno de uma política coesa e eficaz no contexto de sua influência internacional (Stuenkel, 2020).

Inicialmente, dois aspectos relevantes podem ser destacados: primeiro, a alta frequência de reuniões que começaram em 2012 no contexto da cooperação entre os países do BRICS, totalizando cerca de 100 encontros anuais, o que representa quase dois eventos por semana. Segundo, é crucial notar que, a partir de 2014, o BRICS adotou uma abordagem abrangente, demonstrando a intenção do grupo de se envolver em uma ampla gama de assuntos, visando fortalecer ainda mais as relações entre seus países membros (Stuenkel, 2020).

Em uma análise da Universidade de Toronto, foi detalhado os Compromissos estabelecidos pelos países em cada Cúpula de 2009 a 2022, bem como a pontuação de comprometimento dos países de acordo com os compromissos estabelecidos na Cúpula de Pequim em 2022. Enquanto a pontuação demonstra um comprometimento total de 58% dos países do BRICS sobre os assuntos da XIV Cúpula, a análise dos compromissos apresentou 33 áreas de cooperação com 982 compromissos qualificados, conforme apresentado na Tabela 1 (Wang et al., 2023):

Tabela 1 - Distribuição dos compromissos abordados pelo BRICS entre 2009-2022

Áreas Abordadas	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Energia	5	9	1	2					6	2	2	3		2	32
Finanças		3	1			6	6	5	9	5	1			2	38
Mudanças climáticas		1	6	3	1	1	1	1	3		3	1	3	2	26
Política macroeconômica		1	5	1	5	7	6	4	4	3	1	2	2	5	46
Comércio	1	2	5	3	6	8	30	7	21	18	8	2	3	12	126
Cooperação internacional	1	2	5	3	6	8	30	7	21	18	8	8	7	10	134
Socioeconômico	1	1	3	2		7	5	2		2					23
Desenvolvimento	1	5	1	3	10	4	4	2	11	6	2	3	4	21	77
Desastres naturais	1	1	1											1	4
Alimentos e agricultura	3		1	1		1	17		5	3		2	1	3	37
Tecnologias de informação e comunicação e economia digital			2			1	17	3	12	3	2	3	4	15	62
Ciência e educação	1	1	1		2	5							1	4	15
Saúde			1	1		1	6	2	6	1		4	5	14	41
Direitos humanos			1		1	2	5		2		1		3	5	20
Responsabilidade			1												1
Segurança regional	1		1	4	8	6	6	4	12	7	4	7	1	8	69
Terrorism			1	1	2	2	1	4	7	3	1	2	7	4	35
Cultura		1				3	1	2	3			1		3	14
Esporte		1													1
Reforma do FMI	1	2	1	2	9	8	3	2	5	2	2	1	1	1	40
Não proliferação					1			1	2		1		2	7	14
Crime e corrupção						4	10	3	8	6	10	3	7	7	58
Meio ambiente						1	1	1	3	3	3		2	1	15
Turismo							1			1					2
Tributação internacional										4	5	1		2	12
Espaço												1			1
Cooperação intra-BRICS												1			1
Reforma da organização intergovernamental													4	19	23
Paz e segurança													1	6	7
Boa governança														4	4
Trabalho e emprego														3	3
Infraestrutura														1	1
Total	16	30	38	26	51	75	150	50	140	87	54	45	58	162	982

Fonte: Elaboração e tradução própria segundo os dados de Wang *et al.*, 2023, p. 7.

Embora se observem diversas elementos relevantes, o BRICS coloca ênfase substancial no cenário econômico, pois “o BRICS optou por confiar principalmente em suas capacidades econômicas em sua política financeira conjunta, em vez de seu poder militar”²⁸ em seu escopo de cooperação (Roberts *et al.*, 2018, p. 24, tradução própria). Dessa forma, a economia atua como um *spillover* profundo, conectando os países do BRICS em torno de seus objetivos comuns.

Portanto, em sua agenda “as nações do BRICS colaboraram para pressionar por reformas das organizações de Bretton Woods, facilitar a internacionalização da moeda chinesa, o yuan ou Renminbi, e estabelecer instituições financeiras internacionais paralelas”

²⁸ “The BRICS have chosen to rely mainly on economic and financial capabilities in their collective financial statecraft, rather than on military power”

(Roberts *et al.* 2018, p. 4, tradução própria),²⁹. Politicamente, essa agenda não é conflituosa; trata-se de um esforço para assegurar “um lugar à mesa” ao lado das potências ocidentais, como o G7, proporcionando uma voz mais forte e uma participação mais significativa nas instituições globais existentes (Bond; Garcia, 2015).

À medida que se aprofunda a análise do conceito de BRICS, torna-se evidente que o bloco deve ser visto como um grupo de nações emergentes que buscam alterar a dinâmica de poder vigente na ordem liberal ocidental liderada pelos EUA, em vez de representar uma ameaça coletiva ao capitalismo global. Esta abordagem reformista se reflete nos esforços do grupo para estabelecer instituições internacionais alternativas, em alcance e escala global (Vadell; Ramos, 2019).

Resumidamente, o fortalecimento das instituições no âmbito do BRICS está profundamente interligado à política financeira, como evidenciam as reuniões anuais, e os esforços contínuos para ampliação de seu alcance ao nível internacional (Ramos *et al.*, 2018). Dessa forma, a partir dessa análise, se torna possível identificar duas características-chave desse bloco emergente: a evolução institucional; e um processo gradual de expansão.

Ao examinar as declarações anuais, observa-se que os membros do BRICS têm, de forma consistente, concentrado suas demandas em quatro áreas principais. Sendo elas: (i) a reforma de cotas e votos no FMI; (ii) a reforma do CSNU; (iii) o fortalecimento do Banco do BRICS (NDB-CRA); e (iv) uma postura política unificada sobre questões de segurança e eficiência nas Cúpulas do G20.

Outrossim, considerando que as características e a intersecção entre as iniciativas implementadas desde 2009 têm contribuído para fortalecer o elo entre os países em contextos domésticos e internacionais, os especialistas observam com desconfiança como uma potencial ampliação do bloco poderia impactar essa dinâmica. Contudo, similarmente às preocupações sobre a integração da África do Sul ao bloco em 2011, essas críticas podem indicar que, após 15 anos, houve pouca atenção dedicada aos esforços de cooperação intra-BRICS, analisados nesse capítulo, e que se tornam fundamentais para compreender as futuras decisões do grupo em direção à consolidação do BRICS+.

²⁹ “BRICS countries have cooperated to promote reforms of the Bretton Woods institutions, encourage internationalization of China’s currency, the yuan or Renminbi, and build parallel international financial institutions”

4. A EXPANSÃO BRICS+: NOVOS MEMBROS E A RECONFIGURAÇÃO DA GOVERNANÇA GLOBAL

A partir da condução de um processo de expansão do bloco por meio da adesão de novos membros, o BRICS sinalizou um movimento que apresenta resultados complexos, capaz de alterar o *status quo* e aprofundar a ruptura em relação à ordem internacional ocidental, sob a liderança dos EUA. A primeira expansão, em 2011, com a inclusão da África do Sul ao bloco, revelou o potencial que a inclusão de novos membros pode proporcionar.

Contudo, certas dúvidas emergem nesse cenário de expansão, principalmente ligados aos fatores de definição dos elementos que fundamentam a escolha de novos membros e, por conseguinte, a capacidade do BRICS de manter sua coesão interna e a primazia pelas decisões do bloco. Nasce, a partir desse mosaico, a necessidade de compreender como essa expansão ocorreu.

Desse modo, esse capítulo se concentra nos esforços relativos à análise da Cúpula de 2023, que oficializou a adesão dos países ao BRICS, transformando o grupo em BRICS +. Além disso, examina os primeiros impactos desse evento na Cúpula de Kazan, realizada em outubro de 2024. Dessa forma, intenta-se aprofundar a compreensão sobre o potencial inovador do BRICS e o que se pode antever em relação à XVII Cúpula no Brasil em 2025, além de novas perspectivas e implicações que posicionam o BRICS+ como um símbolo de multipolaridade e reforma na governança global.

4.1. DE JOANESBURGO À KAZAN: BRICS+ E AS PERSPECTIVAS DE GOVERNANÇA GLOBAL

Indubitavelmente, o BRICS tornou-se a plataforma central da cooperação Sul-Sul, reafirmando seu compromisso com um mundo multipolar, respeito à soberania e à autodeterminação dos povos. O bloco evoluiu para uma parceria cooperativa que transcendeu as limitações dos países individuais e que fomenta uma relação pragmática a qual alavanca a influência coletiva de seus membros para alcançar objetivos compartilhados (Vazquez, 2018).

Consequentemente, em 2023, a Declaração de Joanesburgo II atingiu um novo ponto de inflexão, encontrando a ordem liberal ocidental e desafiando a hegemonia das estruturas do atual SI. Os cinco países-membros consentiram em desenvolver novas diretrizes para a cooperação, enfrentando desafios recentes do grupo, como sanções internacionais, mudanças

climáticas, choques macroeconômicos, questões globais de comércio e investimento e volatilidade financeira, entre outros temas afetando os países do BRICS (BRICS, 2023).

Sendo assim, se torna crucial reconhecer, a priori, a natureza e a dinâmica da economia global, bem como a crescente influência dos países do Sul Global, com especial ênfase nas nações do BRICS. A adoção de medidas como restrições comerciais e sanções econômicas impostas por países ocidentais à Rússia e à China foi acompanhada por um aumento nas atividades comerciais e investimentos intra-BRICS. Este cenário em transformação na economia global evidencia uma crescente divergência entre nações alinhadas com as economias ocidentais e aquelas alinhadas com o eixo de poder Rússia-China, incluindo as nações que compõem o BRICS (Gouvea; Gutierrez, 2023).

Conforme apresentado em junho de 2022, durante a Reunião de Líderes do BRICS, o presidente da China, Xi Jinping, destacou a relevância de incorporar novos países ao BRICS (BRICS, 2022). A intenção dessa inclusão foi aprimorar o acesso sobre recursos, mercados e a influência geopolítica, o que não apenas elevaria a importância global do grupo, mas também, em grande medida, intensificaria seu poder econômico e político (Peng, 2022).

Entretanto, no que tange esse processo, torna-se importante diferenciar as discordâncias acerca da ampliação do bloco. Embora seja conveniente aumentar a sua influência internacional, foram as recentes tensões entre países ocidentais com a Rússia e a China que pressionaram esses membros a explorarem novas formas de fortalecerem suas relações econômicas e políticas. Dessa forma, esse movimento os obriga a expandir sua influência econômica de maneira construtiva e mutuamente benéfica, consequências que não sucedem diretamente aos demais integrantes do grupo (Gouvea; Gutierrez, 2023).

Portanto, à medida que o núcleo de influência norte-americano intensifica suas coerções econômicas em relação à Rússia e à China, cresce o interesse desses dois países em expandir os mecanismos que os permitam aumentar sua influência internacional. Conseqüentemente, o NDB torna-se a principal ferramenta do BRICS para estimular investimentos e empréstimos internacionais. Essa abordagem possibilita que os países integrantes se concentrem na ampliação do comércio, na construção de laços de segurança global e na formação de vínculos culturais com novos potenciais membros, reforçando, assim, suas conexões políticas e econômicas (Gouvea; Gutierrez, 2023).

Assim, em 2022, o NDB demonstrou essa estratégia ao destinar um orçamento substancial de USD 32,8 bilhões para o financiamento de noventa e seis projetos de infraestrutura. Dentre esses projetos, destacam-se a construção e modernização de 15.700 km de estradas, 850 pontes e 260 km de sistemas de transporte ferroviário (Ross, 2024). Esses

investimentos demonstram concretamente o papel de apêndices e mecanismos financeiros, como o NDB, que se configuram como um instrumento de *soft power*, permitindo ao BRICS ampliar sua influência ao oferecer alternativas financeiras para países periféricos, reduzindo sua dependência de instituições tradicionais como o Banco Mundial e o FMI.

Essa perspectiva fomenta o anseio de fortalecer os laços intra-bloco, que exibem índices de crescimento econômico significativamente superiores e detêm recursos energéticos, alimentares e tecnológicos essenciais para o desenvolvimento sustentável. Simultaneamente, o BRICS sustentou, historicamente, uma abordagem não intervencionista aos assuntos domésticos e de respeito à soberania dos países. Essa abordagem, reconhecida pela comunidade internacional, atrai diversas nações, incluindo membros da ASEAN,³⁰ que identificam um modelo de cooperação que preserva sua autonomia (Gouvea; Gutierrez, 2023).

Diante desse contexto, tornou-se fundamental formalizar, durante a Cúpula de Joanesburgo II, uma Declaração Conjunta referente à “Expansão dos Membros do BRICS: Princípios Orientadores, Padrões, Critérios e Procedimentos”³¹. Este documento foi elaborado com o intuito de assegurar a coesão do grupo e estabeleceu os princípios orientadores que os novos membros devem seguir. Esses princípios reforçam a importância do respeito mútuo, da igualdade entre os membros e da busca por consenso nas decisões, aspectos que têm sido característicos do BRICS desde sua fundação (BRICS, 2023b).

Além disso, o compromisso com o multilateralismo e a defesa do direito internacional, com a Carta da ONU como pilar fundamental, constituem aspectos cruciais para a inclusão de novas nações ao bloco. Deste modo, o objetivo da expansão é fortalecer a representatividade do grupo, proporcionando uma voz mais ativa aos países da periferia no SI (BRICS, 2023b).

Dessa forma, os critérios para a expansão são abrangentes, visando assegurar que os novos membros contribuam para os objetivos do grupo. Contudo, os postulantes devem ser nações emergentes que exerçam influência regional e global, além de demonstrar comprometimento com os princípios do BRICS, com a paz e o desenvolvimento sustentável. Também é necessário manter relações diplomáticas positivas com os membros atuais e não impor sanções unilaterais não autorizadas pelo CSNU (BRICS, 2023b).

Outrossim, juntamente com a exigência de aceitar memorandos de entendimento de cooperação do BRICS, estruturas, cartas de intenção, acordos, mecanismos e ciclos de trabalho, é fundamental que os países promovam uma reforma abrangente das Nações Unidas,

³⁰ Sigla do inglês para “Associação de Nações do Sudeste Asiático”. Seus membros são: Brunei; Camboja; Indonésia; Laos; Malásia; Myanmar; Filipinas; Singapura; Tailândia; Vietnã.

³¹ BRICS Membership Expansion: Guiding Principles, Standards, Criteria and Procedures’

incluindo seu Conselho de Segurança, visando torná-lo mais democrático, representativo, eficaz e eficiente. Portanto, os novos membros devem se empenhar em aumentar a representação dos países em desenvolvimento no CSNU e apoiar as legítimas aspirações das nações emergentes - como Brasil, Índia e África do Sul - para desempenharem um papel mais significativo nos assuntos internacionais (BRICS, 2023b).

Em suma, o processo de expansão é conduzido de forma estruturada e transparente, com a participação dos líderes e ministros das Relações Exteriores dos países membros. A decisão final sobre a admissão de novos membros é tomada pelos líderes do BRICS por consenso, assegurando que a expansão ocorra de forma harmoniosa e preserve a coesão do grupo. Assim, após a aprovação, o país convidado se torna membro oficial ao comunicar formalmente sua aceitação ao presidente do BRICS (BRICS, 2023b).

A partir da institucionalização desse processo, a Cúpula em Joanesburgo culminou finalmente com o convite formal para seis países: Argentina, Egito, Etiópia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos. Postulantes que, a partir de 1º de janeiro de 2024, se juntaram ao bloco, expandindo a influência do BRICS e consolidando sua posição como um importante interlocutor no cenário internacional (BRICS, 2023a).

A adesão desses países representa uma decisão histórica significativa e um acontecimento cercado de grandes expectativas, especialmente após mais de 40 países³² expressarem interesse em ingressar ao BRICS naquele ano. Em um contexto de países de relevância global tal qual os do grupo, as escolhas sobre novos membros frente à extensa lista de interessados e uma expansão baseada, principalmente, na representação geográfica do bloco nas principais regiões do Sul Global merecem devida atenção.

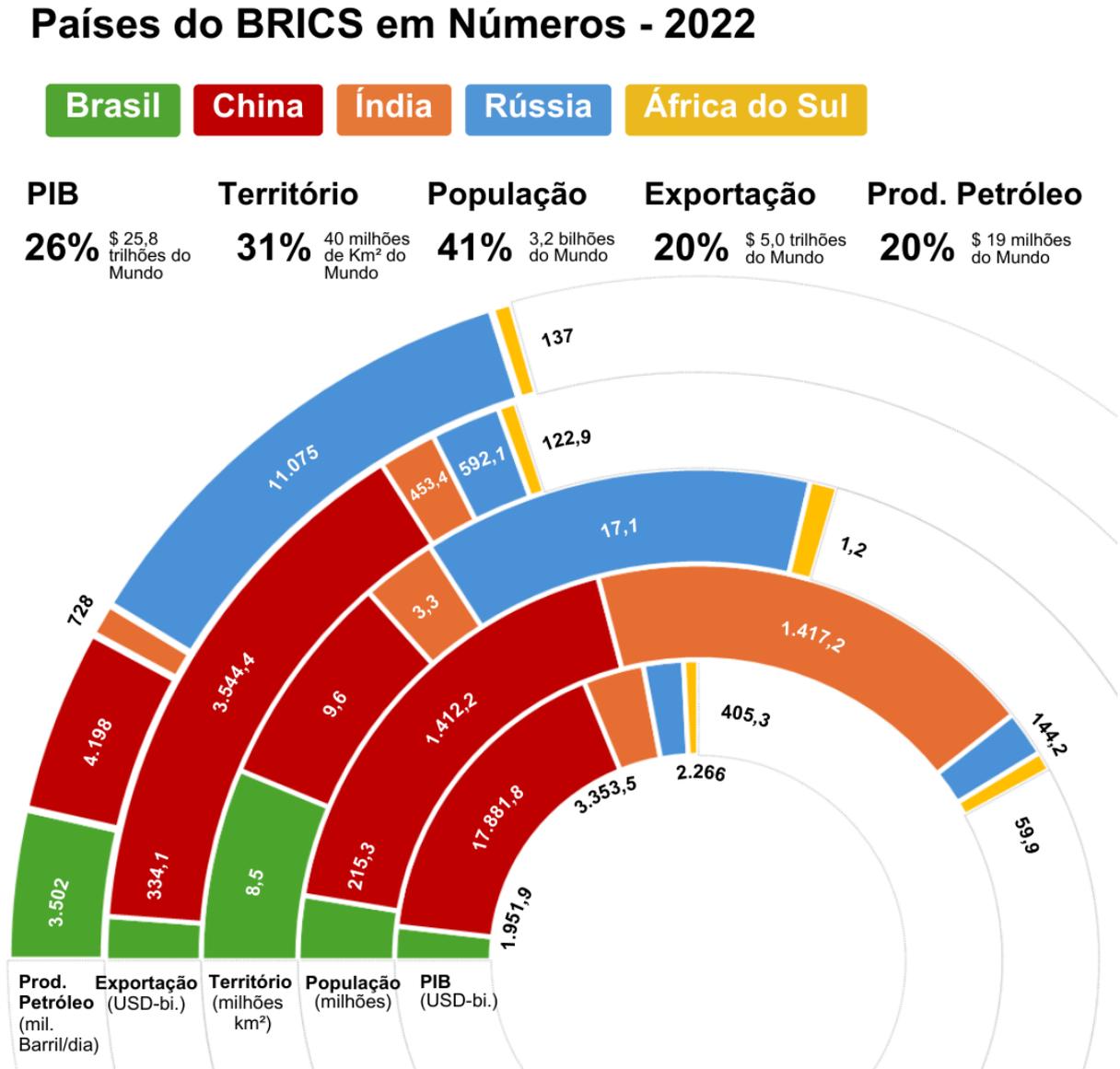
Antes de sua recente expansão, o BRICS já representava uma parte substancial da economia, da população e do território global, respondendo por 26% do PIB mundial, 40,8% da população global e 30% da área total do planeta. Sob a perspectiva financeira, os novos países membros aportam mais USD 2,6 trilhões ao PIB, que, somados, resultam em uma economia BRICS+ de USD 28,4 trilhões, representando 27% do PIB internacional. Apesar desses números expressivos, as nações do G7 continuam dominantes em termos de PIB global, com 44,4% do total (World Bank, 2024a; 2024b; 2024d).

No entanto, projeções mostram que a importância das economias do G7 diminuirá ao longo do tempo, enquanto as economias do BRICS+ devem experimentar um crescimento significativo. Outrossim, embora os novos membros não apresentem contribuições

³² Resposta do Embaixador Anil Sooklall, que coordena a posição da África do Sul no Fórum do BRICS, em entrevista para o Jornal Reuters (2023).

proeminentes ao PIB do bloco, se torna necessário observar o seu potencial de crescimento ao longo prazo (Daly; Gedminas, 2022).

Figura 2 - Países do BRICS em Números - 2022

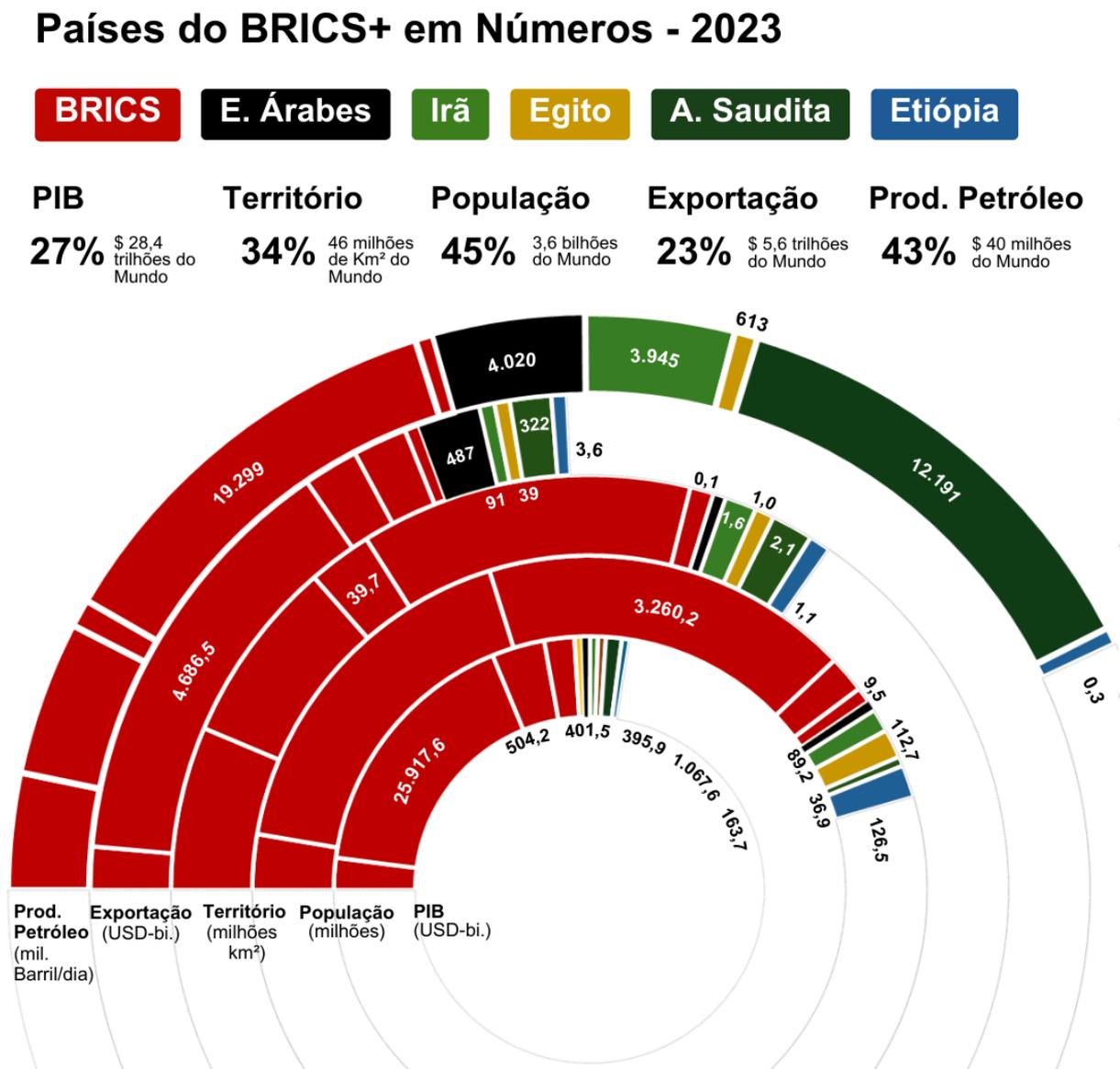


Fonte: Elaboração própria segundo os dados do World Bank; Energy Institute, 2024.

Segundo as projeções do Goldman Sachs, o BRICS deve ultrapassar o G7 em termos de porcentagem do PIB mundial até 2050, mesmo sem considerar os novos integrantes. Os integrantes originais do BRICS já apresentam taxas de crescimento do PIB superiores às do G7, com uma média de 189% até 2050, frente aos 50% do G7. Além disso, os novos membros do BRICS+, como Etiópia e Egito, têm perspectivas de crescimento ainda mais impressionantes, com prognósticos de aumento do PIB de, 635% e 1.170%, respectivamente, até 2050, o que potencializa ainda mais a força econômica do grupo (Daly; Gedminas, 2022).

Por conseguinte, ao examinarmos essa expansão do ponto de vista comercial, o grupo ampliado passa a representar mais de 43% da produção global de petróleo, dobrando efetivamente sua capacidade e expandindo sua influência no Oriente Médio ao incluir o Irã, os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita (Energy Institute, 2024). Além disso, o BRICS+ se torna responsável por 23% das exportações globais, agregando um aumento de USD 600 bilhões ao volume total do bloco (World Bank, 2024c).

Figura 3 - Países do BRICS+ em Números - 2023



Fonte: Elaboração própria segundo os dados do World Bank; Energy Institute, 2024.

Paralelamente, os países fundadores do BRIC controlam 72,5% das reservas globais de minerais de terras raras, sendo a China responsável por 85% da produção refinada mundial em

2020. Esses minerais são cruciais para a fabricação de diversos produtos, como armamentos de alta tecnologia, veículos elétricos, placas de circuito, semicondutores e celulares. A expectativa é que a demanda por esses recursos continue em ascensão, impulsionada pela expansão da classe média em nações como China, Índia, Brasil e Egito. Com uma população que representa 45% do total mundial, o grupo BRICS+ projeta sua crescente relevância, sendo capaz de realocar o centro econômico mundial para o Sul Global (Ross, 2024).

Consequentemente, devido ao aumento substancial da relevância do grupo, a Cúpula do BRICS eleva sua proeminência na condução da agenda internacional. O encontro torna-se a oportunidade para discutir tópicos de significância particular para economias periféricas. Além de sua utilidade prática, o evento carrega uma importância simbólica: transmite uma mensagem à ordem ocidental, em especial às nações do G7, de que a agenda internacional não está mais sob o controle exclusivo de suas instituições econômicas e financeiras, que historicamente beneficiam suas economias voltadas para o mercado e suas estruturas.

Para os países da periferia, as Cúpulas do BRICS funcionavam e ainda funcionam como uma ferramenta valiosa para fomentar a cooperação Sul-Sul. Afinal, essa colaboração se tornou um dos pilares das potências periféricas e semiperiféricas na busca por uma democratização da governança global, visando diminuir a influência desmedida que o hemisfério norte exerce nas discussões internacionais (Stuenkel, 2020).

Em termos mais gerais, pode-se argumentar que o conceito de BRICS, desde sua fundação como instituição política, atendeu às necessidades particulares de cada país-membro em busca de fortalecer seu status no Sistema Internacional. Integrar o BRICS confere um grau considerável de reconhecimento social - em parte, fornecido pelos outros membros, mas também pelos analistas internacionais e pela opinião global -, o que tem o provável efeito de ampliar o poder de barganha individual de cada país (Stuenkel, 2020).

Um segundo argumento a ser considerado é que a Cúpula do BRICS adquire importância não apenas pelos benefícios gerados pela cooperação intra-BRICS, mas sobretudo pelo status conferido aos participantes como potências emergentes do século XXI, com direito legítimo de participação na governança global. A inclusão da África do Sul no BRICS exemplifica essa dinâmica, já que possibilitou ao país alcançar a condição de potência emergente, com a capacidade de influenciar o sistema - um status que teria sido difícil de conquistar de outra forma, especialmente considerando que o país não atende aos critérios comuns associados a essa classificação (Stuenkel, 2020).

Desta forma, a Cúpula do BRICS desempenha um papel significativo na transformação dos novos integrantes em representantes das economias mais dinâmicas do

mundo, além de propiciar o reconhecimento de sua condição de potências na esfera global, apesar da coerência do grupo poder ser questionada (Stuenkel, 2020). No entanto, a inclusão de cinco novos membros também apresenta um novo desafio, uma vez que cada membro agrega características e motivações distintas para o grupo.

Indubitavelmente, a adesão ao BRICS concede um novo status global para cada membro, no entanto, como esse processo é percebido por cada nação, se torna um elemento imprescindível para compreender as motivações e, conseqüentemente, a nova dinâmica que surge com o BRICS+. Cada postulante foi impulsionado, inicialmente, por características que se estabelecerem consoantes as concepções atreladas ao status do bloco político- as quais foram supracitadas neste estudo - e, finalmente, por elementos concernentes a fator próprios de cada país, que se entrelaçam e se distinguem significativamente entre eles.

Para o Irã, os benefícios de se juntar ao BRICS são comparáveis aos que elegeu ao integrar a Organização de Cooperação de Xangai (OCX) em 2021, que também conta com a presença da Rússia e da China. Teerã acredita que essa parceria não só diminuirá os esforços norte-americanos para rotulá-lo como um Estado isolado, mas também fornecerá um certo grau de segurança e proteção diante de possíveis conflitos com o Ocidente. A expectativa do Irã é que sua participação no BRICS atenuar as conseqüências das sanções do ocidente contra sua economia, além de promover o crescimento do comércio e dos investimentos internacionalmente (Burton, 2023).

Igualmente, os interesses econômicos impulsionam tanto o Egito quanto os países árabes do Golfo. Para a Arábia Saudita e os Emirados Árabes, a atração pelo BRICS se fundamenta na busca por uma diversificação econômica mais robusta do que a do Irã. Enquanto ao Egito, essa aliança representa uma oportunidade de obter os recursos indispensáveis, considerando seus gastos públicos elevados atrelados a sua crescente dívida pública (Burton, 2023).

Estrategicamente, os três países árabes do Golfo estão explorando ativamente novas possibilidades além da atual dependência mundial dos hidrocarbonetos. Eles buscam diversificar suas economias internas e, simultaneamente, investem em mercados já consolidados e em desenvolvimento no exterior, visando criar fontes adicionais e alternativas de receita a longo prazo (Burton, 2023).

Outrossim, no que se refere à Etiópia, que enfrenta sanções ocidentais devido a conflitos internos e acusações de violações de direitos humanos, resultando em restrições à importação de armas, ajuda militar e comércio, o país vê nos BRICS possíveis fornecedores de equipamentos militares e tecnologia. Adicionalmente, sendo a sede da União Africana, a

Etiópia também tem em vista fortalecer sua posição na ordem global, usando os BRICS como um meio para promover uma ordem mais justa e multipolar, além de defender os interesses africanos (Noeraeni; Hidayat; Benarrivo, 2024).

As diferenças entre os novos integrantes do BRICS+ são claras em relação à sua postura ao NDB. Para o Egito, o NDB representa uma fonte crucial de financiamento, possivelmente com menos exigências de condições do que as instituições mais tradicionais, como o FMI ou o Banco Mundial. No caso dos Emirados Árabes Unidos, que já fazem parte do banco desde 2021, a participação pode ser vista principalmente como a de um credor, embora também proporcione oportunidades para cofinanciamento e maior acesso a mercados em países específicos do BRICS (Burton, 2023).

Por outro lado, a inclusão da Arábia Saudita no BRICS será benéfica, especialmente por seu potencial de oferecer suporte financeiro ao NDB. Esse suporte é particularmente relevante considerando as recentes preocupações a respeito da solvência do banco, que surgiram em decorrência da guerra na Ucrânia, das sanções aplicadas à Rússia e da adesão do NDB a essas sanções (Burton, 2023). Embora se trate de uma instituição financeira independente em relação ao Ocidente, a interdependência do SFI ainda limita o Novo Banco de Desenvolvimento, impedindo-o de investir em projetos na Rússia devido às normas de governança que proíbem transações com países sob sanções internacionais (NDB, 2022).

Não obstante, a ampliação do número de membros do BRICS apresenta vários desafios, sendo o primeiro e principal ponto sobre como o grupo trabalha. O BRICS tem operado majoritariamente com base no consenso, pormenorizando as diferenças entre seus membros, como no assunto da guerra na Ucrânia, mas especialmente, nos entraves diplomáticos e geopolíticos da China e Índia.

Coerentemente, a adesão de novos membros tende a dificultar a tomada de decisão fundamentada no consenso. Essa dificuldade decorre, mormente, da natureza dos novos Estados. Indiscutivelmente, incluir a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos seria menos controverso do que o Irã. Enquanto a presença do Irã pode ser interpretada por alguns no Ocidente como a adoção de uma postura mais conflituosa por parte do BRICS, a adesão da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos tem, sem dúvida, menos conotações políticas; seu envolvimento pode sugerir a adoção de uma orientação mais reformista por parte do BRICS e, pelos novos países, um potencial para diversificação econômica e uma estratégia de política externa multidimensional (Burton, 2023).

Em suma, a expansão do BRICS, indiscutivelmente, ampliou sua influência econômica e geopolítica, iniciando um discurso sobre as perspectivas do BRICS+ em servirem como um

contraponto ao G7 e à ordem internacional liberal liderada pelos EUA (Özekin; Sune, 2023). Esse desenvolvimento também ampliou a visão política, econômica e geoestratégica do bloco, reforçando sua presença e influência no SI. No entanto, é importante reconhecer que o grupo enfrenta uma nova gama de desafios domésticos e geopolíticos (Özekin; Sune, 2023). Esses desafios têm o potencial de limitar a capacidade do BRICS+ de buscar uma integração mais profunda e de mudar significativamente o equilíbrio de poder global a seu favor.

Por conseguinte, esses desafios de integração surgiram antes mesmo da entrada oficial dos novos Estados-membros do BRICS+ em janeiro de 2024. A vitória de Javier Milei nas eleições presidenciais argentinas, ocorridas em 19 de novembro de 2023, teve um impacto significativo na trajetória econômica do Sul Global, assim como nos esforços de integração regional e o processo de expansão em andamento do BRICS. O governo de Milei rejeitou de forma definitiva a possibilidade de a Argentina se juntar ao grupo BRICS, uma postura que provocou reflexões entre os formuladores de políticas nas margens do SI (Lissovolik, 2023).

Esse constrangimento gerou grandes expectativas em relação às decisões do grupo e, conseqüentemente, à XVI Cúpula do BRICS, que marca a inauguração do BRICS+. A Cúpula, realizada em Kazan, na Rússia, se destaca como uma das mais aguardadas e monitoradas pela imprensa internacional. Inicialmente, esperava-se uma apresentação detalhando os resultados do primeiro ano de atividades do bloco ampliado. Além disso, por ocorrer na Rússia, a agenda do encontro estava sob a influência do país anfitrião, o que gerou incertezas sobre os temas que seriam abordados.

Dessa forma, a Cúpula de 2024 foi fortemente influenciada pela presença marcante de Vladimir Putin, que utilizou o evento para mostrar que Moscou não está isolada no cenário internacional. Em um contexto de conflito na Ucrânia e de sanções impostas pelo Ocidente, a participação de 36 países, juntamente com a presença do secretário-geral da ONU, António Guterres, se revela um contraste com as expectativas, fazendo deste evento o maior encontro internacional liderado por Putin desde o início da invasão russa à Ucrânia (Deutsche Welle, 2024).

No âmbito da expansão, o BRICS+ encontrou novos constrangimentos em torno da adesão dos seus novos membros. Enquanto Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes já haviam formalizado sua inclusão ao grupo, a Arábia Saudita ainda não oficializou sua entrada aos BRICS, e tampouco contou com a presença do seu executivo na Cúpula em Kazan (Trevelyan, 2024).

Mesmo diante das incertezas sobre a expansão do BRICS, a Declaração de Kazan evidenciou que o âmbito institucional do grupo ultrapassou, mais uma vez, barreiras à

cooperação entre os membros. Essa articulação resultou em um extenso documento com 134 pontos, sendo este o mais longo já elaborado pelo bloco. Na declaração, nota-se uma mudança significativa rumo à criação de novas plataformas para cooperação econômica, abrangendo inclusive áreas como a interligação das infraestruturas dos mercados financeiros do BRICS, sistemas para pagamentos internacionais, infraestrutura de depósitos, iniciativas para colaboração nas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) do BRICS e a criação de uma Bolsa de Comércio de Grãos do BRICS (BRICS, 2024).

O sistema financeiro do BRICS está atualmente envolvido em diálogos iniciais sobre a criação de uma infraestrutura independente para liquidação e depósito, com uma plataforma para transações transfronteiriças. Contudo, esse estudo está em desenvolvimento inicial, avaliando aspectos como conceito, abrangência e a adesão voluntária dos países membros. Esses conceitos servem como um ponto de partida crucial para a construção de uma infraestrutura financeira autônoma, com um processo prolongado, e que evidencia o compromisso de reforçar a independência financeira do bloco em diminuir os encadeamentos externos (BRICS, 2024, §65).

Dentro do contexto da cooperação econômica, a estrutura das ZEE possibilita a integração abrangente de regiões e municípios dos países do bloco. Simultaneamente, o estabelecimento da Bolsa de Comércio de Grãos do BRICS, juntamente com a possibilidade de expansão para outras áreas, sinaliza uma tendência das economias em desenvolvimento em tirar melhor proveito de seus recursos, favorecendo uma maior coordenação política e o aprimoramento da infraestrutura de mercado (BRICS, 2024, §73).

Com relação ao NDB, como esperado, os líderes do BRICS pedem um maior uso de moedas nacionais em suas operações, ao mesmo tempo em que expressam apoio à expansão do número de membros e das operações financeiras do Banco em todo o mundo em desenvolvimento. No que diz respeito ao CRA do BRICS a Declaração carece de medidas concertadas para transformar essa plataforma em um mecanismo mais institucionalizado e operacional para as economias do BRICS+; no entanto, a inclusão de disposições sobre a necessidade de atualizar o mecanismo do CRA do BRICS pode ser um sinal positivo de um movimento gradual na direção de seu maior papel no apoio às economias em desenvolvimento (BRICS, 2024, §62; §68).

Em relação à expansão do BRICS, o grupo reforça a estrutura BRICS+ e reafirma seu compromisso com o avanço institucional do bloco. Este último pode implicar um movimento em direção a maior institucionalização do BRICS nos anos seguintes, potencialmente através de um apoio mais robusto ao NDB do BRICS e à consolidação do CRA. No que concerne à

Declaração, destaca-se o apoio à nova categoria de Países Parceiros do BRICS, que, embora tenha se tornado o foco das discussões na mídia internacional, carece de critérios específicos ou informações detalhadas sobre a adesão de novos países (BRICS, 2024, §4-5).

Essa nova categoria emerge frente aos recentes desdobramentos relacionados à formação do BRICS+. O resultado das eleições presidenciais na Argentina e a subsequente alteração nas relações do país com o BRICS refletiram um obstáculo para a expansão do grupo. Evidentemente, as declarações da Argentina sobre as intenções do país de renunciar ao convite para integração podem ter surpreendido muitos no Sul Global; entretanto, elas enviaram uma mensagem clara ao BRICS. Em decorrência desse episódio evidenciou-se a necessidade de reestruturar o formato de expansão do BRICS, ampliando novas possibilidades para a cooperação Sul-Sul (Lissovolik, 2023).

Essa nova abordagem para o BRICS+, pensada inicialmente em Joanesburgo em 2023, foi catalisada pelos constrangimentos da rejeição da Argentina e da indecisão da Arábia Saudita e serve para retratar a instituição como fragmentada. Assim, a introdução da categoria de Países Parceiros surgiu, aparentemente, como uma maneira de prevenir a repetição desses conflitos no futuro. Portanto, para que um governo possa ingressar na organização, ele deve, inicialmente, ser aceito como “parceiro” por um determinado período antes de se tornar membro (Lissovolik, 2023).

Esse processo é semelhante ao da Organização de Cooperação de Xangai, da qual China, Rússia, Índia e Irã também são membros. O status de Parceiro de Diálogo da Organização de Cooperação de Xangai pode ser atribuído a países ou entidades intergovernamentais que estejam alinhados com os objetivos da organização e busquem uma colaboração mútua e equitativa. A solicitação deve ser encaminhada ao Secretário-Geral da OCX e passa por um processo de revisão antes da decisão final do Conselho de Chefes de Estado da OCX. Essa categoria de Parceiros os permite participar de reuniões, eventos culturais e acadêmicos promovidos pela instituição, podendo também discutir questões de interesse em comum e acessar documentos públicos relacionados aos eventos (OCX, 2008).

No entanto, essa categoria não têm direito de voto nas decisões internas nem na assinatura de documentos da organização, contando apenas com um voto consultivo em determinados assuntos de cooperação. Além disso, os Parceiros são responsáveis pelos próprios gastos relacionados à participação nos eventos da OCX, e as contribuições monetárias para atividades específicas devem respeitar o que foi estabelecido no Memorando de Parceria. Outrossim, esse status pode ser abandonado de forma voluntária ou cancelado se

o parceiro violar os princípios ou decisões da OCX, conforme a avaliação do Conselho de Chefes de Estado (OCX, 2008).

Em síntese, a estrutura de expansão adotada pela OCX apresenta adequações ao contexto da expansão do BRICS. A incorporação de novos integrantes, sem comprometer o processo decisório baseado no consenso do bloco, assegura que os avanços proporcionados pela inclusão de economias pujantes sejam realizados sem afetar as bases institucionais do grupo. Adicionalmente, esse método evita que os BRICS+ se torne suscetível à extorsões dos Estados, como ocorreu com a Argentina e a Arábia Saudita.

Coerentemente a esses elementos, o estabelecimento da categoria de Países Parceiros do BRICS, representa, inicialmente, um processo que indica países que poderão integrar o grupo, porém, em um status inferior ao dos membros plenos. Dessa maneira, os convites para essa categoria devem ser emitidos pela Rússia até o final de 2024, que irá consultar os interesses desses países em fazer parte do BRICS como Parceiros. Segundo consultas internas, os países selecionados foram: Turquia, Indonésia, Argélia, Belarus, Cuba, Bolívia, Malásia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tailândia, Vietnã, Nigéria e Uganda (Rodriguez; Canellas, 2024).

Uma primeira análise desses países revela que são países correntemente classificados como emergentes, em uma fase de rápido crescimento. Na lista, destacam-se Estados como Indonésia, Malásia e Tailândia, que proporcionam um equilíbrio geográfico ao bloco, agora com a inclusão de representantes da Ásia Central e do Sudeste Asiático, além de um número maior de países da América Latina e da África.

Outro ponto importante é a presença da Turquia, que é significativa por ser um membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Juntamente com Nicarágua e Venezuela, países sobre os quais o Brasil manifestou preocupações em relação à entrada no bloco, Cuba e Bolívia eram as únicas nações latino-americanas que haviam feito solicitações formais para se unir ao grupo (Rodriguez; Canellas, 2024).

Em suma, a introdução da categoria de Países Parceiros sinaliza, sem dúvida, um avanço significativo na institucionalização do BRICS, promovendo um processo de integração e crescimento organizacional com critérios mais definidos - uma reivindicação antiga do Itamaraty (Rodriguez; Canellas, 2024). Por conseguinte, é provável que esse assunto retorne à pauta no próximo ano, durante a presidência do Brasil no BRICS, com esforços focados em estabelecer uma definição precisa e uma adesão oficial de novos países membros.

Em conclusão, é fundamental ressaltar que as relevantes iniciativas desenvolvidas na área de cooperação econômica convergem explicitamente em uma implementação

diferenciada dessas medidas, permitindo que sejam adotadas de maneira voluntária. Essa configuração, em essência, amplifica a possibilidade de realizar novas iniciativas, especialmente com o crescimento no número de países membros (Lissovolik, 2024).

Em contrapartida, também percebe-se que alguns dos principais temas da cooperação econômica do BRICS não receberam o devido destaque na Declaração Conjunta de Kazan. Tais questões englobam tópicos potencialmente significativos, como a liberalização do comércio entre os países do BRICS, a introdução de uma moeda única e a cooperação entre os Bancos Centrais dentro do contexto da interoperabilidade das moedas digitais de banco central (CBDC). (Lissovolik, 2024).

Em consequência, espera-se que alguns desses caminhos sejam perseguidos mais ativamente a partir de 1º de Janeiro de 2025, quando o Brasil assumirá a presidência rotativa do BRICS. Conforme anunciou o Ministro das Relações Exteriores, o tema central da presidência brasileira neste agrupamento será “Fortalecendo a Cooperação do Sul Global para uma Governança mais Inclusiva e Sustentável” (Vieira, 2024, p. 3). Além das já consolidadas discussões sobre a reforma das instituições de governança global e a defesa do multilateralismo, que são tópicos tradicionais no âmbito do BRICS, o Brasil planeja abordar uma agenda focada em combater a fome e a pobreza, reduzir a desigualdade e promover o desenvolvimento sustentável (Vieira, 2024).

4.2. O PAPEL DO BRICS+: GOVERNANÇA GLOBAL, MULTIPOLARIDADE E DESAFIOS INSTITUCIONAIS

O século XXI apresenta-se como um período de intensos desafios e incertezas para o Sistema Internacional. Entre os problemas mais proeminentes estão os conflitos geopolíticos - como as guerras entre Ucrânia e Rússia e entre Hamas e Israel - os impactos persistentes da pandemia de COVID-19, as crises climáticas, a migração descontrolada e os golpes de Estado que desestabilizam democracias na África. Esses elementos, aliados a uma ampla insegurança global, configuram um ambiente de tensões crescentes. Apesar disso, há um vislumbre de uma recuperação econômica global em andamento, e em meio a todos esses paradigmas, há uma nova fase de turbulência e transformação, envolvendo as reuniões anuais da Cúpula do BRICS (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024).

Adicionalmente, essa transformação ocorre, concomitantemente, com a insatisfação generalizada com as estruturas de governança global, tanto nos principais países constituintes do núcleo orgânico do ocidente, quanto nos países emergentes, e periféricos. Essa insatisfação

está associada ao fracasso do sistema Bretton Woods em lidar com problemas como crescimento econômico lento, aumento da desigualdade, baixa participação da força de trabalho, migração em massa, fragmentação social e insegurança no emprego (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024).

Consequentemente, cresce o reconhecimento de que o Sistema Internacional precisa de reformas profundas, especialmente para acompanhar as rápidas mudanças no equilíbrio de poder econômico, político e demográfico. Esse comportamento, como destacado por Wallerstein (2004), representa a própria natureza do SI, o qual se torna dinâmico, pois os grupos que existem em seu interior estão constantemente atrelados em uma luta para moldá-lo em benefício próprio. Assim, um sistema dessa natureza exige uma ordem internacional mais representativa e regulamentada, capaz de atender às novas demandas.

Nesse contexto, o BRICS+ apresenta uma série de objetivos que buscam abordar essas necessidades. A promoção da integração econômica, política e cultural entre os membros do grupo surge como uma prioridade, pois o fortalecimento dessas áreas pode proporcionar uma vantagem competitiva global aos países do BRICS+, capacitando-os a enfrentar desafios de escala global (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024).

Outro objetivo fundamental é a ampliação da influência do bloco na definição da agenda global, utilizando mecanismos de integração política, como a expansão do número de membros e o fortalecimento de alianças estratégicas. Adicionalmente, o BRICS+ busca fomentar o crescimento econômico e o comércio intra-bloco, promovendo a integração econômica e a criação de uma união abrangente. Por fim, considerando sua crescente relevância e popularidade, o grupo visa consolidar-se como um bloco de nações emergentes comprometido em encontrar soluções para os desafios globais, mesmo que essa escolha signifique trabalhar dentro de uma agenda formulada por outros atores internacionais (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024).

Apesar desse progresso, o BRICS+ enfrenta desafios internos significativos relacionados às divergências entre seus membros. Por exemplo, as tensões históricas entre China e Índia, permanecem uma barreira, enquanto outras questões, como os desacordos entre Irã e Arábia Saudita e as disputas entre Egito e Etiópia pela partilha das águas do Nilo, também testam a coesão do bloco (Özegin; Sune, 2023). Embora o envolvimento da China para melhorar as relações entre Irã e Arábia Saudita represente um progresso diplomático, a capacidade do BRICS+ de atuar como uma plataforma para resolver essas questões internas ainda é um ponto de investigação.

Além disso, ao examinar mais de perto os países membros individuais, fica claro que a falta de coerência dentro do BRICS+ pode ser atribuída às heterogeneidades políticas, econômicas e estratégicas de seus membros. Porém, também é importante notar que o BRICS nunca foi uma entidade monolítica e que seus membros exibem estruturas políticas e econômicas domésticas divergentes.

Igualmente, Rússia e China, com seus sistemas políticos mais autoritários, adotam modelos de crescimento liderados pelo Estado, como o socialismo de mercado ou economias mistas. Enquanto isso, países democráticos como Índia, Brasil e África do Sul priorizam economias de mercado liberal e tendem a seguir uma política externa e estratégia econômica defensiva. Essa diversidade de abordagens representa um desafio para a formação de uma visão global unificada e qualquer alinhamento potencial de objetivos de agenda política de longo prazo (Özekin; Sune, 2023).

Como um bloco de poder global recém-formado, o BRICS+ tem em vista reformar democraticamente a ordem mundial liberal liderada pelos EUA. Esse objetivo inclui reformar e equilibrar o poder na ONU e nas instituições de Bretton Woods, para reduzir o domínio dos Estados Unidos sobre sistemas políticos, econômicos e financeiros globais. Assim, caracteriza-se o BRICS+ como capitalismo estatal transnacional e sugere que a competição entre o bloco político e o Ocidente representa a luta de capitalistas e elites transnacionais emergentes para entrar nas fileiras da elite global. Sinteticamente o BRICS+ espera desenvolver a capacidade de influenciar a formação de políticas globais, gerenciar crises globais e participar da reestruturação global em curso (Robinson, 2014).

Para alcançar esses objetivos, o BRICS+ concentra esforços em áreas prioritárias, como o aprimoramento do sistema financeiro global, o fortalecimento das relações comerciais e industriais, a segurança energética, a cooperação em questões climáticas e ambientais, a pesquisa colaborativa, o combate ao terrorismo cibernético e a articulação conjunta em fóruns internacionais (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024). Simultaneamente, os formuladores de políticas do grupo trabalham para viabilizar o uso de moedas locais e reforçar a infraestrutura de pagamentos internacionais, uma medida que visa reduzir a dependência do dólar - em outras palavras, como fortalecer um processo de desdolarização (Greene, 2023).

Nos últimos anos, os formuladores de políticas do BRICS - particularmente na China - fizeram esforços significativos para aumentar o uso de moedas alternativas ao dólar. Alguns desses esforços têm se concentrado em expandir o uso de moedas locais no comércio e finanças, com o claro objetivo de criar canais financeiros menos vulneráveis a sanções

econômicas dos Estados Unidos e da Europa. Outros esforços foram impulsionados por desafios econômicos de mudanças históricas recentes na política monetária dos EUA e problemas fiscais do setor público em mercados emergentes.

Por exemplo, torna-se imprescindível ressaltar que Etiópia e Egito, os quais foram convidados a ingressar no BRICS, enfrentam atualmente grave escassez de dólares que estão afetando suas economias na totalidade. À medida que os EUA consideram a melhor forma de responder às implicações geopolíticas dessas iniciativas, é importante desenvolver uma compreensão mais profunda das motivações que impulsionam esses esforços políticos, bem como os obstáculos que impedem uma maior adoção do Renminbi chinês e outras moedas BRICS nos mercados emergentes. (Greene, 2023).

Para entender as consequências negativas do domínio do dólar, é importante observar que há vários fatores por trás disso, não apenas as ações dos EUA. Por exemplo, quando há escassez de dólares, indica-se um desequilíbrio entre a demanda e a oferta da moeda em toda a economia. Na Etiópia, a escassez de dólares era tão grave em 2023 que as taxas de câmbio não oficiais eram quase o dobro das taxas oficiais, devido ao mercado clandestino. Em junho de 2023, o sistema bancário do Egito experimentou um déficit recorde em ativos estrangeiros líquidos, o que representa uma medida da falta de moeda estrangeira (Greene, 2023).

O desafio de enfrentar essa escassez por meio da emissão de dívida em dólares é agravado pelos altos e crescentes níveis de dívida desses países, especialmente com o pano de fundo das taxas de juros das economias avançadas em alta. Essa consequência é ainda mais exacerbada pela falta de apelo aos investidores. Além disso, o recente aumento nas taxas de juros nas economias avançadas atraiu capital longe dos ativos de mercados emergentes e fortaleceu o dólar em relação às moedas dos mercados emergentes.

Ademais, diante do conflito em curso entre Rússia e Ucrânia, as sanções econômicas contra a Rússia têm dificultado o sistema financeiro global, particularmente no fornecimento de commodities. As sanções podem também estar desempenhando um papel na atual crise de crédito, à medida que os bancos globais se afastam de instituições russas. Tal fenômeno se traduziu em uma oferta reduzida de dólares nos mercados internacionais, elevando o custo de financiamento em dólares para países emergentes (Greene, 2023).

No entanto, o caminho para a desdolarização enfrenta barreiras significativas que devem ser superadas. Primeiro, a liquidez global é muito alta, tornando o dólar muito atraente para moedas de reserva estrangeira. Em segundo lugar, o dólar é usado em 88% das transações em moeda estrangeira e mais de 60% das reservas globais são em dólares americanos. Em terceiro lugar, o sistema financeiro global é fortemente dependente do dólar

em termos de financiamento, incluindo empréstimos bancários e ações de investimento. Por fim, o dólar é a principal moeda de faturamento nas transações internacionais (Greene, 2023).

Para superar esses desafios, alguns economistas sugerem que os bancos centrais dos países do BRICS+ poderiam usar seus próprios bancos de desenvolvimento e os bancos regionais de seus parceiros comerciais para realizar transações comerciais em suas próprias moedas, reduzindo assim a necessidade de dólares. No entanto, essa estratégia também depende da disponibilidade de redes de pagamento que possam acomodar moedas locais, o que pode exigir investimentos significativos em infraestrutura. Além disso, pode haver questões sobre a liquidez dessas moedas e sua aceitação internacional (Greene, 2023).

Outra estratégia para promover a desdolarização é aumentar a flexibilidade das moedas locais, o que pode ser feito por meio de reformas econômicas e financeiras. Por exemplo, na China, o governo pode permitir que o Renminbi flutue mais livremente em relação ao dólar e outras moedas estrangeiras, o que pode torná-lo mais atraente como moeda de reserva global (Greene, 2023). Da mesma forma, os governos dos países do BRICS+ podem adotar políticas para reduzir a inflação e estabilizar suas economias, o que pode aumentar a confiança em suas moedas locais.

Além disso, os países do BRICS+ podem trabalhar juntos para promover o uso de moedas locais em suas próprias transações comerciais, bem como em transações com outros países. Essa articulação pode ser feita por meio de acordos bilaterais e multilaterais que facilitam o comércio em moedas locais e reduzem a dependência do dólar. Por exemplo, os países do BRICS+ podem estabelecer um fundo de estabilização de moeda que ajude a proteger suas moedas locais contra flutuações cambiais (Greene, 2023).

Em resumo, os países do BRICS+ estão explorando várias estratégias para promover a desdolarização e reduzir sua dependência do dólar. Embora esse objetivo possa levar tempo e exigir investimentos significativos em infraestrutura e reformas econômicas, os países do BRICS+ acreditam que os benefícios a longo prazo superam os custos a curto prazo. Ao promover o uso de moedas locais em transações comerciais e financeiras, os países do BRICS+ esperam aumentar sua autonomia econômica e reduzir sua exposição a choques externos, como sanções econômicas e flutuações cambiais.

Paralelamente, o BRICS+ adota uma perspectiva de expansão que está associada às chamadas regiões globais - com base em princípios funcionais, de rede, de identidade, de múltiplos atores e multifatoriais, em vez de proximidade geográfica. Esse fenômeno se deve ao fato de que as regiões globais têm um caráter transversal, pois permeiam facilmente vários

níveis - local, regional e global - para criar um tipo completamente diferente de política mundial (Meena, 2015).

Adicionalmente, o sistema global enfrenta divisões geopolíticas cada vez maiores e incertezas prolongadas, manifestadas em desafios que afetam todo o mundo. Entre esses desafios estão o impasse na ONU sobre formas e meios de combater as mudanças climáticas; a devastação contínua da pandemia de COVID-19 nos países em desenvolvimento, agravada pela burocracia; a insegurança alimentar provocada pela guerra na Europa; o aumento dos preços da energia como consequência direta dos conflitos; e as interrupções nas cadeias globais de suprimentos, além das crises humanitárias desencadeadas por conflitos na Europa e na África (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024).

Nesse contexto de tensões e impasses globais, os conflitos territoriais - como os entre Turquia e Síria, Azerbaijão e Armênia, Israel e Hamas, além da disputa entre EUA, Rússia e China - são acompanhados pela multipolarização entre “Ocidente contra o resto”. Em um cenário tão fragmentado, eventos como o agrupamento do BRICS ganham destaque, sendo analisados exclusivamente por esses prismas de rivalidade e disputa global (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024).

Esse mecanismo projeta o potencial do BRICS em níveis global e regional, enfatizando suas formações de interesse, prioridades de agenda política e alinhamentos geoestratégicos em alternativa à ordem internacional ocidental. Ao analisar indicadores econômicos sobre as economias, este estudo revela que os centros de poder tradicionais não têm mais o monopólio de patronagem, pois o papel e o envolvimento do BRICS cresceram exponencialmente.

Dessa forma, os impactos da ascensão do BRICS nas dinâmicas geopolíticas e geoestratégicas globais indicam que o crescimento do grupo provoca mudanças significativas que colocam em xeque as configurações geopolíticas tradicionais. Essas mudanças incluem a criação de uma nova arquitetura de segurança, a ascensão de novas potências regionais, a evolução de trajetórias alternativas de desenvolvimento para os países da região e novos incentivos para a cooperação Sul-Sul. Essas mudanças se tornam necessárias, uma vez que as instituições existentes - como o Banco Mundial, o FMI e os vários sistemas bancários regionais - não refletem o papel crescente do regionalismo e a mudança no equilíbrio de poder (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024).

O pedido de reformas no CSNU ainda está sendo discutido após vários anos do problema dos direitos de voto inadequados das economias emergentes e africanas no FMI e no Banco Mundial, apesar do progresso recente. Portanto, o rápido surgimento de novos

atores globais, como o BRICS, tem implicações profundas nas negociações e na governança internacional. Assim, as potências emergentes constroem alianças e posições comuns em diversos fóruns internacionais. Indubitavelmente, o sistema de governança já se mostra obsoleto, principalmente em termos de distribuição de poder entre os Estados.

Entretanto, existe um debate acadêmico acerca do “declínio do Ocidente” e a “ascensão do resto” o qual divide os estudiosos em duas correntes principais. Alguns acadêmicos críticos (Kiely, 2015; Bond, 2015; Fontes, 2015) argumentam que o êxito do BRICS está intrinsecamente ligado à ordem capitalista que é dominada pelos EUA, enquanto outros (Bello, 2014; Desai, 2013; Stuenkel, 2020; Pijl, 2006) adotam uma visão entusiástica, considerando a ascensão do BRICS como um potencial desafio e alternativa à atual ordem global ocidental, buscando mais poder e influência na governança mundial, com a reivindicação de mudanças nas regras e normas estabelecidas pelas potências tradicionais.

Em contrapartida, embora a análise deste estudo indique que a ascensão do BRICS provoca uma reconfiguração do sistema, não se pode afirmar que uma estrutura contra-hegemônica está se formando, uma vez que as nações do BRICS ainda não estão em uma posição congruente para moldar as normas, ideias, instituições e regras da atual ordem global. Conforme apresentado por Giovanni Arrighi, esses aspectos estão ligados à capacidade de sustentar uma liderança intelectual no SI, e assim, não pode ocorrer sem um empenho adequado em uma política coesa por parte dos agentes do sistema (Arrighi, 2007).

Portanto, conceitua-se a ascensão do BRICS como um desafio dentro do sistema, revelando as mudanças na política de poder e as equações geopolíticas na arena global que são desencadeadas por essa mudança de poder. Esse revisionismo do BRICS+ visa remodelar a governança global por meio de (i) aumento do comércio em moedas locais, (ii) reforma das ONU e do FMI para melhor acomodar as aspirações dos países emergentes e (iii) alinhamento de posições e estratégias em questões globais (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024).

Outrossim, a defesa do multilateralismo também se torna uma característica central da agenda política do BRICS. Nesse contexto, o BRICS pode ser entendido como uma plataforma construtiva para contribuir com a reforma das instituições multilaterais, no qual, os países buscam mais poder nas decisões que garantam um maior grau de autonomia e flexibilidade doméstica em suas respectivas agendas de desenvolvimento. Simultaneamente, a complexidade da dinâmica do sistema gerou a necessidade de novos arranjos multilaterais para ampliar sua influência no cenário internacional, o que implica um alinhamento crescente das agendas geopolíticas e econômicas entre os membros do BRICS.

Esse arranjo estratégico incorpora alguns dos principais produtores globais de petróleo situados próximos a pontos de estrangulamento comerciais cruciais, como o Canal de Suez, o Estreito de Ormuz e o Estreito de Bab-al Mandab. Além disso, iniciativas como o Corredor Internacional de Transporte Norte-Sul, desenvolvido por Índia, Irã e Rússia, reforçam a conectividade econômica e logística na região. A Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, dois dos maiores exportadores de petróleo e gás do mundo, desempenham um papel vital nesse cenário, fornecendo uma parcela significativa das importações de energia mundial (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024).

Tal organização do BRICS+ fortalece a posição central do bloco frente ao sistema e os permite atuar para complementar e reformar as instituições internacionais existentes que são consideradas pouco receptivas aos seus interesses. Assim, compreende-se que o grupo não busca desafiar ou substituir as instituições existentes, como o G20, em contrapartida, compreende essa estratégia de ampliação de membros como uma faca de dois gumes (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024).

Essa visão se torna perceptível pela incorporação de aliados dos EUA, como os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita, ao lado de países ambivalentes ou contrários ao núcleo de influência ocidental, como o Irã, que tem a capacidade frustrar os esforços para aprofundar a cooperação entre os estados-membros do BRICS. Portanto, se torna necessário que os membros fortaleçam a coesão do grupo em direção a estruturação de um bloco de economias emergentes que buscam promover seus interesses em uma ordem mundial multipolar ou de adoção de uma orientação mais explicitamente antiocidental.

Paralelamente, ao considerar a agenda do Sul Global, destacam-se como objetivos centrais a correção dos vieses institucionais nas estruturas de tomada de decisão global, especialmente no CSNU e no FMI. No caso do CSNU, busca-se rebalancear o poder de veto, concentrado nos cinco membros permanentes, cujo uso muitas vezes reflete interesses geopolíticos em detrimento das demandas do Sul Global. Já no FMI, é fundamental eliminar o sistema de governança baseado em cotas ponderadas, que permite às potências econômicas ocidentais impor condições aos países em desenvolvimento, e promover reformas no sistema decisório da instituição (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024).

A necessidade dessas reformas é evidenciada pela disfuncionalidade crescente do CSNU, marcada pelo aumento dos confrontos entre seus membros permanentes, e pela ineficácia do sistema da ONU em lidar com conflitos em regiões como Ásia, África e América Latina. Paralelamente, o cenário global é agravado pelo crescimento do regionalismo de confronto, pela adoção de medidas protecionistas, pelas sanções econômicas unilaterais e

pela armamentização, que representam sérias ameaças a governança internacional e intensificam os desafios enfrentados pelos países do Sul Global (Guterres, 2023).

Em contraposição a dinâmica negativa nos assuntos internacionais, é necessário que o aumento do número de atores na política global e na economia mundial seja acompanhado por um aumento na densidade da rede existente de acordos, regimes e organizações internacionais multilaterais. Essa rede pode, em última instância, criar a estrutura jurídica, os instrumentos de controle e as comunicações horizontais que evitariam que a política global caísse em uma crise profunda. Dessa forma, apresenta-se uma forte evidência de que o BRICS+ pode fortalecer as chances do Sul global de obter avanços em seus objetivos (Glen, 2006).

Esse escopo se justifica, a priori, pois em uma abordagem multilateral, como proposta pelo BRICS, os valores compartilhados não devem ser uma condição prévia para se chegar a um acordo, somente uma convergência de interesses pode ser considerada necessária e suficiente. Em outras palavras, os mecanismos multilaterais criados para resolver problemas comuns não devem ser usados para interferir nos assuntos internos dos Estados e mudar seu sistema político, modelo econômico ou qualquer uma de suas normas assim, o multilateralismo do século XXI só poderá ser universal e eficaz se for adequado à multipolaridade emergente (Manboah-Rockson; Teng-Zeng; Dawda, 2024).

Ademais, a cooperação internacional pode alcançar o sucesso quando é mutuamente benéfica, demonstrando a eficácia dos mecanismos multilaterais para os atores do SI. Para isso, é essencial respeitar os interesses de outros Estados, e incentivá-los a ampliar o escopo de sua cooperação. Finalmente, os Estados devem fortalecer as premissas do direito internacional, reconhecendo que essas normas precisam evoluir em resposta às rápidas transformações globais. Assim, novas normas jurídicas internacionais devem ser elaboradas ou revisadas em formatos multilaterais, garantindo ampla participação e evitando que esse processo se torne privilégio de um grupo restrito de países (Caplan, 2021).

Frente a esse paradigma, a formação do BRICS intenta transformar a governança global promovendo o uso de moedas locais no comércio; além de instigar reformas na ONU e no FMI, para que estas instituições tornem-se mais alinhadas aos interesses das nações emergentes. Assim, o SI, mesmo com o aumento das tensões geopolíticas e da competição entre as grandes potências, ainda se mostra viável para gerir interdependências de maneira a propiciar uma agenda multipolar e inclusiva. Portanto, o século XXI trará um novo arranjo para a ordem mundial, refletindo as novas dinâmicas que estão emergindo, como o fortalecimento da soberania e a ascensão da consciência nacional na maioria dos países, o que beneficiará a formação de novos centros de influência geopolítica e econômica.

Essa narrativa subjacente que possibilitou a ascensão do BRICS - a transição da unipolaridade para a multipolaridade - é irreversível. Não obstante, uma vez que as previsões de longo prazo são pouco mais do que estimativas, a multipolarização pode demorar mais do que o esperado. Ainda assim, a pergunta não é se a hegemonia dos EUA terá fim, mas como essa mudança irá ocorrer e o que tomará o seu lugar (Acharya, 2014).

As potências emergentes frequentemente enfatizam a soberania e a inviolabilidade do direito internacional, tornando-se céticas em relação às tendências intervencionistas liberais do Ocidente nas últimas décadas. Paralelamente, todos os países do BRICS compartilham uma incerteza sobre seu papel em uma nova ordem global. Isso inclui questionamentos sobre quais reformas demandar, como preservar sua autonomia e como equilibrar suas parcerias intra-BRICS em relação ao poder hegemônico dos EUA. Tal descontentamento é frequentemente articulado nas declarações das Cúpulas do BRICS, como uma estratégia retórica que visa, mesmo que de forma indireta, deslegitimar a ordem atual (Stuenkel, 2021).

A deslegitimação constitui um passo crucial para a formação de uma coalizão contra-hegemônica revisionista. Tais potências expressam sua insatisfação com a ordem estabelecida e constroem um propósito social que serve como base para suas demandas por uma nova ordem mundial. Nesse sentido, a deslegitimação e a desconcentração de poder emergem como precondições para a criação de uma oposição sistemática. Esse processo também reflete os esforços do BRICS em superar desafios internos, não raro, por meio de um alinhamento em torno de um posicionamento antiocidental, portanto, não surpreende que o grupo tenha se oposto a tentativas ocidentais de isolar um de seus próprios membros, mantendo a coesão em momentos críticos (Stuenkel, 2021).

Dessa forma, as preferências do BRICS para a governança global se voltam para a reforma e a evolução, e não para a revolução. É marcante que nenhuma das potências emergentes tenha demonstrado objetivos revolucionários no que diz respeito à reordenação do Sistema Internacional (Armijo; Roberts, 2014). Essa posição está alinhada com a adoção de uma estratégia de *soft bandwagoning*, em contraste com a ideia de *soft balancing*. Em vez de contrabalançar de forma sutil o poder dominante, as potências emergentes parecem empenhadas em ampliar e democratizar o sistema existente. Essa abordagem não visa provocar rupturas, mas sim promover reformas inclusivas, capazes de tornar a governança global mais equilibrada e representativa (Stuenkel, 2021).

No entanto, a estratégia de resistência legítima pode ter finalidades diversas. Ela pode reforçar a postura do Estado para operar dentro da ordem vigente, ou buscar uma proposta hegemônica para dismantelar essa ordem assim que se apresentar como uma alternativa

viável (Schweller;Pu, 2011). Esse ponto de vista é convincente, mas não fica totalmente evidente como discernir qual forma de deslegitimação se destina a fortalecer a posição do Estado na estrutura existente e qual procura desafiar as atuais estruturas.

Essa análise revela que, apesar de as Cúpulas do BRICS poderem ser vistas como um movimento para contestar a legitimidade da ordem global, não há evidências concretas de que os países integrantes estejam efetivamente dispostos a implementar ações significativas que desafiem essa ordem. No entanto, é possível que eles busquem restringir, cada vez mais, a capacidade dos Estados Unidos de exercer privilégios nessa mesma estrutura global.

Porém, muitos analistas preveem que as potências emergentes não seguirão as normas do sistema ocidental. De modo geral, eles acreditam que esses países aproveitaram seu novo status para buscar visões alternativas da ordem global e desafiar o que já está estabelecido. Um exemplo disso seria a formação de alianças com outras potências em ascensão, resultando em uma coalizão anti-hegemônica. Essas novas potências poderiam instituir um sistema paralelo com seu próprio conjunto de normas, instituições e formas de distribuição de poder, rejeitando elementos fundamentais do internacionalismo liberal, especialmente as ideias de uma sociedade civil global que justifique intervenções políticas e militares (Guimarães, 2006; Barma et al., 2007; Stephens, 2012; Narlikar, 2013).

Essas críticas levantam, de maneira implícita, questões significativas sobre os aspectos em que a perspectiva distinta das potências emergentes em relação ao regime das normas liberais pode, de fato, transformar as estruturas normativas que sustentam a governança global. Coerentemente, não conseguir desafiar o poder americano de forma direta não implica aceitar sua liderança. Portanto, seria enganoso acreditar que, apenas porque a China, a Índia e outras potências emergentes tiraram proveito da ordem liberal hegemônica, elas continuariam a respeitar suas normas e instituições (Acharya, 2014).

Em suma, apesar da maior parte da mídia internacional ser cética, e até mesmo hostil, em relação ao potencial de institucionalização do grupo, emergiu um consenso notável e surpreendente entre os formuladores de políticas do BRICS. Eles reconhecem que, no momento, o grupo se mostra como uma plataforma valiosa para fortalecer as relações Sul-Sul e promover os interesses nacionais de seus integrantes. A capacidade para articular posições em conjunto sobre questões internacionais relevantes certamente impactará a forma como os analistas percebem a eficácia do grupo e seu potencial de se estabelecer como um ator internacional significativo, apto a influenciar a ordem global nas próximas décadas.

5. CONCLUSÃO

Compreende-se que o Sistema Internacional do século XXI tenha sido historicamente estruturado por extensas e complexas reconfigurações, remodelando as relações internacionais em processos profundos baseados no desenvolvimento de novos atores, como corporações transnacionais e organizações não governamentais, e, principalmente, na emergência de novos pólos de poder estatal. Esse fenômeno contribuiu para o aumento da competição por influência nos campos econômico e comercial global (Mic, 2021). Essa mudança representa uma reconfiguração fundamental da ordem internacional, contrastando a consolidação de pólos hegemônicos sucedidos até o século XX.

Mediante esse Sistema, o BRICS e posteriormente o BRICS+ foi estabelecido como uma unidade geopolítica que busca atender aos interesses estratégicos, políticos e econômicos de seus membros, consolidando-se como um grupo influente no cenário global (Xing, 2019). Apesar de suas diferenças culturais, históricas e de desenvolvimento econômico, o bloco conseguiu articular uma agenda comum que o posiciona como um ator relevante na transição para uma ordem internacional multipolar. Dessa forma, o futuro do BRICS+ como um grupo de poder emergente dependerá de como os fatores políticos, econômicos e de segurança internos e externos se correlacionam ou divergem, destacando os desafios de coesão em um grupo tão heterogêneo (Xing, 2019).

Portanto, no que tange a pergunta central desta pesquisa - “Como a emergência do BRICS+ impacta a governança global e a transição para uma ordem internacional multipolar?” - foi abordada a partir de uma análise histórica macrossociológica fundamentada no referencial teórico de Giovanni Arrighi, que explora os Ciclos Sistêmicos de Acumulação como base para compreender as dinâmicas de poder no Sistema Internacional. Por conseguinte, exprimiram-se os fatores que conduziram o rompimento da ordem internacional unipolar com o declínio do CSA dos Estados Unidos e a fundamentação para a emergência de um novo Ciclo de Acumulação sino-americano, caracterizado de forma inédita desde 1648 por uma dicotomia entre os Estados Unidos e a China (Pereira; Sardo, 2022).

Esse em que características comuns ao CSA ibero-genovês incluem (i) um ciclo dicotômico e simbiótico de acumulação, (ii) um período não hegemônico do Sistema-Mundo e (iii) o aumento da multipolaridade (Arrighi, 2007). Além disso, a macroeconomia simbiótica do passado é igualmente semelhante à atual, onde a triangulação entre norte da Itália, Antuérpia e Espanha pode ser facilmente aplicada ao cenário contemporâneo. Contudo, nesta ocasião, ao invés de ouro e prata, lidamos com dólares; em lugar das letras de câmbio, temos

os títulos do tesouro americano; e, em substituição aos asientos, surgem os investimentos estrangeiros diretos (Pereira; Sardo, 2022).

Contudo, concluiu-se que no contexto do CSA sino-americano, o crescimento da multipolaridade se dá sem elevação das tensões militares em âmbito internacional. Um elemento que se deve à concentração das capacidades militares e dos mecanismos de coerção nos EUA, uma nação que enfrenta um declínio econômico, enquanto a China, em ascensão econômica, busca apenas reafirmar sua soberania, sem competir diretamente com o poder bélico dos EUA (Pereira; Sardo, 2022).

Dessa forma, tornou-se visível que as rivalidades nesse CSA têm poucas chances de se transformarem em um dilema de segurança, não apenas pela interdependência econômica que une ambas as nações, mas também pelo fortalecimento do núcleo orgânico do Sistema-Mundo, que, por sua vez, favorece o aumento da multipolaridade e a própria interdependência econômica entre novos atores emergentes.

Dessa forma, o novo CSA sino-americano marca o início de um período de grandes unidades políticas que, similar a um Estado mundial, precisam implementar uma governança mundial, como já se observa no âmbito do G20 (Arrighi, 2007). Portanto, a principal contribuição de Arrighi para a análise da nova ordem mundial é a ideia de que a ascensão chinesa, pode ser considerada o prenúncio de uma maior igualdade e respeito mútuo entre os povos europeus e não europeus (Arrighi, 2007).

Conclusivamente, a hipótese que orientou o estudo, a de que o BRICS+ representa uma alternativa em potencial à ordem global ocidental, foi confirmada satisfatoriamente, com base nos avanços do bloco na criação de mecanismos institucionais voltados para a promoção de uma governança mais inclusiva. Contudo, as limitações estruturais e divergências internas destacam os desafios de transformação sistêmica mais ampla que precisam ser superadas.

Desde sua criação, o BRICS expandiu sua agenda, que inicialmente se concentrava somente em questões econômicas, para áreas prioritárias, como o aprimoramento do sistema financeiro global, o fortalecimento das relações comerciais e industriais, a segurança energética, a cooperação em questões climáticas e ambientais, a pesquisa colaborativa, o combate ao terrorismo cibernético e a articulação conjunta em fóruns internacionais. Simultaneamente, os formuladores de políticas do grupo trabalham para reduzir a dependência do dólar, fortalecendo um processo de desdolarização (Greene, 2023).

Essa ampliação reflete o desejo do bloco de se consolidar como uma força política no Sistema Internacional, mas também expõe tensões internas que desafiam sua unidade. A inclusão de novos membros como Irã, Arábia Saudita e Etiópia no BRICS+, anunciada

durante a Cúpula de Joanesburgo II em 2023, é um exemplo marcante de como o bloco tenta aumentar sua representatividade e influência global. No entanto, a heterogeneidade crescente pode dificultar a coordenação interna, especialmente quando se considera que os interesses nacionais dos membros frequentemente divergem em questões-chave, principalmente sobre como uma reestruturação do SI deve ser conduzida.

Por outro lado, a análise detalhada da expansão e da evolução institucional do grupo compreende os mecanismos que se formaram ao longo da trajetória do BRICS, os quais possibilitam uma articulação efetiva em diversas áreas. Esse fenômeno ocorre, pois, apesar de as análises frequentemente apontarem dificuldades para os BRICS em harmonizar suas posturas sobre assuntos geopolíticos e em promover reformas nas estruturas de governança global - devido às suas disparidades em aspectos geoeconômicos e às barreiras que dificultam uma plena coesão diante do Sistema Internacional -, o avanço institucional demonstrou ser eficaz na superação desses entraves (Stuenkel, 2020).

Para analisar essa questão de maneira mais profunda, o estudo se concentrou em analisar a capacidade do BRICS+ de atuar como contraponto à hegemonia ocidental, representada principalmente pelos Estados Unidos e o G7. À medida que se aprofunda a análise do conceito, torna-se evidente que o bloco deve ser visto como um grupo de nações emergentes que buscam alterar a dinâmica de poder vigente na ordem liberal ocidental liderada pelos EUA, em vez de representar uma ameaça coletiva ao capitalismo global. Esta abordagem reformista se reflete nos esforços do grupo para estabelecer instituições internacionais alternativas, em alcance e escala global (Vadell; Ramos, 2019).

Adicionalmente, o estudo revelou que o BRICS+ tem desempenhado um papel fundamental na promoção de alternativas ao dólar americano, buscando reduzir sua dependência de uma moeda historicamente central no comércio e nas finanças globais. No entanto, o sucesso dessas iniciativas enfrenta desafios significativos. O dólar americano continua a dominar o sistema financeiro internacional, representando quase 90% de todas as transações cambiais e 60% das reservas cambiais globais (Ross, 2024). Essa posição é sustentada pela alta liquidez e aceitação universal do dólar, características que as moedas dos países do BRICS ainda não possuem.

Embora a introdução de uma moeda comum do BRICS+ tenha sido considerada como uma forma de mitigar as vulnerabilidades cambiais, a viabilidade dessa proposta é limitada pela falta de convergência macroeconômica entre os membros. As economias do BRICS variam amplamente em termos de estrutura, políticas fiscais e níveis de desenvolvimento, dificultando a implementação de uma moeda única. Consequentemente, a ideia de que o dólar

americano será suplantado a curto prazo parece exagerada (Ross, 2024). No entanto, o uso crescente de moedas locais para o comércio bilateral e os esforços para internacionalizar o Renminbi indicam uma mudança gradual no reequilíbrio do poder monetário.

Outrossim, a pesquisa também explorou as divergências internas dentro do BRICS+ como um fator limitante para sua eficácia como bloco político e econômico. A ausência de raízes culturais e históricas compartilhadas entre os membros contribui para desafios de coesão, especialmente quando os interesses nacionais entram em conflito. Tal contraste ficou evidente na abordagem do bloco às questões de segurança, onde a necessidade de proteger a soberania nacional frequentemente se sobrepõe à busca por uma agenda comum.

No campo acadêmico, essas tensões geraram debates sobre a viabilidade do BRICS+ como uma alternativa estrutural à ordem global. Assim, alguns autores sugerem que o BRICS+ poderia se tornar apenas um rearranjo funcional dos arranjos existentes, enquanto outros, destacam seu potencial de desafiar radicalmente a economia política internacional (Xing, 2019; Kharitonova, 2022). Essas perspectivas refletem a complexidade da transição para uma ordem multipolar, que não depende apenas do surgimento de novos pólos de poder, mas também da capacidade desses pólos de criar um modelo coeso e funcional.

Outro aspecto importante destacado pela pesquisa foi a dimensão de segurança na formação gradual de múltiplos pólos no Sistema Internacional. O BRICS+ conseguiu formular uma agenda de segurança que evita tensões ideológicas e prioriza os direitos coletivos das nações, o que contribuiu para seu apelo global. Essa abordagem pragmática reflete o desejo do bloco de se posicionar como um fornecedor global de segurança, mas ainda carece de mecanismos institucionais robustos para competir com as estruturas tradicionais lideradas pelo Ocidente (Kharitonova, 2022).

Além disso, o estudo destacou os esforços do BRICS+ para reformar o sistema monetário internacional e fortalecer sua posição como uma coalizão inclusiva de países do Sul Global. Apesar das dificuldades, o bloco representa um espírito de cooperação entre potências emergentes, buscando aumentar a integração política e econômica como resposta aos desafios globais.

Em síntese, o BRICS+ emerge como um ator importante na transição para uma ordem multipolar, mas enfrenta desafios significativos que limitam seu impacto potencial na governança global. A pesquisa revelou que, embora o bloco tenha obtido avanços notáveis, como o fortalecimento da cooperação Sul-Sul e a promoção de alternativas ao sistema financeiro dominado pelo Ocidente, sua eficácia como alternativa coesa à ordem vigente

depende de sua capacidade de superar as divergências internas e de construir uma agenda unificada.

O estudo também contribuiu para o debate acadêmico sobre o declínio da hegemonia ocidental e a ascensão de novas potências, ao integrar perspectivas teóricas e empíricas que destacam a complexidade do Sistema Internacional contemporâneo. Como sugerido por Arrighi, as crises do capitalismo global abrem espaço para a emergência de novos centros de poder, mas a transição para uma ordem verdadeiramente multipolar exige mais do que mudanças econômicas e institucionais. Ela requer uma visão compartilhada de governança global que promova a inclusão e a equidade.

Por fim, o BRICS+ oferece lições valiosas sobre os desafios e oportunidades enfrentados pelos blocos emergentes em um Sistema Internacional em transformação. Seu futuro como uma força disruptiva ou integradora dependerá de sua capacidade de articular uma visão coesa para o século XXI, desafiando as normas estabelecidas e promovendo um modelo mais justo de governança global.

REFERÊNCIAS

- ARMIJO, Leslie Elliott; ROBERTS, Cynthia. The emerging powers and global governance: Why the BRICS matter. *In: Handbook of emerging economies*. 1. ed. Abingdon, Oxon New York: Routledge, 2014, p. 22. (Routledge international handbooks).
- ARRIGHI, Giovanni. **The long twentieth century: money, power, and the origins of our times**. London; New York: Verso, 1994.
- ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J.; AHMAD, Iftikhar. **Chaos and governance in the modern world system**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999. v. 10. (Contradictions of modernity).
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century**. London: Verso, 2007.
- AZHARUDDIN, Sk. Md.; KESWANI MEHRA, Meeta. Economic Growth, Trade and Investment Trends in BRICS. *In: KUMAR, Rajan et al. (org.). Locating BRICS in the Global Order*. 1. ed. London: Routledge India, 2022. p. 70-96. *E-book*. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781003148074-6/economicgrowth-trade-investment-trends-brics-meeta-keswani-mehra-sk-md-azharuddin>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- BARMA, Naazneen, *et al.* A World Without the West. [*S. l.*], **The National Interest**, no. 90, 2007, pp. 23-30. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42896050>. Acesso em: 25 out. 2024.
- BELLO, Walden. **The BRICS: Challengers to the Global Status Quo - FPIF**. [*S. l.*], 2014. Disponível em: <https://fpif.org/brics-challengers-global-status-quo/>. Acesso em: 25 out. 2024.
- BHATTACHARYA, Amar; ROMANI, Mattia; STERN, Nicholas. Infrastructure for development: meeting the challenge. **CCCEP, Grantham Research Institute on Climate Change and the Environment**, [*S. l.*] v. 24, p. 1-26, 1 jun. 2012. Disponível em: <https://www.lse.ac.uk/granthaminstitute/publication/infrastructure-for-development-meeting-the-challenge/>. Acesso em: 25 out. 2024
- BOND, Patrik; GARCIA, Ana (org.). **BRICS: An Anti-Capitalist Critique**. London: Pluto Press, 2015.
- BRIC. **Foreign Ministers Joint Communiqué**. Ecaterimburgo: BRIC, 2008a. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/bricsdocs/documentos-do-brics/cupula-formativa-dos-brics-2008/>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- BRIC. **Finance Ministers Joint Communiqué**. São Paulo: BRIC, 2008b. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/081107-finance.html>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- BRIC. **I BRIC Summit: Joint Statement**. Ecaterimburgo: BRIC, 2009. Disponível em: <https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/Joint-Statement-BRIC-Countries-2009.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.
- BRIC. **II BRIC Summit: Brasília Joint Statement**. Brasília, DF: BRIC, 15 abr. 2010.

Disponível em:

<https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/2nd-BRIC-Summit-Heads-State-Government-2010.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. III BRIC Summit: Sanya Declaration. Sanya: BRICS, 14 abr. 2011. Disponível em:

<https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/III-BRIC-SummitSanya-Declaration-14-April-2011.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. IV BRICS Summit: Delhi Declaration. Nova Delhi: BRICS, 29 mar. 2012a.

Disponível em:

<https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/Fourth-BRICS-Summit-Delh-Declaration.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. Agreements between Brics Develoment Banks. Nova Deli: BRICS, 29 mar. 2012b.

Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/120329-devbank-agreement.html>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. V BRICS Summit: eThekwni Declaration. Durban: BRICS, 27 mar. 2013.

Disponível em: <https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/130327-statement.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. VI BRICS Summit: Fortaleza Declaration. Fortaleza: BRICS, 15 jul. 2014.

Disponível em:

<https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/140715-leaders-Fortaleza-Declaration.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. VII BRICS Summit: UFA Declaration. Ufa: BRICS, 9 jul. 2015. Disponível em:

https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/150709-ufa-declaration_en_0.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. IIX BRICS Summit: Goa Declaration. Benaulim: BRICS, 16 out. 2016. Disponível em:

<https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/161016-goa.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. IX BRICS Summit: Xiamen Declaration. Xiamen: BRICS, 4 set. 2017. Disponível em:

<https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/170904-xiamen.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. X BRICS Summit: Johannesburg Declaration. Joanesburgo: BRICS, 27 jul. 2018.

Disponível em:

https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/180726-JOHANNESBURG_DECLARATION-26_JULY_2018_as_at_07h11.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. XI BRICS Summit: Brasilia Declaration. Brasília, DF: BRICS, 14 nov. 2019.

Disponível em:

https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/191114-Braslia_Declaration.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. XII BRICS Summit: Moscow Declaration. Moscou: BRICS, 17 nov. 2020.

Disponível em:

<https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/201117-Moscow-Declaration-1148126.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. XIII BRICS Summit: New Delhi Declaration. Nova Delhi: BRICS, 9 set. 2021.

Disponível em:

<https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/2021-New-Delhi-Declaration.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. XIV BRICS Summit Beijing Declaration. Pequim: BRICS, 23 jun. 2022.

Disponível em:

<https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/07/XIV%E2%80%82BRICS-Summit-Beijing-Declaration-23-June-2022.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. XV BRICS Summit Johannesburg II Declaration. Joanesburgo: BRICS, 24 ago. 2023a. Disponível em:

<https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/08/Jhb-II-Declaration-24-August-2023-1.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. BRICS Membership Expansion Guiding Principles, Standards, Criteria and Procedures. Joanesburgo: BRICS, 23 ago. 2023b. Disponível em:

<https://brics2023.gov.za/wp-content/uploads/2023/11/BRICS-Membership-expansion-guiding-principles-criteria-and-standards-2023.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2024.

BRICS. XVI BRICS Summit Kazan Declaration. Kazan: BRICS, 23 out. 2024. Disponível em:

https://cdn.brics-russia2024.ru/upload/docs/Kazan_Declaration_FINAL.pdf?1729693488349783. Acesso em: 25 out. 2024.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII.** São Paulo, Martins Fontes, 1998. v. 3.

BURTON, Guy. How Will MENA Membership Shape the BRICS? **ISPI**, [s. l.], 12 set. 2023.

Disponível em:

<https://www.ispionline.it/en/publication/how-will-mena-membership-shape-the-brics-143242>. Acesso em: 31 jan.2024.

CAPLAN, Richard. Challenges for Multilateralism in a Pre-Post-COVID World. **New England Journal of Public Policy**, [S. l.], v. 33, n. 2, 2021. Disponível em:

<https://scholarworks.umb.edu/nejpp/vol33/iss2/6>. Acesso em: 25 out. 2024.

AMORIM, Celso. **Entrevista: Um futuro para os BRICS.** Entrevistador: Alfredo Nastari e Evandro Carvalho. [S. l.], China Hoje 17 ago. 2022. Disponível em:

<https://www.chinahoje.net/entrevista-um-futuro-para-os-brics/>. Acesso em: 25 out. 2024

CHINA. **Chair's Statement of the High-level Dialogue on Global Development.** Pequim:

Ministério das Relações Exteriores, 24 jun. 2022. Disponível em:

https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/jj/GDI_140002/xw/202206/t20220624_10709812.html.

Acesso em: 25 out. 2024

DALY, Kevin; GEDMINAS, Tadas. **The Path to 2075-Slower Global Growth, But Convergence Remains Intact**. Goldman Sachs, v. 17. [s. l.], 2022. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/insights/pages/gs-research/the-path-to-2075-slower-global-growth-but-convergence-remains-intact/report.pdf>. Zugriffen am. Acesso em: 25 out. 2024.

DENISOV, Igor *et al.* Shifting Strategic Focus of BRICS and Great Power Competition. **Strategic Analysis**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 487-498, 2 nov. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09700161.2019.1669888>. Acesso em: 31 jan. 2024.

DESAI, Radhika. The Bries are building a challenge to western economic supremacy. **The Guardian**, [S. l.], 2 abr. 2013. Opinion. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/apr/02/bries-challenge-western-supremacy>. Acesso em: 25 out. 2024.

DEUTSCHE WELLE. **Russia's Putin hosts leaders of India, China at BRICS summit**. Deutsche Welle, 22 out. 2024. Disponível em: <https://www.dw.com/en/russias-putin-hosts-leaders-of-india-china-at-bricssummit/a-70563657>. Acesso em: 25 out. 2024.

EICHENGREEN, Barry. **Exorbitant privilege: the rise and fall of the dollar and the future of the international monetary system**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ENERGY INSTITUTE. **Statistical Review of World Energy 2024**. Energy Institute. [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.energyinst.org/statistical-review>. Acesso em: 25 out. 2024.

FONTES, V. BRICS, **Capitalist-Imperialism and New Contradictions**. [S. l.], 2015. In BOND, Patrick; GARCIA, Ana (org.). BRICS: an anti-capitalist critique. Auckland Park, South Africa: Jacana.

GILPIN, Robert. **The political economy of international relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GLEN, Carol M. Multilateralism in a unipolar world: the UN Security Council and Iraq. [S. l.], **International Relations of the Asia-Pacific**, Volume 6, Issue 2, 2006, p. 307-323, Disponível em: <https://doi.org/10.1093/irap/lci138>. Acesso em: 25 out. 2024.

GOUVEA, Raul; GUTIERREZ, Margarida. "BRICS Plus": A New Global Economic Paradigm in the Making? **Modern Economy**, [s. l.], v. 14, n. 5, p. 539-550, 2023. Disponível em: <https://www.scirp.org/journal/paperinformation.aspx?paperid=124945>. Acesso em: 31 jan. 2024.

GREENE, Robert. **The Difficult Realities of the BRICS' Dedollarization Efforts - and the Renminbi's Role**. Washington: Carnegie Endowment for International Peace, 2023. Disponível em: <https://policycommons.net/artifacts/10614463/the-difficult-realities-of-the-bricsdedollarization-efforts-and-the-renminbis-role/11522081/>. Acesso em: 23 jan. 2024.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

GUTERRES, A. **Secretary-General Urges ‘Statesmanship, Not Gamesmanship and Gridlock’ to Resolve Global Challenges, Geopolitical Tensions, Opening Annual General Assembly Debate.** [S.l.], UNGA’78. United Nations. 2023. Disponível em: <https://press.un.org/en/2023/ga12530.doc.htm>. Acesso em: 25 out. 2024.

HABIB, Adam. South Africa’s foreign policy: hegemonic aspirations, neoliberal orientations and global transformation. **South African Journal of International Affairs**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 143-159, 2009. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10220460903265857>. Acesso em: 27 out. 2024.

HUNTINGTON, Samuel Philips. **O Choque Das Civilizações**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1996.

KIELY, Ray. **The BRICs, US “decline” and global transformations**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York, NY: Palgrave Macmillan, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/9781137499974>. Acesso em: 25 out. 2024.

KEOHANE, Robert. “Lilliputians” Dilemmas: Small States in the International Politics”. **International Organization**, [s. l.], v. 23, n. 2, pp. 291-310, 1969.

KHARITONOVA, Oxana. Russia and its Interests in BRICS. *In*: KUMAR, Rajan *et al.* (org.). **Locating BRICS in the Global Order**. 1. ed. London: Routledge India, 2022. p. 167-193. *E-book*. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781003148074/chapters/10.4324/9781003148074-12>. Acesso em: 18 jan. 2024.

KORTUNOV, Andrey V. Between Polycentrism and Bipolarity. **Russia in Global Affairs**, [s. l.], v. 17, n. 1, 2019. Disponível em: <https://eng.globalaffairs.ru/number/Between-Polycentrism-and-Bipolarity-19988>. Acesso em: 19 jan. 2024.

LIMA, Maria Regina Soares de. **The Political Economy of Brazilian Foreign Policy: Nuclear Energy, Trade and Itaipu**. Brasil: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

LISSOVOLIK Y. **BRICS Plus following the 2023 “expansion summit”**. Pathways to Peace and Security. [S.l.], No 2 (65), p. 42-52, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20542/2307-1494-2023-2-42-52>. Disponível em: <https://www.imemo.ru/en/publications/periodical/pmb/archive/2023/2-65/international-institutions-at-the-crossroads/brics-plus-following-the-2023-expansion-summit>. Acesso em: 25 out. 2024

LISSOVOLIK Y. **BRICS Summit Declaration: new platforms and priorities**. [S.l.]: BRICS+ Analytics, 23 out. 2024. Disponível em: <https://brics-plus-analytics.org/brics-summit-declaration-new-platforms-and-priorities/>. Acesso em: 25 out. 2024

MANBOAH-ROCKSON, Joseph Kwabena; TENG-ZENG, Frank Kannigenye; DAWDA, Tanko Daniel. Are "Birds of a Feather Flocking Together" in the Midst of Global Gridlock? -Conceptualizing BRICS (+) as "The New Kid on the Block". **Open Journal of Political**

Science, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 403-420, 2024. Disponível em:
<https://www.scirp.org/journal/paperinformation?paperid=134654>. Acesso em: 25 out. 2024.

MEENA, K., Regions, Regionalization and BRICS. [S.l.], **R/evolutions: Global Trends & Regional Issues**, Vol 3, No. 1, 2015, pp. 18-42. Disponível em:
https://www.academia.edu/22838177/Kishnendra_Meena_REGIONS_REGIONALIZATION_AND_BRICS. Acesso em: 25 out. 2024.

MIC, Daniela Alina. Unipolarity and Multipolarity in the System of International Relations. **Revista de Științe Politice. Revue des Sciences Politiques**, [s. l.], n. 72, p. 165-173, 2021. Disponível em: <https://www.cceol.com/search/article-detail?id=1055775>. Acesso em: 9 jan. 2024.

NAIDOO, Sharda. South Africa's presence 'drags down Brics'. **The Mail & Guardian**, [s. l.], 2012. Disponível em: <https://mg.co.za/article/2012-03-23-sa-presence-drags-down-brics/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

NARLIKAR, Amrita, Negotiating the rise of new powers, **International Affairs**. [S. l.], Volume 89, Issue 3, 2013, Pages 561-576, Disponível em:
<https://doi.org/10.1111/1468-2346.12033>. Acesso em: 25 out. 2024

NDB. **Annual Report 2021: Expanding Our Reach And Impact**. [S. l.]: New Development Bank, 2021. Disponível em:
https://www.ndb.int/annual-report-2021/pdf/NDB_AR_2021_complete.pdf. Acesso em: 25 out. 2024

NDB. **A Statement by the New Development Bank**. [S. l.]: New Development Bank, 3 mar. 2022. Disponível em: <https://www.ndb.int/news/a-statement-by-the-new-development-bank/>. Acesso em: 25 out. 2024

NOERAENI, Nisa Kartika; HIDAYAT, Taufik; BENARRIVO, Renaldo. Kepentingan Ethiopia Bergabung Dalam Keanggotaan Brazil, Russia, India, China, Dan South Africa (BRICS) Tahun 2023. **Global Insights Journal: Jurnal Mahasiswa Hubungan Internasional**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2024. Disponível em:
<http://ejournal.fisip.unjani.ac.id/index.php/GIJ/article/view/2450>. Acesso em: 25 out. 2024.

OCX. **Regulation on the Status of Dialogue Partner of the Shanghai Cooperation Organization**. [S. l.]: Organização para Cooperação de Xangai, 2008. Disponível em:
<https://eng.sectsc.org/documents/?year=2008>. Acesso em: 25 out. 2024

O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. **Goldman Sachs**, [s. l.], v. 66, p. 16, 2001. Disponível em:
<https://www.goldmansachs.com/intelligence/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2024.

ÖZEKIN, Muhammed Kürşad; SUNE, Engin. Contesting Hegemony: The Rise of BRICS and the Crisis of US-led Western Hegemony in the MENA Region. **The Korean Journal of International Studies**, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 409-446, 2023. Disponível em:
https://www.kjis.org/journal/view.html?uid=298&sort=&scale=&key=year&keyword=&s_v=21&s_n=3&pn=vol&year=2023&vmd=Full. Acesso em: 23 jan. 2024.

PANDEY, Vikas. Brics summit: Members push for global clout amid Ukraine war. **BBC**, [s. l.], 22 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-india-61894760>. Acesso em: 25 out. 2024.

PATNAIK, Ajay K. Evolution of BRICS. *In*: KUMAR, Rajan *et al.* (org.). **Locating BRICS in the Global Order**. 1. ed. London: Routledge India, 2022. p. 36-52. *E-book*. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/9781003148074/chapters/10.4324/9781003148074-4>. Acesso em: 18 jan. 2024.

PENG, Nian. Great Power Conflict Fuels BRICS Expansion Push. **The Diplomat**, [s. l.], 13 July 2022. Disponível em: <https://thediplomat.com/2022/07/great-power-conflict-fuels-brics-expansion-push/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; SARDO, Igor Estima. Os ciclos sistêmicos de acumulação na obra de Giovanni Arrighi: a Crise de 2008, o fim da hegemonia norte-americana e a posição da China Austral: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, 2022. DOI: 10.22456/2238-6912.125358. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/125358>. Acesso em: 05 ago. 2024.

PIJL, Kees van der. **Global rivalries from the cold war to Iraq**. London Ann Arbor: Pluto Press, 2010

RAMOS, Leonardo et al. A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s. l.], v. 55, p. 10-27, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/MDgfmLNWmJyfKjQ58J3sj8F/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: surgimento e evolução. *In*: PIMENTEL, José Vicente de Sá (org.). **O Brasil, os BRICS e a agenda internacional**. 2. ed. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. p. 47-71. Disponível em: https://funag.gov.br/loja/download/1032-Brasil_os_BRICS_e_a_agenda_internacional_O.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; DINIZ, Nelson. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. **Cadernos Metrópole**, [s. l.], v. 19, n. 39, p. 351-377, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3901>. Acesso em: 10 set. 2024.

ROBINSON, William I. **Global Capitalism and the Crisis of Humanity**. New York City: Cambridge University Press, 2014.

ROSS, Andrew G. Will BRICS Expansion Finally End Western Economic and Geopolitical Dominance?. **Geopolitical Monitor**, Toronto, p. 6, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://www.geopoliticalmonitor.com/will-brics-expansion-finally-end-western-economic-and-geopoliticaldominance/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SARAIVA, Miriam Gomes. **A opção europeia nos marcos do pragmatismo responsável: a política externa brasileira para países europeus de 1974 a 1979**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1990.

SCHWELLER, Randall L.; PU, Xiaoyu. After Unipolarity: China's Visions of International Order in an Era of U.S. Decline. **International Security**, v. 36, n. 1, p. 41-72, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00044. Acesso em: 26 out. 2024

SECURITY COUNCIL REPORT. "Lybia, May 2011 monthly forecast". Nova Iorque: **Security Council Report**, 2011. Disponível em: http://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2011-05/lookup_c_gIKWLeMTIsG_b_6747647.php. Acesso em: 26 out. 2024.

SENNESES, Ricardo Ubiraci. Potência Média Recém-Industrializada: Parâmetros para analisar o Brasil. **Contexto Internacional**, [s. l.], v. 20, n. 2, pp. 385-413, 1998.

SIDIROPOULOS, E. Africa in a new world. **South African Journal of International Affairs**, [s. l.], v. 16, n. 3, p. 275-277, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10220460903495207>. Acesso em: 27 out. 2024.

SOOKLAL, Anil, *Apud*: COCKS, Tim. More than 40 nations interested in joining BRICS, South Africa says. **Reuters**, [s. l.], 20 jul. 2023. World. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/more-than-40-nations-interested-joining-brics-south-africa-2023-07-20/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

STEPHENS, Philip. Summits that cap the west's decline. [S. l.], **Financial Times**, 24 mai. 2012. Disponível em: <http://www.ft.com/intl/cms/s/0/1cb22ba8-a368-11e1-988e-00144feabdc0.html#axzz2VH1be1XY>. Acesso em: 25 out. 2024

STUENKEL, O. **Brics e o futuro da ordem global**. 1. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2021.

TREVELYAN, Mark. **Kremlin backtracks from comments on Saudi BRICS membership**. Reuters. [S. l.], 15 out. 2024. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/kremlin-rows-back-comments-saudi-brics-membership-2024-10-15/> Acesso em: 25 out. 2024

VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo. The role of declining Brazil and ascending China in the BRICS initiative. In: XING, Li (org.). **The International Political Economy of the BRICS**. 1st Ed.ed. London: Routledge, 2019. p.75-94. *E-book*. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780429507946-5/roleddeclining-brazil-a-scending-china-brics-initiative-javier-vadell-leonardo-ramos?context=ubx&refId=151038a0-285e41a3-aed8-127e1b61328d>. Acesso em: 31 jan. 2024.

VAZQUEZ, Karin Costa. Can the BRICS propose a new development paradigm?. **Al Jazeera**, [s. l.], 25 jul. 2018. Opinions | Business and Economy. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2018/7/25/can-the-bricspropose-a-new-development-paradigm>. Acesso em: 30 jan. 2024.

VIEIRA, Mauro. **Discurso do Ministro Mauro Vieira na Sessão Plenária da Cúpula do BRICS com países convidados**. Kazan: Ministério das Relações Exteriores, 24 out. 2024.

Disponível em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-sessao-plenaria-da-cupula-do-brics-com-paises-convidados-kazan-24-de-outubro-de-2024>. Acesso em: 25 out. 2024

VISENTINI, Paulo. Fagundes. Eixos do poder mundial no século xxi: uma proposta analítica. Austral: **Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, 2022. DOI: 10.22456/2238-6912.91767. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/91767>. Acesso em: 14 set. 2024.

<https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/91767>. Acesso em: 14 set. 2024.

XI, JINPING. **Full text of Chinese president's remarks at BRICS Brasilia Summit**.

Brasília, DF: China Daily, 14 nov. 2019. Disponível em:

<https://www.chinadaily.com.cn/a/201911/15/WS5dce13b1a310cf3e3557798a.html>. Acesso em: 1 nov. 2024.

XI, JINPING. Putin urges BRICS nations to work with Russia. Pequim: Deutsche Welle, 23 jul. 2022. Disponível em:

<https://www.dw.com/en/putin-urges-brics-nations-to-cooperate-with-russia/a-62236984>.

Acesso em: 1 nov. 2024.

XING, Li. The international political economy of the BRICS in a changing world order: Attitudes and actualities. In: XING, Li (org.). **The International Political Economy of the BRICS**. 1st Editioned. New York: Routledge, 2019. p. 218. *E-book*. Disponível em:

<https://doi.org/10.4324/9780429507946>. Acesso em: 30 jan. 2024.

<https://doi.org/10.4324/9780429507946>. Acesso em: 30 jan. 2024.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **World-systems analysis: an introduction**. Durham: Duke University Press, 2004.

WANG, Alissa Xinhe *et al.* **2022 BRICS Beijing Summit Interim Compliance Report**.

Toronto: University of Toronto, 13 jan. 2023. Disponível em:

<http://www.brics.utoronto.ca/compliance/2022-beijing-interim.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2024.

WORLD BANK GROUP. **GDP (current US\$) - Brazil, Russian Federation, India, China, South Africa, Saudi Arabia, Egypt, Arab Rep., Ethiopia, Iran, Islamic Rep., United Arab Emirates, World**. World Bank Data, 2024. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2021&locations=BR-RU-IN-CN-ZA-SA-EG-ET-IR-AE-1W&start=2021&view=bar>. Acesso em: 25 out. 2024a.

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2021&locations=BR-RU-IN-CN-ZA-SA-EG-ET-IR-AE-1W&start=2021&view=bar>. Acesso em: 25 out. 2024a.

WORLD BANK GROUP. **Land area (sq. km) - Brazil, Russian Federation, India, China, South Africa, Saudi Arabia, Egypt, Arab Rep., Ethiopia, Iran, Islamic Rep., United Arab Emirates, World**. World Bank Data, 2024. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.TOTL.K2?end=2021&locations=BR-RU-IN-CN-ZA-SA-EG-ET-IR-AE-1W&start=2021&view=bar>. Acesso em: 25 out. 2024b.

<https://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.TOTL.K2?end=2021&locations=BR-RU-IN-CN-ZA-SA-EG-ET-IR-AE-1W&start=2021&view=bar>. Acesso em: 25 out. 2024b.

WORLD BANK GROUP. **Merchandise exports (current US\$) - Brazil, Russian Federation, India, China, South Africa, Saudi Arabia, Egypt, Arab Rep., Ethiopia, Iran, Islamic Rep., United Arab Emirates, World**. World Bank Data, 2024. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.TOTL.K2?end=2021&locations=BR-RU-IN-CN-ZA-SA-EG-ET-IR-AE-1W&start=2021&view=bar>. Acesso em: 25 out. 2024b.

<https://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.TOTL.K2?end=2021&locations=BR-RU-IN-CN-ZA-SA-EG-ET-IR-AE-1W&start=2021&view=bar>. Acesso em: 25 out. 2024b.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação e Educação Continuada
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br